

HENDRYO ANDERSON ANDRÉ

**“VENDA NOS OLHOS, LEGENDAS E INICIAIS” –
A NOTÍCIA TELEVISIVA COMO FERRAMENTA DE
ESTIGMATIZAÇÃO E INVISIBILIDADE SOCIAL**

Curitiba

Universidade Federal do Paraná

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
HENDRYO ANDERSON ANDRÉ

“VENDA NOS OLHOS, LEGENDAS E INICIAIS” –
A NOTÍCIA TELEVISIVA COMO FERRAMENTA DE ESTIGMATIZAÇÃO E
INVISIBILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. João Somma Neto.

CURITIBA

2012

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

André, Hendryo Anderson

“Venda nos olhos, legendas e iniciais”: a notícia televisiva como ferramenta de estigmatização e invisibilidade social / Hendryo Anderson André. – Curitiba, 2012.

143 f.

Orientador: Prof. Dr. João Somma Neto
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Telejornalismo – Violência – Paraná. 2. Violência – Estereótipo (Psicologia). 3. Juventude e violência – Telejornalismo. I. Título.

CDD 070.195



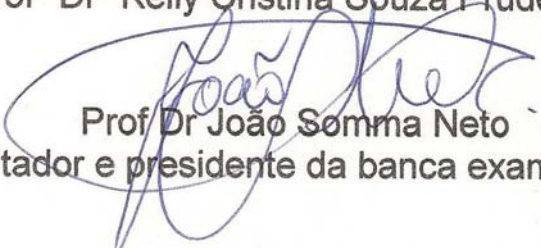
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 Fone e Fax: 3313-2025

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Hendryo Anderson André**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "**Venda nos olhos, legendas e iniciais: a notícia televisiva como ferramenta de estigmatização e invisibilidade social**" é de parecer favorável à *Aprovação com Distinção*..... do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação, Política e Atores Coletivos" da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 28 de março de 2012.


Profª Drª Elza Aparecida Oliveira Filha


Profª Drª Kelly Cristina Souza Prudêncio


Prof. Dr. João Semma Neto
Orientador e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

À ideia que como correnteza carrega seixos rumo ao mar do conhecimento.

À dúvida que como o sal desse mar torna crítico o estado dos olhos.

À semelhança que dos tons azuis da água salgada torna possível sistematizar as ideias.

À diferença que permite arrepios únicos conforme a intensidade de cada brisa.

À Tálita que como ideia fixa não gera dúvidas; que de tão diferente se torna semelhante.

Agradeço ainda a meus pais (André, Roseli e Anísio), a minha avó Emília e a minha ex-madrasta Giovania. Aos meus irmãos (Luís Fernando e Jean) e irmãs (Ana Carolina, Jamille e Juliana). Aos grandes amigos que, passados os anos, continuam próximos (Amanda Laynes, Antonio Senkovski, Fábio Muniz, Flávio Freitas, Guilherme Cordeiro, Gustavo Piovesan, João Pedro Schonarth, Leônidas Vinício, Luciana Brito, Marcelo André, Michel Prado e Rodrigo Pires).

Também devo lembranças aos novos colegas de mestrado Sheila, Monica, Taiana, André e Lucas – a relação com essas pessoas ultrapassou as discussões em sala de aula. Aos professores da graduação Pedro Elói Rech, Émerson Castro, Marcelo Lima, Eliane Basílio, Maria Zaclis Veiga e Élson Faxina por todos os ensinamentos; aos professores que assisti disciplinas no mestrado (Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, Jair Antonio de Oliveira, Sérgio Luiz Gadini, Rosa Maria Dalla Costa) e a Regiane Ribeiro que, apesar de não ter lecionado em minha turma, tornou-se grande amiga.

Nomeados no final justamente pela importância, devo um agradecimento todo especial ao meu orientador, João Somma Netto, pela paciência, disponibilidade, incentivo e contribuições teóricas – ao término, a certeza de que fizemos uma grande parceria! Merecem atenção semelhante as professoras que compõem a banca de avaliação, Kelly Prudencio (que com embasamento teórico admirável foi a pessoa dentro do Programa que mais trouxe contribuições para esta pesquisa) e Elza Oliveira Filha, cujo comprometimento e ética com a profissão de professor é admirável e serve de inspiração para qualquer um que queira levar essa carreira a sério. Desde os tempos da graduação brinco seriamente que Elza é minha “mãe” no jornalismo.

Por fim, também agradeço a todos os funcionários da UFPR (*campus Floresta*) pelo apoio irrestrito durante esses dois anos e a maior parte dos discentes de graduação que tive a oportunidade e o prazer de trabalhar em sala de aula.

“Antes do bandido, é o estigma
que assalta a consciência”

LUIZ EDUARDO SOARES

RESUMO

Fundamentada na concepção de que a televisão é uma instituição social influente na produção de sentidos, tanto na política quanto na cultura, esta pesquisa lança olhares para os conteúdos noticiosos voltados à temática da *segurança/violência*, priorizando peças jornalísticas cujo foco esteja na juventude. O trabalho foi delimitado em dois noticiários locais: o *Paraná TV* – da Rede Paranaense de Comunicação, afiliada da Rede Globo no Paraná – e o *Tribuna da Massa* – da Rede Massa de Comunicação, emissora vinculada ao SBT. Essa escolha ocorreu devido ao relevante espaço que a programação regional ocupa no horário do almoço entre segundas e sextas-feiras. Com base nos conceitos *invisibilidade social* e *estigmatização*, a pesquisa identifica *perfis sociais* de grupos de vítimas e de agressores estigmatizados pelos telejornais a partir de um monitoramento desses produtos e, além disso, busca compreender aspectos sobre a construção de estereótipos acerca da relação entre juventude e violência, levando em consideração ainda atributos geográficos, étnicos e de ocupação profissional.

Palavras-chave: telejornalismo, estereótipos, violência, segurança, monitoramento

ABSTRACT

Based on the conception that television is an influential social institution in the productions of senses, both in politics and culture, this study observes the news content focused on the theme of security/violence, prioritizing news stories whose focus is on youth. The study has been delimited by two local TV news: the Paraná TV – of RedeParanaense de Comunicação, an affiliate of RedeGlobo in Paraná – and the Tribuna da Massa – of Rede Massa de Comunicação, a station linked to SBT. This choice was due to the relevant regional programming space that occupies at lunch time between Mondays and Fridays. Based on the concepts social invisibility and stigmatization, the research identifies social profiles of victims groups and stigmatized aggressors on TV news by monitoring these products and, moreover, seeking to comprehend aspects of the construction of stereotypes about the relationship between youth and violence - also considering geographical and ethnic attributes and professional occupation.

Keywords: television news, stereotypes, violence, security, monitoring

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
1.1.	OLHOS A DESVENDAR: A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	10
1.2.	“LEGENDAS E INICIAIS”: AS JUSTIFICATIVAS.....	14
2.	A VIOLÊNCIA COMO DISCURSO DO SENSO COMUM	24
2.1.	EM BUSCA DE “DEFINIÇÕES” PARA VIOLÊNCIA	24
2.2.	RESSIGNIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	30
2.3.	NOTÍCIA: ARTEFATO DE <i>INVISIBILIDADE SOCIAL</i>	34
2.3.1.	Um primeiro olhar para a invisibilidade	35
2.3.2.	Categorização social como fundamento da invisibilidade	37
2.3.3.	Televisão e invisibilidade	38
2.3.4.	A força das técnicas de produção para o cultivo da invisibilidade.....	40
3.	A TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO	44
3.1.	A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES À MÍDIA	44
3.2.	<i>MODOS DE ENDEREÇAMENTOS: O SENSACIONALISMO</i>	47
3.3.	GÊNEROS E CULTURA DO RISCO NO TELEJORNAL.....	53
3.4.	<i>A COMUNIDADE INTERPRETATIVA DOS JORNALISTAS</i>	58
4.	A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NO TELEJORNAL	61
4.1.	DO ARQUÉTIPO AO ESTEREÓTIPO	61
4.2.	ESTEREÓTIPOS NO SEIO DA ORDEM SOCIAL.....	63
4.3.	LINGUAGEM: ELEMENTO DE INTERAÇÃO SOCIAL.....	68
4.4.	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS.....	71
5.	METODOLOGIA E MÉTODO DE ANÁLISE DO CORPUS.....	77
5.1.	OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO	79
5.2.	PERÍODO DE MONITORAMENTO	81
5.3.	PLANILHA DE COLETA DE DADOS.....	81
5.3.1.	“ <i>Temática</i> ”.....	83
5.3.2.	Natureza dos atos de violência e os tipos de crimes	85
5.3.3.	Perfis sociais de agressores e vítimas	86
5.3.4.	Vozes no telejornal: os tipos de fontes.....	87
5.3.5.	Tempo e tipo de peça jornalística	88
6.	A NOTÍCIA TELEVISIVA COMO FERRAMENTA DE ESTIGMATIZAÇÃO E INVISIBILIDADE SOCIAL.....	90
6.1.	<i>PERFIL SOCIAL DOS AGRESSORES</i>	90
6.1.1.	<i>Etnia e ocupação</i>	90
6.1.2.	<i>Natureza e tipos de crimes por telejornal</i>	93
6.1.2.1.	<i>Tribuna da Massa</i>	93
6.1.2.2.	<i>Paraná TV</i>	95

6.1.3.	<i>Estereótipos de atributos geográficos por telejornal</i>	97
6.1.3.1.	Tribuna da Massa	98
6.1.3.2.	Paraná TV	100
6.1.4.	<i>Representação dos agressores por faixa etária</i>	101
6.2.	PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS	102
6.2.1.	<i>As vítimas não têm rosto</i>	102
6.3.	A TEMÁTICA DA SEGURANÇA NOS TELEJORNAIS.....	104
6.4.	PASSADO E FUTURO: O PAPEL DAS FONTES	105
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
7.1.	NA IMINÊNCIA DO EPÍLOGO	108
7.2.	ENFIM, AS CONSIDERAÇÕES.....	110
8.	REFERÊNCIAS	113
9.	APÊNDICES	119
10.	ANEXOS	139

1. INTRODUÇÃO

1.1. OLHOS A DESVENDAR: A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Esta investigação remete a princípios norteadores da relação entre o telejornalismo regional e o que se chama de *“juventude”*, sobretudo na temática da violência/segurança. A paráfrase utilizada no título – originária de um fragmento da canção *“O Meu Guri”*, do cantor, compositor e escritor carioca Chico Buarque de Hollanda – não deve ser entendida apenas pelo viés simplista que marca a imprensa como indiferente aos principais problemas enfrentados pela *juventude*, em especial, a urbana. Faz-se necessário compreender a riqueza do verso desde as primeiras linhas – fator que deve refutar interpretações que aludam à representação dessa categoria social em reportagens sobre violência/segurança como fruto *exclusivo* do paradigma que vincula o sensacionalismo à busca incessante por audiência. Há certamente outros critérios relevantes para se discorrer, como a dificuldade encontrada pela *comunidade interpretativa* dos jornalistas para lidar com mundos sociais tão diversos congregados no espaço urbano, a institucionalização da televisão e, entre outros fatores, o fundamental papel dos estereótipos na construção das sociedades contemporâneas. Dessa forma, a discussão obriga que a metáfora seja encarada como algo que ultrapassa o campo da comunicação social e atinja os interstícios da sociedade, desde a política até a cultura.

Interpretada, por conseguinte, como algo que merece atenção de todos os atores sociais, a conotação *“venda nos olhos, legendas e iniciais”* opera a partir de uma visão turva, contornada pelos processos de construção das notícias, quase sempre incapazes de identificar traços próprios dos atores sociais. Essa figura discursiva que une *juventude* e violência carrega ainda visões hegemônicas, medos, intolerância e ódio. Ao fomentar determinadas ideologias, essa interpretação segrega, classifica, institucionaliza e age sustentada pelos pilares da *razão* – o que a princípio soa como paradoxal. Tal propriedade intrínseca à imagem se manifesta a partir da premissa de que um ator social somente se torna violento nas ocasiões em que há sobreposição do que se conhece como *lado instintivo*. A incoerência, logo, está na presunção equivocada de que a racionalidade está ligada ao campo da cultura, enquanto que a irracionalidade é moldada pelo estado de natureza.

Assim, o papel da televisão como instituição social (fruto da ordem social) ganha contornos nítidos para a compreensão da estigmatização da juventude como violenta. Tendo como base a afirmação de Pierre Bourdieu (1997, p. 28) de que “os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito de real”, parte-se do princípio de que a TV é um dos potenciais espaços para discussões da política, além de ser uma esfera circunscrita por outros campos, entre eles, o da cultura:

As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, freqüentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização) (BOURDIEU, 1997, p. 28).

Espaço de disseminação de *discursos prontos* entre determinados *tipos* de atores coletivos, a televisão parece ser também um dos principais meios para a consolidação do que Milton Santos (2011) classifica como o “*mundo de fabulações*”, ou seja, o espaço social globalizado no qual se produzem continuamente mitos, tais como encurtamento das distâncias e redução das desigualdades culturais.

Como, por outro lado, a televisão é pautada fundamentalmente pelo *medo* – cuja gênese está justamente na diferença, já que o meio é construído a partir de interações entre atores – torna-se fundamental a compreensão do papel dos *estereótipos* na construção das narrativas midiáticas voltadas ao campo da segurança/violência, em especial nos usos dessas figuras do discurso para a constituição e a consolidação de matrizes culturais específicas, essenciais para se compreender as relações de poder que regem as sociedades ocidentais.

Ao lançar mão do princípio defendido por Martín-Barbero e Rey (2001, p. 40) de que “*se a televisão atrai é porque a rua expulsa, [o que leva a crer que] é dos medos que vivem as mídias*”, frisa-se desde as primeiras linhas a concepção de que as notícias de violência detêm características que as diferenciam de outros temas pautados pelos noticiários. Além disso, esses conteúdos são capazes de interferir nas atitudes cotidianas dos telespectadores, seguindo alguns dos aspectos da *mecânica do poder* abordada por Michel Foucault (2002, p. 131): “*Quando penso na*

mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atividades, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana”.

A experiência audiovisual nos países latino-americanos foi riscada por traços inerentes aos princípios da mecânica de poder, visto que a força da imagem funda interpretações e trocas simbólicas capazes de agendar qualquer temática no cotidiano dessas sociedades, fator que integra o campo cultural do ponto de vista de acesso à tecnologia e, ao mesmo tempo, desordena a interação cultural dentro desse ambiente:

Hoje, o fluxo televisivo constitui a metáfora mais *real* do fim dos grandes relatos pela equivalência de todos os discursos – informação, entretenimento, drama, publicidade, ou ciência, pornografia, dados financeiros –, pela interpenetrabilidade de todos os gêneros e pela transformação do efêmero em chave de produção e em proposta de gozo estético. Uma proposta baseada na exaltação do móvel e difuso, da carência da clausura e da indeterminação do temporal. Porém, a mediação estratégica introduzida pelo fluxo televisivo remete, acima da experiência estética, aos novos ‘modos de estar juntos’ na cidade, às sociabilidades cotidianas que o caos urbano suscita, uma vez que, ao mesmo tempo que desagrega a experiência coletiva, impossibilitando o encontro e dissolvendo o indivíduo no mais opaco dos anonimatos, introduz uma nova continuidade: a das redes e dos circuitos, a dos *conectados* (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p. 36).

Aqui, faz-se necessário um alerta preliminar: embora haja neste trabalho a ênfase de que os usos das técnicas de produção na televisão são capazes de fomentar um mundo social com significados sedimentados, é pertinente que se estabeleça a coesão dessas técnicas com o mundo social globalizado, em especial, com o campo político e com o cultural. Frisa-se, portanto, que é impossível pensar num *estado das técnicas* sem colidi-lo a um *estado da política*, conforme o sobreaviso de Santos (2011, p. 23): “*As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história*”. Dito de outra forma é impossível pensar a televisão como um sistema hermético. Produzida por humanos, ela carrega paixões, preconceitos, medos, ufanismos, anseios, concepções políticas, culturais e quaisquer outros sentimentos oriundos dos homens e mulheres e das construções sociais emergentes entre os grupos aos quais tais produtores

pertencem. No entanto, o que particulariza o período histórico de transição para o século XXI são os avanços científicos, cuja essência produziu *“um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária”* (SANTOS, 2011, p. 23).

Surge disso o caráter ideológico da televisão e a estrutura da mecânica do poder de Foucault. Para compreender como esses mecanismos são moldados, a proposta de trabalho esquematizou os discursos mais recorrentes sobre a violência na agenda midiática (para obter êxito foi desenvolvido um estudo de monitoramento de telejornais, cujos resultados apontam para perfis sociais de agressores e de vítimas).

A síntese foi construída a partir de peças jornalísticas relativas à temática segurança/violência e cuja repercussão¹ atingiu os programas televisivos *Paraná TV* (1ª edição), da Rede Paranaense de Comunicação, e/ou *Tribuna da Massa*, da Rede Massa, no período de 21 de fevereiro a 25 de março de 2011. A opção ocorreu face à representatividade desses telejornais em Curitiba e Região Metropolitana, já que o primeiro é líder de audiência no horário do almoço, enquanto o segundo é referência no modelo de programa opinativo pelo tempo de veiculação (há 11 anos, sendo que desde março de 2010 é comandado pelo mesmo apresentador²), apesar de oscilar entre a segunda e terceira colocação na audiência com o *Balanço Geral*, da Rede Independência de Comunicação, afiliada da Rede Record no Paraná e em Santa Catarina e que segue formato similar de produção.

Como a noção da juventude deve ultrapassar aspectos biológicos, já que *“a juventude e seus atributos seriam uma categoria socialmente construída e dependente de condição de classe, proximidade do poder, gênero e raça”*

¹ Havia um pressuposto durante a elaboração do projeto de pesquisa que apontava para uma delimitação do objeto em torno de peças veiculadas pelos dois telejornais conjuntamente. Essa percepção mostrou-se inválida, pois como uma das hipóteses – como se verá adiante – é a de que telejornais com linguagens e públicos-alvo distintos emitem discursos similares, ela seria facilmente comprovada a partir de matérias veiculadas nos dois programas (o que implicaria num grave erro metodológico). Além disso, o reforço a alguns estereótipos também seria mais fácil de ser observado. Portanto, apesar do aumento considerável do material monitorado (foram computadas no corpus 351 peças jornalísticas), a pesquisa empírica obteve maior credibilidade.

² Em 2011, após o término do período de monitoramento, o noticiário passou a ser apresentado por dois âncoras. Assim, Adilson Arantes ganhou a companhia da jornalista Joice Hasselmann.

(MORAES, 2008, p. 107), com base nos conteúdos noticiosos que envolviam ações criminosas cometidas por integrantes dessa categoria social, o trabalho empírico procurou identificar os estereótipos mais recorrentes nesses produtos jornalísticos. Essa foi a alternativa encontrada para responder ao problema central da pesquisa: os telejornais reforçam estereótipos em relação à juventude?

Mesmo que a questão acima seja denotada como simples, a indagação deve ser encarada como uma síntese de várias perguntas correlatas: apesar força da imagem, a televisão é uma instituição capaz de gerar invisibilidade social? A juventude, preferencialmente pobre e habitante de periferias, é categorizada como violenta? As rotinas de produção e os valores compartilhados pela comunidade interpretativa dos jornalistas influenciam na estereotipia de algumas categorias sociais?

Tendo como base a pergunta-chave da investigação e as ramificações oriundas dela foram desenvolvidos os seguintes objetivos gerais para o trabalho:

- Qualificar a *estigmatização* nos discursos dos dois telejornais;
- Verificar e relacionar se há interferências do jornalismo na reprodução do senso comum;
- Compreender como se molda o conceito de *invisibilidade social* na TV a partir das construções noticiosas;

1.2. “LEGENDAS E INICIAIS”: AS JUSTIFICATIVAS

Determinado veículo de comunicação, ao publicar qualquer peça jornalística, reproduz, por mais objetivo que procure ser o material, aspectos da identidade de determinada fonte. Se o faz no sentido estereotipado (ainda que sem intenção explícita), ou seja, se estigmatiza a fonte de modo que ela seja “condenada” por meio da mensagem jornalística, colabora para a disseminação de formas de preconceito – apropria-se, enfim, de uma esfera cujo poder pode popularizar discursos imbricados a determinadas *visões de mundo*. Essa observação, por si só, justifica a relevância de um trabalho que se atente, por exemplo, ao *perfil social dos atores envolvidos* (de agressores e de vítimas).

Além disso, tendo em vista a representatividade da televisão no Brasil, integrante de 95% dos lares do país (IBGE, 2008), torna-se essencial estudar a teia de poderes que envolvem este meio de comunicação, bem como suas interconexões com o campo da política:

Hoje a televisão é o mais importante, senão o único, meio de acesso à informação para uma grande parcela da população brasileira. Mais do que isso, a TV é utilizada pelas instâncias de poder na difusão, e defesa, de suas idéias, valores, atos e opiniões, quando não na formação de uma *imagem* pessoal, ou institucional que se pretende difundir. (...) Também não é difícil perceber a importância atribuída pelas próprias esferas de poder ao veículo televisão, e ao telejornalismo, como instrumento de *visibilidade social* (SOMMA NETO, 2009, p. 20). (grifos do autor).

O excerto acima traz alguns aspectos interessantes sobre a relevância da *visibilidade política* dos atores sociais construída nos interstícios do fazer-televisão. Tida como “*ícone de uma verdade escancarada, a conferir credibilidade àquilo que se mostra e do que se fala*” (SOMMA NETO, 2009, p. 24), a televisão – fundada pelos valores sociais dos grupos detentores dos meios de comunicação e, não menos importante, pelas técnicas que interferem na própria produção de sentidos –, reproduz o real de forma aparente, o que sugere um questionamento central: “*temos aí [na TV] a imagem do poder, ou estamos perante o poder da imagem?*” (SOMMA NETO, 2009, p. 24).

Para tentar desvendar esse nó são necessárias algumas observações. Como haverá certa recorrência no uso da expressão “*técnicas de produção*” durante o desenvolver desta argumentação é importante que se tenha em mente quais fatores estão inscritos a ela. O mais relevante é perceber que essas técnicas não surgem de maneira isolada do contexto histórico, ao contrário, são arranjos que formam verdadeiros sistemas ou, conforme Santos (2011), “*famílias de técnicas*”:

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual (SANTOS, 2011, p. 25).

Com a globalização, as técnicas de informação se tornaram fundamentais, ao passo que as relações de poder estão cada vez mais pautadas pelo acesso à imagem, elemento central das culturas ocidentais. Para Erving Goffman, desde os gregos existe um forte apelo ao poder da imagem. Um indício disso é o fato de que foi nessa civilização que houve a criação do termo *estigma*, cuja definição originária remete a sinais corporais, marcados com cortes ou queimaduras em escravos e/ou traidores. O valor dessa figura do discurso percorreu toda a Era Cristã, quando houve a divisão desses estigmas em duas metáforas centrais – a primeira se referia a *“sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele”*; (GOFFMAN, 2008, p. 11) enquanto que a segunda nada mais era que um registro médico *“a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico”* (ibid.). A origem grega é a mais difundida, embora o termo seja *“mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”* (GOFFMAN, 2008, p. 11).

Na modernidade a imagem passou a ser ancorada pela ideia de *visibilidade política*, fator que a configurou como elo para a discussão das relações de poder na sociedade. A conceituação aplicada à visibilidade traz elementos relevantes ao processo democrático. Para Martín-Barbero (2007, p. 35), como o elemento central da cidadania é circundado pelo fato *“do ‘reconhecimento recíproco’, isso passa decisivamente pelo direito de ser visto e ouvido, uma vez que equivale ao direito de existir/contar social, política e culturalmente, tanto na esfera individual quanto na coletiva; das majorias ou de minorias”*. Não é o que acontece nos telejornais, já que grupos sociais hegemônicos se utilizam do meio para fomentar valores.

Além disso, a noção de visibilidade está atrelada também à de *cidadania*. Ainda que não haja a intenção de trabalhar a fundo com esse conceito, nem as nuances políticas originárias dele, é fundamental apresentá-lo de forma parcial para compreender sua relevância nas discussões sobre segurança/violência na TV. Para Elisa Reis (1999), apesar de a etimologia ser oriunda do latim *civitas*, as impressões sobre cidadania são mais antigas, já que ideais de liberdade e valores republicanos se sintetizam nessa conceituação:

A ideia de politização se incorpora à noção de cidadania. Mais tarde, no contexto medieval, o burguês se tornou o protótipo do cidadão. Nessa cultura, da qual ainda somos tributários, a ideia da cidadania se confunde um pouco com o desenvolvimento da própria

modernidade, do próprio capitalismo. (...) Vista como um contrato fixando direitos e deveres (...) a cidadania como consumo de direitos é uma noção quase mercantil. Claro que estas duas dimensões podem convergir. Embora não haja necessariamente discordância lógica entre virtude cívica e usufruto de direitos, também é verdade que pode haver divergência lógica e empírica entre uma noção cívica e uma noção consumidora de direitos (REIS, 1999, p. 13-14).

Com base na transcrição anterior de que a visão moderna de cidadania é uma “*noção quase mercantil*” foi preciso uma mudança de paradigma a partir dessa ruptura histórica para que ao menos os fundamentos da democracia pudessem ser exercidos por essas sociedades: o fim do direito do estado sobre o indivíduo. Para que o sujeito fosse “*desamarrado*” do Estado – e, na teoria, pudesse se tornar um ator social com a *plena autonomia* para prosperar – o papel da propriedade foi imprescindível. Isso explica, de acordo com Robert Castel (2005), as razões pelas quais houve a necessidade de elaborar leis específicas para garantir a proteção à propriedade³, tidas como políticas mínimas para a defesa da cidadania. Surge disso a ideia de que “*a proteção das pessoas é inseparável da proteção de seus bens. Seu mandato vai do exercício da justiça e da manutenção da ordem social fundada na propriedade, se for necessário mobilizando, ‘em caso de força maior’, meios militares ou paramilitares*” (CASTEL, 2005, p. 22).

Assim se consolida o Estado de Direito e junto com ele crescem dois tipos básicos de proteção: a *civil* e a *social*, cada uma delas ligada aos dois grandes lemas das revoluções burguesas, respectivamente, *liberdade* e *igualdade*. Essas formas de seguridade, contraditórias por essência, travam duelos constantes. Nesse contexto o liberalismo⁴ vigorou em relação às sociedades de bem-estar social, muito

³ Na leitura do texto é perceptível que o autor não trabalha a noção de inclusão apenas pela posse de propriedades, e sim por todas as nuances provenientes dela, como acesso a bens culturais e a própria visibilidade política. Assim, todas as vezes que esse conceito for apresentado é fundamental que se compreenda que esses princípios estão intrínsecos a ele.

⁴ Segundo Pedro Elói Rech (2007), com base nos estudos de John Dewey, a origem do termo *liberalismo* pode ser creditada aos gregos, embora como filosofia social só tenha se tornado hegemônico a partir do século XIX. Para Rech, a essência e a fabulação que sobrepôs a doutrina frente a outras é a noção de *sociedade aberta*, que é “*caracterizada pela mobilidade social, promovida por indivíduos impulsionados por um desejo de melhorar a sua condição (Smith) e que são detentores de liberdade (sem amarras inibitórias do Estado), pela qual desenvolvem as potencialidades que trazem consigo e atuam num mercado cada vez mais complexo e interdependente, no qual todos têm a oportunidade de construir o seu êxito, enquanto indivíduos, bem como o de toda a sociedade, sendo esta uma soma da totalidade dos indivíduos*” (RECH, 2007, p. 188).

embora tenha como grande incoerência a desfiliação daqueles indivíduos sem nenhuma propriedade e que, conseqüentemente, não são assegurados:

A insegurança social não alimenta somente a pobreza. Ela age como um princípio de desmoralização, de dissociação social à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos. (...) Tal é a face sombria do Estado de direito. Ele deixa 'ao Deus dar' a condição daqueles que não têm os meios de assegurar sua existência pela propriedade (CASTEL, 2005, p. 31).

Baseada no Estado de Direito surge a percepção de *cultura do risco* trabalhada por Castel, cujo extremismo leva ao conceito de *cultura do medo*, abordado por Barry Glassner. Para Castel, a própria procura incessante pela proteção provoca um contexto de desconfiança (que invariavelmente influencia as técnicas de produção utilizadas pelos produtores do campo do telejornalismo). Essa busca contínua gera ressignificações na própria ideia de *insegurança*:

Para usar um exemplo um pouco trivial: a fome foi para a humanidade, por muito tempo, o verdadeiro risco alimentar, e ela continua sendo em muitos países. Ao contrário, nos países ricos, é o fato de comer que se tornou perigoso: além do pesadelo da vaca louca, a lista dos produtos cancerígenos contidos nos alimentos cresce todos os meses. A busca do risco zero em matéria alimentar seria então abster-se de comer (...)? Como isto é impraticável, restam a suspeita e a ansiedade: a insegurança está também no prato (CASTEL, 2005, p. 62-63).

Posto isso, mesmo em sociedades consideradas muito seguras – como são as modernas, com diversos mecanismos de proteção às propriedades, quase sempre ligados ao campo da tecnologia, é bem verdade – o *medo* prepondera. Isso, sem dúvidas, além de explicar o “fetiche” por políticas de encarceramento das “classes perigosas” fomenta ideia de que

(...) a repressão dos delitos, a punição dos culpados, a busca de uma 'tolerância zero', que corre o risco de ter de aumentar o número dos juizes e dos policiais são certamente curtos-circuitos simplificadores em relação à complexidade do conjunto dos problemas levantados pela insegurança (CASTEL, 2005, p. 57).

Tendo em mente que a televisão é uma *instituição social* (por conta do alcance e representatividade), a concepção de realidade violenta propagada está no imaginário social e tende a não excluir alvos. A grande oferta de espaço à

segurança/violência cria uma sensação de impotência frente à crueldade, de modo que o telespectador fica propenso a transitar do *perigo real* ao *imaginário*, talvez, o mais avassalador deles. O curioso disso é que a exposição de determinados grupos sociais no meio não produz *visibilidade*, e sim sustenta aspectos de *vigilância* aos integrantes, formando a noção de *invisibilidade social na TV*.

Para compreender parte do significado de tal ideia faz-se necessário um destaque ao conceito de *panóptico*, herdado de Jeremy Bentham e apresentado por Armand e Michèle Mattelart (2010, p. 98). Ele denota o quanto há nas sociedades modernas uma obsessão pela vigilância. Panóptico é

(...) um modo de organizar o espaço, controlar o tempo, vigiar continuamente o indivíduo e assegurar a produção positiva de comportamentos. (...) O panóptico é essa máquina de vigilância pela qual, de uma torre central, se pode controlar com plena visibilidade todo o círculo do prédio dividido em alvéolos, e onde os vigiados, alojados em células individuais, separados uns dos outros, são vistos sem ver (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 98).

Fica perceptível que a *visibilidade* é distinta à ideia de *vigilância*, já que ela vai para Martín-Barbero “*muito além das lucubrações motivadas pela obsessão panóptica*”, pois “*é através das imagens que passa uma construção visual do social, em que essa visibilidade provoca o deslocamento da luta pela representação para a demanda de reconhecimento*” (MARTÍN-BARBERO, 2007, p. 36).

No contexto da globalização do capitalismo e da proliferação das doutrinas liberais parece haver uma fase de ufanismo em relação aos meios de comunicação. Nesse cenário tornam-se exponenciais as relações de poder que envolvem a *visibilidade social*. Fundados pelos mitos da *interatividade* e da *democracia eletrônica*, os meios de comunicação auxiliam na organização do cotidiano dos indivíduos – em função do estabelecimento de mudanças nas relações de sociabilidade e, tão importante quanto, da criação de novos significados para a política. No Brasil, a televisão, como meio de maior alcance, é ainda a principal responsável pelos rearranjos políticos e, por isso, é vista com zelo por todos aqueles que disputam o poder político e econômico.

O conceito do *príncipe eletrônico*, de Octávio Ianni, ganha relevância nessa interpretação por trazer aspectos que fogem da concepção de dominação plena

imposta pela Teoria Hipodérmica⁵, herança do funcionalismo. Em suma, o príncipe eletrônico é

(...) uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 2003, p. 148).

Assim, a TV, como esfera simbólica de manifestação do príncipe eletrônico, deve ser ponderada como participante e construtora da realidade social – produtora constante, portanto, da visibilidade social de grupos societários. Martín-Barbero e Rey (2001, p. 26) complementam essa visão ao frisarem a dicotomia entre caráter impositivo do meio e as influências que ele recebe dos grupos sociais (sobretudo, os hegemônicos) por ser um *“s sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular”*.

Para que se tenha noção de que a própria televisão está enrustida por elementos externos a ela utiliza-se a alegação de Pierre Bourdieu de que o mundo social é interpretado de forma quase imutável pelos agentes – cada qual com seus respectivos discursos e valores, ocasionados pelo o que o autor conceitua como *habitus*. Essa característica demonstra o quanto é necessário tomar aspectos de interdisciplinaridade para estudos em comunicação, visto que a partir do conceito de *habitus* que se constrói a *“interiorização das estruturas do mundo social”* (BOURDIEU, 2004, p. 158). Como há poucos movimentos dentro da estrutura social, os agentes *“tendem a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar”* (BOURDIEU, 2004, p. 158).

⁵ Segundo Lúcia Santaella (2001, p. 32), essa teoria foi criada com o objetivo de responder quais as influências que os meios de comunicação de massa tinham sobre a sociedade. A Teoria Hipodérmica foi *“calcada em uma visão da audiência como uma massa amorfa, que responde cegamente aos estímulos dos meios”* e que, logo, era dominada sem oferecer qualquer processo de resistência. Um dos primeiros pesquisadores da comunicação de massa, H. D. Lasswell desenvolveu o modelo da *“agulha hipodérmica”*, cujo aspecto principal seria *“um efeito direto e indiferenciado sobre indivíduos isolados”* (SANTAELLA, 2001, p. 32).

Essa interpretação de mundo social fomenta os estereótipos, e como esta pesquisa parte da premissa de que as linhas editoriais mantêm coerência com a análise de Bourdieu (2004), tomou-se como um dos trilhos desta investigação a concepção de que as coberturas midiáticas assumem um discurso de *estigmatização*. Com aporte nesses pressupostos, o projeto lançou mão das seguintes hipóteses de pesquisa:

- Atributos geográficos, de etnia, de gênero e de ocupação profissional são relevantes frente à construção da agenda midiática concernente à violência;
- Há destaque a peças jornalísticas que envolvem vítimas dos grupos sociais que compartilham formações discursivas e valores adotados pelas mídias;
- Da hipótese acima se conclui que, apesar de dirigidas a públicos-alvo distintos, as mensagens reproduzem discursos similares, aspecto fortalecido pelos usos dos estereótipos.

Muito embora nem todas essas assertivas tenham sido confirmadas é possível inferir que a mídia coloca-se na contramão da natureza do jornalismo enquanto elemento de coesão entre “mundos” distintos. Assim, o controle sobre a disseminação de estigmas que os veículos detêm determina o que Goffman (2008) aponta como um legado ao ocidente:

*A estereotipia está classicamente reservada para fregueses, orientais e motoristas, ou seja, pessoas que caem em categorias muito amplas e que podem ser estranhas para nós. Há uma idéia popular de que embora contatos impessoais entre estranhos estejam particularmente sujeitos a respostas estereotípicas, na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais. (...) A área de manipulação do estigma, então, pode ser considerada como algo que pertence fundamentalmente à vida pública, ao contato entre estranhos ou simples conhecidos, colocando-se no extremo de um *continuum* cujo pólo oposto é a intimidade (GOFFMAN, 2008, p. 61-62).*

Se no jornalismo (tido como um dos principais meios de interação social do mundo moderno) a aproximação entre profissional e agressor (quando esse é uma fonte de informação) acontece justamente pelo ato de violência, ou seja, se um

jornalista procura uma fonte com o intuito de apresentá-la ao público como *ser desacreditado*, não é a comunicação o mecanismo de disjunção desses “dois mundos”?

Para tentar responder essa questão, no primeiro capítulo – “*A violência como discurso do senso comum*” – foi dada atenção a “*definições da violência*” com olhares viesados para os motivos pelos quais a juventude é estigmatizada como produtora de caos. Entretanto, além de trabalhar com referenciais teóricos que apontam para a condição de vulnerabilidade sofrida por essa parcela da sociedade, a própria argumentação instiga a impossibilidade de se definir um conceito para *violência*. Essa linha de raciocínio é desenvolvida para situar a *juventude* dentro das discussões públicas que passaram a vigorar com a consolidação da modernidade e esclarece alguns dos motivos pelos quais a era da razão carrega umbilicalmente sentimentos de *medo-ódio* que, segundo prega o senso comum, são manifestações da natureza selvagem dos humanos. A seção se encerra com uma discussão em torno da notícia como ferramenta de *invisibilidade social*, momento em que as atenções se voltam para os princípios norteadores da produção.

Já o segundo capítulo teórico – “*A temática da violência e as rotinas de produção*” – trata de aspectos que auxiliam na compreensão do agendamento da temática da violência no campo do telejornalismo. Por conta disso, essa parte se dedica à identificação de atividades ligadas à rotina de trabalho dos jornalistas que podem estimular esses produtores a fomentarem estereótipos. Para obter sucesso na tratativa, a argumentação é iniciada com uma conceituação do que se entende por *sensacionalismo* e suas vicissitudes no contexto latino-americano, passa pelo estabelecimento de diálogos para se pensar a notícia a partir do campo cultural – com base no conceito de “*cultura do risco*” – e termina com concepções acerca da *comunidade interpretativa* dos jornalistas.

“*A construção de estereótipos no telejornal*” é o nome do terceiro e último capítulo com preceitos teóricos. Nele, ocorre uma recuperação do conceito desde suas origens nos *arquétipos*, princípios universais (de caráter transcendental) dos significados. O interessante da discussão é o paradoxo que envolve essas figuras dos discursos: se, por um lado, elas foram fundamentais para a consolidação da ordem social, por outro, respondem pelos processos de *estigmatização* de grupos

socialmente vulneráveis. Além disso, o tópico lança olhares em torno da permanente racionalização das interações sociais e da transformação dos estereótipos ligados ao campo da violência/segurança em fatos sociais. Defende-se na argumentação a concepção de que a TV fomenta a relação de medo/ódio entre os agressores e o público em geral.

A partir dessa reflexão teórica inicia-se a descrição da pesquisa empírica, primeiro com um capítulo destinado à metodologia e ao método de análise do *corpus* da investigação e, por último, com a análise dos dados.

2. A VIOLÊNCIA COMO DISCURSO DO SENSO COMUM

2.1. EM BUSCA DE “DEFINIÇÕES” PARA VIOLÊNCIA

Apesar do agendamento cotidiano em todos os meios de comunicação e nas demais esferas sociais, a amplitude do conceito de violência não foi e nem deve ser alcançada plenamente. Isso se deve, entre outros fatores, às modificações políticas e culturais que o termo sofre com o decorrer do tempo, de tal forma que tentativas de emoldurá-lo nada mais seriam do que uma barreira na busca por equidades de direitos entre distintos grupos sociais. Ainda assim, é fundamental ao menos estabelecer diretrizes em torno da problemática da violência para delimitar a abrangência deste trabalho.

É de uso comum o princípio de que um ator social se torna violento a partir do momento em que sua racionalidade é dominada pelo que se conhece como *lado instintivo*. Numa situação dessas, uma pessoa qualquer seria protagonista de um ato de violência justamente por não ter a *capacidade* de traçar uma distinção entre a *racionalidade* e a *animalidade*. Ainda que a própria noção ocidental de violência esteja ligada a aspectos de ordem racional – e o indício maior disso está justamente no fato de que os rearranjos jurídicos redefinem constantemente as manifestações dessa categoria ao longo do tempo –, a visão de que qualquer ato violento está relacionado à irracionalidade é perfeitamente explicável a partir do domínio ideológico que a razão protagonizou desde o início da modernidade.

Para Bastos, Cabral e Rezende (2010), uma grande incoerência para a delimitação do conceito se dá em função de a racionalidade estar ligada ao campo da cultura, enquanto a irracionalidade está imbricada ao estado de natureza. Assim, a violência é exposta toda vez que há um domínio das raízes naturais sobre as culturais. No entanto, para os autores, o subsídio fundamental que norteia o termo é justamente a racionalidade: “*Se o homem é violento por ser uma mescla de animalidade demoníaca e divindade racional, por que é que os animais ‘não-humanos’ não conhecem o que chamamos de violência?*” (BASTOS; CABRAL; REZENDE, 2010, p. 15).

Mesmo que se tenha em mente que a principal herança da tradição ocidental seja a *razão*, em função da consolidação dos ideais iluministas, é importante

destacar como a racionalidade passou a fazer parte do cotidiano dos atores sociais. Duas características que ditam a existência, segundo Bastos, Cabral e Rezende (2010), contribuíram de forma exponencial para a consolidação da racionalidade no imaginário social ocidental:

O homem é o ser que *a priori* nada é, tendo de conquistar conformações existenciais para ser alguém. Por isso, no homem não há identidade [consolidada], mas identificações que se confundem com as possibilidades de ser por ele assumidas em sua existência. Justamente esse caráter performático da existência deflagra dois atributos existenciais (...): o *caráter relacional da existência* e a *singularidade do homem* (BASTOS; CABRAL; REZENDE, 2010, p. 113-114).

A estética iluminista prega exatamente equidade civil (traduzida por *igualdade*) no que concerne às relações entre os seres humanos, garantindo ao mesmo tempo a singularidade de cada um desses indivíduos (*liberdade*). Se essas duas essências do iluminismo são contraditórias no contexto da modernidade, também o são no sentido da existência. Entretanto, como a intenção é buscar uma convergência entre violência e racionalidade, a partir de uma parametrização entre o caráter relacional da existência e a singularidade inerente a cada ser humano, é fundamental lançar mão de um recorte em torno da problemática da violência no contexto de transição para a modernidade. Isso, num primeiro momento, pode soar desnecessário, mas se torna fundamental à medida que essa discussão aponta para a concepção de violência como continuamente construída.

Apresentada a justificativa, um primeiro apontamento para tentar demarcar uma convergência entre violência e racionalidade⁶, cujo teor será valorizado nesta pesquisa apenas pelos aspectos culturais, deriva do conceito *banditismo social*, trabalhado por Éric Hobsbawm (1976, p. 12), e que interessa majoritariamente por

⁶ Segundo Foucault (2002), o fascínio que alguns aspectos da criminalidade impunham às classes populares na primeira metade do século XIX foi tomado pela estética burguesa. “É neste mesmo momento que se constitui este corte entre os criminosos e as classes populares: o criminoso não deve ser um herói popular, mas um inimigo das classes pobres. A burguesia, por seu lado, produz uma estética em que o crime não é mais popular, mas uma destas belas artes de cuja realização ela é única capaz. (...) No romance policial não se vê jamais o criminoso popular. O criminoso é sempre inteligente, mantendo com a polícia uma espécie de jogo em mesmo pé de igualdade”. Hobsbawm (1976, p. 38) complementa a noção ao descrever que o ladrão nobre “inicia sua carreira de marginalidade não pelo crime, mas como vítima de injustiça, ou pela perseguição” (FOUCAULT, 2002, p. 137).

se tratar de um estudo sobre a violência durante a transição para a modernidade. O autor, ao frisar que o recorte da obra trata de bandidos tidos como não comuns pela opinião pública, defende que esse fenômeno tem notável uniformidade no ocidente. *“Do ponto de vista social, [o banditismo] parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se situam entre a fase evolucionária capitalista e industrial”*.

Essa tese, além de poder ser criticada pela gênese totalizante e uniformizadora, a qual reduz as características próprias de cada uma das culturas que formam essa grande categoria nomeada como *cultura ocidental*, também levanta um aspecto que reduz o conceito de violência ao relacioná-lo diretamente com a falta de infraestrutura (ainda que o autor inclua nessa base material a administração pública), de modo que o banditismo social apenas se manifestaria em regiões rurais pobres ou periféricas – quase sempre com a alegação de que a falta de equipamentos públicos e/ou privados legitimaria a ação dos criminosos, violentos essencialmente por estarem próximos ao *estado de natureza*. Essa percepção a afasta das sociedades modernas, de cunho urbano-racional, pois defende que:

O banditismo floresce quase invariavelmente em áreas remotas e inacessíveis, tais como montanhas, planícies não cortadas por estradas, áreas pantanosas, florestas, ou estuários, com seu labirinto de ribeirões, e é atraído por rotas comerciais ou estradas de grande importância, nas quais a locomoção dos viajantes, nesses países pré-industriais, é lenta e difícil. Frequentemente, basta a construção de estradas modernas, que permitam viagens fáceis e rápidas, para reduzir bastante o nível do banditismo. Favorecem-no a ineficiência administrativa e a burocracia (HOBBSAWM, 1976, p. 14).

Se esses aspectos reduzem o olhar sobre a violência como uma mazela relacionada diretamente com a falta de desenvolvimento (sobretudo, econômico-industrial), por outro lado embasam a argumentação que relaciona a pobreza à violência nos discursos do senso comum (e, portanto, todos os arranjos societários decorrentes da miséria como, por exemplo, a falta de acesso à educação e à cultura formais). Além disso, tal tese trabalha com outra construção cultural, que aponta para uma afinidade entre violência, pobreza e juventude⁷, principalmente se esta

⁷ Hobsbawm (1976, p. 27) trabalha com a ideia de que o banditismo social se expressou em meio à juventude. O autor estudou a vida de vários bandidos e, a partir de contestações quantitativas, traçou proximidades entre juventude e violência: *“Dois terços dos salteadores de Basilicata, década de 1860, tinham menos de 25 anos. De 59 bandidos de Lambayeque (Peru), 49 eram solteiros”*.

estiver livre de responsabilidades como o trabalho, a família ou outras instituições sociais cujos princípios são pautados pela racionalidade:

O mais importante desses grupos [de bandidos] compreende os homens jovens, entre a puberdade e o casamento, isto é, antes que as responsabilidades de família lhes pesem nas costas. (...) Mesmo nas sociedades camponesas, a juventude é uma fase de independência e de rebelião em potencial. Muitas vezes unidos em grupos formais ou informais da mesma idade, os jovens podem borboletear de emprego para emprego, brigar e errar pelo mundo (HOBBSAWM, 1976, p. 26-27).

É fundamental observar que é neste mesmo contexto de transição para a modernidade que *adolescência* e *juventude* ganham demarcações culturais, embora a divisão entre juventude e maturidade tenha sido *“mais refinada, vigiada e democraticamente aplicada na virada do século XX, dentro das nações industrializadas ocidentais”* (FREIRE FILHO, 2006, p. 41). Com os distintos processos de urbanização que caracterizaram esses países parece haver uma ruptura nas relações entre criminosos e o restante da população. Essa interação social, antes até com requintes de admiração pelos dois grupos, segundo Hobsbawm, passa a ser de *medo*, já que em função do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo o econômico, *“os ricos e poderosos tendem cada vez mais a encarar os bandidos como ameaças à propriedade que devem ser extirpadas, e não como mais um entre os fatores que entram no jogo do poder”* (HOBBSAWM, 1976, p. 93). O autor contextualiza essa quebra de paradigma ao frisar a construção de um discurso de distinção social que transforma os bandidos – categorizados automaticamente também como jovens e pobres – em marginais:

É talvez nesse ponto que surge a antimitologia do banditismo, na qual o ladrão aparece como o oposto do herói, como – para usarmos a terminologia dos nobres russos ao fim do século XVIII – *‘uma fera em forma humana’*, ‘pronto a profanar tudo quanto é sagrado, a matar, a pilhar, a incendiar, a violar a vontade de Deus e as leis do Estado’. (...) Desaparece o mecanismo para integração do banditismo na vida política normal. O ladrão passa agora a pertencer apenas a uma parte da sociedade, a dos pobres e oprimidos (HOBBSAWM, 1976, p. 93-94). *(grifo adicionado)*.

No seio das sociedades modernas, a fase entre a infância e a maturidade, notadamente marcada por mudanças biológicas, sociais e psicológicas, adquire abordagem pública, com a elevação e categorização dos problemas enfrentados

pela juventude. Os jovens – mais especificamente os adolescentes – passam a ser com frequência objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento:

Sob a égide de doutrinas positivistas e evolucionistas, biólogos, psicólogos, antropólogos criminais, profissionais de saúde, criminologistas, filantropos, trabalhadores sociais, legisladores e juízes delinearam a imagem da adolescência como um ‘problema’, investindo sobre as mentes e os corpos pubescentes uma teia de análises, teorias, exames, exortações e injunções (FREIRE FILHO, 2006, p. 43).

A temática passa, portanto, a ser abordada em diversas esferas e instituições sociais. Paralela à discussão, ganha corpo o papel de uma instituição social em particular: o *sistema carcerário*, o substituto do *suplício* nos processos de punição, até então elemento de manutenção do domínio do corpo dos indivíduos. A consolidação das prisões nas sociedades modernas é resultado de uma construção cultural e política, cujo princípio foi pautado pelo fomento a uma forte moral das classes populares. Os centros de detenção passaram a ser interpretados como “*uma suspensão da ‘animalização’ da pena*” (BASTOS; CABRAL; REZENDE, 2010, p. 18). Dessa forma, ao garantir a “humanização” das políticas jurídicas, os sistemas carcerários inverteram o processo: “*se os carrascos não fazem gritar, os cientistas, servos técnicos a serviço do Estado, em silêncio, invadem a alma e põem nela algemas*” (BASTOS; CABRAL; REZENDE, 2010, p. 19).

Nesse contexto, o significado do termo “*caráter*”, cuja definição desde a Antiguidade já remete a um conflito ético entre os desejos de determinado sujeito e suas relações nas interações com outros atores, é intensificado. Assim, para Richard Sennett, o caráter é emoldurado pela moral, a partir do momento em que “*é um termo mais abrangente que seu rebento mais moderno ‘personalidade’, (...) caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem*” (SENNETT, 2003, p. 10). Assim, o processo de segregação dos criminosos do restante da sociedade foi continuamente formulado por uma estética que propunha a exploração da violência a partir de várias manifestações culturais e instituições, com destacado exemplo para a literatura e os jornais, esferas capazes de alicerçar uma moral contra os criminosos. Nesse cenário, a vulnerabilidade da juventude (e das próprias classes populares), então

interpretada como algo pertencente à animalidade, foi um fator decisivo para a “aliança” entre violência, pobreza e juventude.

Tida a princípio como mecanismo de reinserção social, a política de vigilância à juventude foi pautada por critérios que vão desde o controle da sexualidade até “a edificação de cortes judiciais, reformatórios e prisões especialmente designadas” (FREIRE FILHO, 2006, p. 43). Essa preocupação “pública” com os jovens era fomentada em função da representação que a maturidade ganhou no seio dessas sociedades, pautada por uma forte moral que relacionava o caráter ao mundo do trabalho:

A maturidade representa – dentro desta visão linear da idade e do desenvolvimento cognitivo, emocional e social – a resolução (no tempo e na seqüência apropriada) de questões fundamentais para a formação da personalidade, a solidificação de valores e a conquista da independência social e financeira. Trata-se, presumidamente, de um estado fixo e não problemático – uma condição de equilíbrio e completude, isenta de conflitos (FREIRE FILHO, 2006, p. 45).

O que mais impressiona nessa moralidade, no entanto, é o fato do triunfo da ideologia do sistema carcerário, inclusive com conivência das próprias classes populares, principais “fornecedoras” de detentos⁸. Robert Castel (2005) lança uma discussão que amarra a noção de carceragem aos marginais a partir de uma perspectiva da *desfiliação*⁹ da sociedade, que se consolida mediante o mundo do trabalho. Ao optar por essa designação, ao invés da concepção de *exclusão*, o autor observa que é a partir de alterações nas relações de trabalho que se constrói uma forte moral sobre as classes *não-filiadas* à sociedade. Foucault (2002, p. 132-133) complementa tal ideia ao destacar que a diferença essencial nas relações de

⁸ Essa afirmação é feita com base no estudo de Mione Apolinario Sales que, entre outras afirmações, traz uma espécie de “cartografia social” do sistema carcerário brasileiro: “68% dos presos tem, em média, menos de 25 anos, 89% não têm atividade produtiva ou trabalho (do que eles muito se ressentem), 76% são analfabetos ou analfabetos funcionais, 2/3 da população carcerária são formados por negros e mulatos, e 85% é a taxa de reincidência no país. É mister destacar, também, que 72% dos processos penais devem-se a furtos e roubos; sendo os outros 28%, frutos de homicídios, lesão corporal, aborto, corrupção, estupro e tráfico de drogas” (SALES, 2007, p. 28).

⁹ Segundo Castel (2005, p. 26), a ideia de exclusão é muito fixa: “Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. (...) Em contrapartida, falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social”.

trabalho a partir da modernidade é o repasse dos meios de produção às classes populares:

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidentemente por uma moral rigorosa: daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo dos delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 2002, p. 132-133).

É preciso observar que os próprios enrijecimentos penais são ressignificações formais do conceito de violência desde o princípio da modernidade, respeitando, evidentemente, as peculiaridades de cada uma das regiões atingidas por esse estilo de vida ou organização social que começaram a emergir na Europa desde o século XVII. Cabe agora, buscar focalizar essas reinterpretações no contexto latino-americano, a partir das produções de sentidos encontradas, em especial, no telejornalismo paranaense, responsável em âmbito regional todos os dias pela disseminação de narrativas de crimes violentos.

2.2. RESSIGNIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Desde a gradativa popularização da televisão a partir da década de 1960¹⁰, o veículo está entre as instâncias de poder que influenciam em novas interpretações do conceito de violência. Aliada a transformações de espaços físicos e épocas, a violência, por não se tratar, segundo Maria Stela G. Porto, *“de um conceito*

¹⁰ A partir do investimento estatal para a popularização da televisão, mediante abertura de crédito para financiamento dos aparelhos, *“o número de televisores em uso no país saltou de 2 milhões, em 1964, para 4 milhões, em 1969, e 5 milhões, em 1970”* (FREIRE FILHO, 2005, p. 168).

sociológico, mas de uma categoria empírica de manifestação do social” (PORTO, 2000, p. 87) tem uma compreensão por parte dos grupos sociais “*dependente dos arranjos societários de que emerge*” (ibid.).

A título de exemplificação, o que era socialmente aceito como *intimidações* contra a mulher ganhou novos contornos no país a partir do tratamento de denúncia que se passa a receber pelas mais diversas instituições sociais¹¹. Essas alterações foram e são responsáveis por gradativas mudanças nas relações de gênero:

Há não mais de poucas décadas, estupro ou espancamento de mulheres eram fenômenos tratados na esfera privada, não nomeados como violência. A própria criação de delegacias da mulher e a criminalização de atos de violência contra a mulher sinalizam para novos sentidos do que se considera violência, o que reflete um outro estatuto da condição feminina. Apontam, também, para uma maior igualdade entre os sexos, na medida em que a mulher se constitui enquanto portadora de direitos (PORTO, 2000, p. 190).

Com a questão da infância e da juventude há semelhanças. É só a partir do *Estatuto da Criança e do Adolescente*¹² (Lei 8.069/90), que os mais jovens passam a gozar (BRASIL, 2006, p. 03-04) “*de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...) [com direito a] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*”. Assim, na garantia de novos direitos aos jovens, o trabalho infantil e a exploração sexual passam a se configurar como crimes.

Com a abertura para discussões em torno da redução da idade penal, por exemplo, cria-se uma nova configuração em torno do próprio conceito de violência. Pela legislação vigente, “*a conduta descrita como crime ou contravenção penal*” (BRASIL, 2006, p. 36) praticada por crianças e adolescentes não deve ser classificada como crime, e sim como *ato infracional*. Essa imputabilidade penal, porém, faz da infância e, principalmente, da juventude, alvos do crime organizado

¹¹ Outras instituições trabalham com a ressignificação do conceito, como acontece com a escola, com os movimentos sociais, partidos políticos e as igrejas, que certamente também influenciam no papel das formações política e cultural propiciadas pela televisão.

¹² O *Estatuto da Criança e do Adolescente* descreve como criança a pessoa com até 12 anos e como adolescente a com até 18 anos.

(WAISELFISZ, 2010, p. 70). Segundo o *Mapa da Violência 2010*, publicação que reúne e classifica as mortes violentas em todo o país, há um aumento significativo das taxas de homicídio na parcela da população com idade entre 15 e 18 anos. Num período de uma década, a partir 1997, ano da primeira compilação de dados, a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos variou 11%. No entanto, quando se faz um recorte da estatística e se considera apenas a faixa de adolescentes entre 15 e 18 anos, a elevação atinge 23,5% (WAISELFISZ, 2010, p. 70). Isso, em divergência com o viés de que o Estatuto instiga a impunidade, demonstra o quanto as políticas sociais não atingem o grau de plenitude garantido pela própria legislação, conforme pode ser observado com a transcrição do artigo 5º, que aponta que nenhum jovem “*será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais*” (BRASIL, 2006, p. 04).

No Brasil, os números apontam para um aumento nos índices de criminalidade, inclusive com a participação de jovens. Esse crescimento ocorre principalmente nos médios e grandes centros urbanos, áreas onde vivem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quatro entre cinco brasileiros.¹³ Entre os principais problemas relativos à violência nas cidades está justamente o fato do inchaço populacional, bem como a insuficiência de alcance das políticas públicas em áreas como educação, saúde e cultura, aliadas às exclusões sociais e culturais, aos processos de marginalização, *estigmatização* e *invisibilidade social* (*temas do capítulo a seguir*) e, finalmente, às disparidades na distribuição de renda. O problema da violência visto por esse viés não está necessariamente na pobreza, mas sim nas *distinções* sociais, econômicas, políticas e culturais.

O inchaço populacional é uma consequência do movimento de êxodo rural iniciado na década de 1930, período marcado pelo início de uma política voltada ao bem-estar, e época também em que 70% dos brasileiros habitavam áreas rurais, e tornou-se acentuado a partir dos anos 1960 (IBGE, 2009). Para que seja possível

¹³ De acordo com o estudo *Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000*, desde a década de 1940 houve um intenso processo de urbanização no país. Enquanto no primeiro levantamento 31,28% da população geral vivia nos centros urbanos, no último a representação foi de 81,24% (IBGE, 2007). Hoje, 138 milhões vivem nas cidades.

obter um parâmetro dessa mudança da sociedade brasileira, para atingir níveis percentuais semelhantes (o que ainda revela pouco frente aos números absolutos entre as duas realidades), a França demorou cerca de 200 anos (IBGE, 2009).

É fundamental refutar nesta abordagem a ideia de que os percalços decorrentes dos fluxos migratórios internos têm relações diretas com as regiões oriundas destes grupos sociais, ou ainda, com a composição étnica dos migrantes (embora esse caráter pudesse ganhar relevância na análise a partir dos aspectos culturais, assim como aconteceu na exposição da relação entre pobreza, juventude e violência, no tópico anterior). Para isso, torna-se fundamental compreender que o contexto social das grandes cidades se dá em função do não cumprimento de um projeto político de urbanização que perdurou em toda a América Latina durante o início do século XX: o espaço urbano como estrutura física garantidora dos princípios de liberdade e igualdade, oriunda do exercício dos direitos civis e que entrou em decadência por conta da crise enfrentada pela sociedade de bem-estar.

Apesar de descartados da reflexão teórica de cunho político-social acerca da temática da violência urbana, portanto, as origens geográficas e/ou étnicas foram devidamente estudadas na fase em que se observou a construção de estereótipos no telejornalismo regional. Assim, num primeiro momento se busca refletir sobre os problemas da violência pelo viés político-social e, adiante, ao fazer o recorte no telejornal regional ganharão relevância às construções culturais.

Acredita-se que a urbanização no Brasil – este agudo processo de transformação do padrão demográfico que propiciou a reunião de distintos grupos sociais num mesmo espaço, a ponto das contradições e dos referenciais culturais se tornarem mais complexos e conflitantes – calcificou os meios de comunicação periódicos a ponto de torná-los pouco capazes de contribuir com os debates acerca dos conflitos sociais deste novo espaço.

Metaforicamente, vista de cima, uma cidade ganharia destaque não pelas luzes ou grandes estruturas físicas que exaltam o desenvolvimento da modernidade, mas por grandes muros. Essas divisórias sociológicas (que poderiam ser classificadas ainda como áreas de manipulação dos estigmas) oscilariam de forma vagarosa e contínua sempre quando influenciadas pelo tempo e pelos atores coletivos, numa espécie de *terremoto contínuo*. Assim, as cidades só podem

começar a ser entendidas como conjunto a partir do momento em que se consideram essas fronteiras culturais. No caso da violência, essas linhas divisórias são sinalizadas pela relação de medo/ódio entre o telespectador e o vilão de cada narrativa, conforme a definição de Luiz Eduardo Soares: “Entre ‘eles’ [os bandidos] e ‘nós’, o muro: medo, estigma, invisibilidade. E a brutalidade policial” (ATHAÍDE; BILL; SOARES, 2005, p. 94).

A *invisibilidade social* é também uma ressignificação do conceito de violência, pertencente ao campo do que se classifica de *violência simbólica*¹⁴ – mas que com frequência tem relação direta com atos de violência físicos. Entre as características gerais do conceito está a relação de *medo/ódio* entre estigmatizado e não-estigmatizado, que são fomentadas pela televisão e por outras instituições. No entanto, o que mais interessa neste momento é trabalhar com o conceito de invisibilidade no campo do telejornalismo – o que, a princípio, parece incoerente, já que a televisão é valorizada justamente pelo caráter imagético.

2.3. NOTÍCIA: ARTEFATO DE INVISIBILIDADE SOCIAL

A ideia de trabalhar com a noção de invisibilidade no campo do telejornalismo se deveu à ideia de Martín-Barbero (2007) de que a noção de cidadania precisa ser analisada também pela concepção da *visibilidade social*. Para o autor, como o conceito é embasado pelo “reconhecimento recíproco” entre atores sociais, “isso passa decisivamente pelo direito de ser visto e ouvido, uma vez que equivale ao direito de existir/contar social, política e culturalmente, tanto na esfera individual quanto na coletiva; das majorias ou de minorias” (BARBERO, 2007, p. 35).

Como “ser visível significa, a um só tempo, tornar-se vulnerável frente à perseguição vigilante do poder” (BARBERO, 2007, p. 34-35), a ideia de *visibilidade*, apesar de fundamental para o exercício de cidadania, parece ser cada vez mais

¹⁴ Segundo Bourdieu (1997, p. 22), esse tipo de violência ocorre, por vezes, de forma não-perceptível. “A *violência simbólica* é uma violência que se exerce com a *cumplicidade tácita* dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia”.

confundida com a noção de *vigilância*, principalmente quando os debates giram em torno de uma categoria social como a juventude. Em razão disso, o fundamento desta investigação está embasado pelo princípio de que o exercício de vigilância sobre os jovens é uma prática que foge à natureza social da cidadania – e nessa teia a televisão desempenha um papel central.

A intenção do tópico é discorrer sobre quais aportes a notícia televisiva se baseia para fomentar a noção de vigilância. Disso resulta o trabalho com o conceito de *invisibilidade social*, cujas atribuições, conforme já alertado, soam estranhas frente a um veículo marcado pela *força da imagem*.

2.3.1. Um primeiro olhar para a invisibilidade

Ter a possibilidade de ficar *invisível* por determinado período de tempo é uma prerrogativa com inferências positivas em algumas situações – o que alimenta sonhos e desejos tão particulares que em situações de visibilidade ferem a concepção de caráter (SENNETT, 2003). De uma brincadeira entre crianças à curiosidade em presenciar cenas restritas a outros grupos/atores sociais, essa fantasia revela-se como um estímulo para revigorar o sujeito que almeja manifestar sua individualidade sem que haja julgamentos externos: esse é um dos princípios de sedução provocados pela televisão, visto que ela concede visões ao espectador e ao mesmo tempo torna o corpo invisível frente ao objeto/sujeito que se avalia.

É fato, no entanto, que determinada situação social pode causar sedução a um ator e, ao mesmo tempo, repulsa a outro. Isso porque “*nosso olhar é educado, assim como o paladar e a audição*” (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 171). Afirmar que tal manifestação acontece em função de o *olhar* ser um sentido passível de interpretação pode parecer uma assertiva sem grandes contribuições ao debate, mas é um alerta de fundamental importância para que se compreenda como a individualidade – no sentido de autonomia para *olhar as coisas* – é violada pela televisão (mais violável ou menos, de acordo com o ator, é bem verdade). Apesar de, entre os cinco sentidos, a visão parecer ser o mais “confiável”, não há como negar que cada olhar é cerceado por aspectos que fogem da observação pura de um acontecimento. Mas o que é, afinal, *olhar*?

Olhar é fitar, mirar, contemplar. É sondar, cuidar e ponderar. Admirar, julgar, estudar. Olhar é apreender o mundo, as coisas, as pessoas e suas circunstâncias e considerá-las, guardá-las de alguma forma nos escaninhos da memória. Olhar é encarar, pesquisar, examinar. Olhar é lançar-se ao mundo e significá-lo, perceber seus sentidos plurais. Para além de um fenômeno físico, olhar é captar, receber, ler o mundo. Lançar um olhar é deter-se sobre algo.

Na sua dimensão total, o olhar está próximo do entender, do saber, do conhecer. Dessa forma, não é demais dizer que um olhar é uma forma de compreensão, um ensaio de racionalidade e sensibilidade (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 78).

A velocidade de apresentação e arranjo das notícias dentro do *roteiro* do telejornal, entretanto, caminha na contramão da definição de *olhar*. Não há tempo para desenvolver lentos raciocínios, menos ainda, possibilidade de não ser “*asfixiado*” (ainda que de maneira inconsciente) pela notícia seguinte. Se a possibilidade de debate é corrompida pelos princípios de produção e circulação das mensagens, logo, tende-se a não se olhar a televisão, e sim a *vê-la*. Ao contrário de *olhar*, *ver* não exige vocação para interpretar, pois só se vê aquilo que já foi cristalizado pela realidade social. Em síntese, o que se vê é *mais do mesmo*¹⁵.

Se permanecer invisível por instantes pode ser um anseio para algumas pessoas em determinadas fases ou mesmo situações cotidianas da vida, esse cenário se torna crítico quando a condição de “*estar invisível*” se transforma em “*ser invisível*”. Tal mudança verbal ocorre em função de o observador estar impedido (pouco importa se por responsabilidade própria ou não) de *olhar* uma situação, ainda que esteja a *vê-la*. E qual é a razão para tornar alguém invisível? Athayde, Bill e Soares (2005, p. 175) alegam que entre os vários motivos estão a intransigência e a indiferença. “*Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância*”.

¹⁵ A intenção não é alegar que os indivíduos não têm capacidade de *olhar* algumas notícias, mas ressaltar que, qualquer ator social, também *vê* notícias. A ideia é a defendida por Wolton (2004, p. 36) de que há margem de manobra: “*Em outras palavras, pode haver, com a comunicação, dominação e não alienação. A alienação implicaria o desaparecimento do livre-arbítrio, dessa tal capacidade crítica ligada ao estatuto do cidadão. A dominação evoca, pelo contrário, a experiência própria de cada um: a comunicação pode ser a oportunidade de uma relação de poder, ou de violência, nas relações particulares ou sociais, mas sempre é possível criticá-la*”.

Por outro lado, como *ser visto* é essencial dentro de uma sociedade com princípios democráticos, a televisão se torna um potencial elemento de coesão entre diferentes pessoas e mundos. O papel desempenhado pelos produtores, a relevância da TV como o único instrumento de informação para grande parte da sociedade, as ideologias defendidas pelas políticas das empresas de comunicação e as pressões e demandas exigidas pelo mercado são fatores que polarizam a hegemonia dessa instituição social e que influenciam na *estigmatização* e *invisibilidade* de grupos sociais, postos como *categorias sociais*, às quais se passa a discutir agora.

2.3.2. Categorização social como fundamento da invisibilidade

A necessidade que o ser humano tem de classificar pessoas desconhecidas deve-se a adaptação para conviver com o diferente. Segundo Goffman (2008, p. 12), *“as rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular”*. Visto por esse viés, dentro do modelo de sociedade vigente a categorização é uma necessidade vital, visto que o homem ou a mulher que se detivesse a avaliar e tentar enquadrar de forma particular cada situação cotidiana teria laços íntimos com a loucura. Classificar, portanto, um ator como pertencente a uma categoria social qualquer é enquadrá-la nos discursos do senso comum, essa forma de conhecimento fundamental para explicar situações vividas dia a dia.

Dessa maneira, as categorias, conforme Athayde, Bill e Soares (2005, p. 130) têm a função primordial de rotular e estigmatizar:

Não existe O tráfico, nem O traficante, e sim muitas formas distintas de vivenciar o ingresso, a saída, a participação e a liderança no mundo múltiplo e heterogêneo que designamos com a categoria genérica tráfico. (...) A janela secreta que devassa a experiência humana está na diferença, está nas qualidades que distinguem e particularizam, assim como estão aí as chaves para eventuais soluções dos problemas (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 130).

Goffman (2008) exemplifica a importância teórica de se diferenciar este termo em relação a “grupo social”. Segundo o autor, uma determinada “categoria” tem sentido mais abstrato e amplo, o que faz com que diferentes indivíduos tenham

potencial de construir grupos sociais com características próprias, sem necessariamente que a categoria toda constitua um grupo: “*Uma categoria, então, pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo mas sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo*” (GOFFMAN, 2008, p. 33). Em sentido oposto, os grupos tendem a se reunir levando em conta aspectos sociais, culturais, geográficos, econômicos, entre outros.

Um aspecto importante ainda no que concerne às categorias está na questão ideológica que perpassa o conceito:

Evidentemente, vale insistir, há aspectos comuns nos fenômenos do tráfico ou da dependência, e, graças a eles e às categorias que os apreendem, podemos estabelecer referências gerais e pensar as grandes linhas de desenvolvimento da sociedade e de seus problemas. Entretanto, nas conversas cotidianas, na mídia e na política, as palavras de apelo geral servem mais para esconder as diferenças, a complexidade e a multiplicidade de sentidos envolvidos nos processos históricos. Por isso, eu dizia: as categorias perdem sua função cognitiva e se convertem em estigmas (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p.131).

Dadas as diferenças conceituais entre categoria e grupos sociais é hora de estabelecer conexões entre a televisão e os processos de invisibilidade social.

2.3.3. Televisão e invisibilidade

Ele [um traficante da cidade de Joinville (SC)] usava uma espada muito parecida com aquela que a imprensa mostrou, muitas vezes, como sendo a que matou Tim Lopes – se era mesmo, ninguém sabe. No início achei que fosse coincidência, mas quando começamos a filmar, percebi que eles usavam as mesmas expressões do Rio de Janeiro. Chamavam os inimigos de “alemão”; diziam-se do “Comando Vermelho”; seus inimigos eram nomeados “Terceiro Comando”, e muitas outras gírias totalmente cariocas eram empregadas. Eles reproduziam com precisão o dialeto das favelas cariocas. Era a primeira vez que tínhamos visto um caso como esse, parecia que os comandos do Rio de Janeiro tinham *franchaises* [“sucursais”] espalhadas por lá.

Ali, eu via claramente o quanto a televisão contribui e contribuiu para a nacionalização da criminalidade; como a televisão massifica e acaba estimulando as pessoas a fazer o que se estampa na tela. Não estou dizendo que aquele cara seja bandido por causa da TV, estou dizendo que a forma como as TVs divulgam as notícias acaba sendo a maior fonte de alimentação para esses jovens, que já têm

tendências sociais a essas práticas a partir de seus desejos e de suas limitações. A TV consolida a informação e as posições deles. Pior que isso, as TVs não somente fazem as matérias de maneira equivocada – considerando-se o ponto de vista do qual observo a situação, claro –, como também colaboram para a manutenção e ampliação do problema, ao desenvolver campanhas de propagandas que giram em torno da valorização do sexo, *status* e poder (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 55).

O trecho acima, escrito por Celso Athayde numa pesquisa empírica cujo foco foi a realidade da juventude no Brasil a partir da perspectiva do mundo do crime, ressalta uma padronização das expressões utilizadas no Rio de Janeiro por traficantes de outras regiões. Segundo o relato há uma poderosa contribuição da televisão para essa homogeneização e, conseqüentemente, proliferação de termos. No entanto, como corroborar com o princípio de que esses grupos sociais sofrem com a *invisibilidade social* se até mesmo as expressões cotidianas utilizadas por seus integrantes chegam a outras regiões do país? Ao contrário da cilada que o nome impõe, *invisibilidade* não tem relações com *não ser visto*, mas sim com *não ser olhado*. Por conta disso, a resposta para tal questionamento está na *estigmatização* que a televisão impõe, a partir de uma mitificação em torno das categorias relacionadas à violência urbana.

A estigmatização não é necessariamente planejada, mas é fortalecida pela indiferença. Assim é possível pensar em invisibilidade na televisão, mesmo que o telejornalismo tenha como preceito básico a superexposição das informações (e é plausível a hipótese de que, no que tange a temática da violência, o “poder da imagem” esteja justamente na estigmatização).

Com a incumbência de tentar solucionar não apenas o problema referente à designação do que é *invisibilidade*, Sales (2007) traz importantes contribuições ao debate. Para a autora, a estigmatização surge de conflitos ideológicos e é uma herança da *invisibilidade*, chamada pela pesquisadora como “*visibilidade perversa*”¹⁶.

¹⁶ Este conceito não será adotado nesta investigação em função de divergir da proposta aqui defendida. O motivo para isso se deve ao fato de que a noção de “*visibilidade perversa*” categoriza, já que o termo fomenta a concepção de que todo olhar para um agressor é preconceituoso. Enquanto isso, “*invisibilidade*” é uma diligência que contempla a ideia de que nem os atributos positivos, nem os negativos de uma pessoa são devidamente explicados pelas narrativas jornalísticas. A invisibilidade social, portanto, aplica-se mais pelo descaso.

A *visibilidade*, no entanto, é ambivalente (...) porque é ela mesma produto de relações de poder, logo atingi-la não significa a ultrapassagem da questão das discriminações, nem necessariamente um maior reconhecimento. Pode-se saltar assim de uma condição de invisibilidade justamente para a de uma *visibilidade perversa*, donde a visibilidade pode participar, paradoxalmente, de processos de invisibilização (SALES, 2007, p. 105).

No primeiro tópico deste capítulo foi apresentado um aspecto inerente à *existência* (inclusive, fomentado nas culturas ocidentais pelos princípios norteadores da modernidade): o *caráter relacional* entre os atores e a singularidade de cada um deles. Ao padronizar esse caráter relacional com o uso de estereótipos, a televisão destrói as características singulares de cada ator coletivo apresentado, tornando-o enquanto indivíduo, *invisível*. No que se refere à produção jornalística (*próximo capítulo*), o proveito de estigmatizar alguém está na previsão de comportamentos.

Se, por um lado, “a *violência avulta como produto da cidadania escassa no Brasil*” (SALES, 2007, p. 48), por outro, o papel midiático dela no imaginário social, ao distinguir e rearranjar as categorias sociais, ao fomentar a relação medo/ódio e ao estigmatizar determinados atores também contribui para o cenário de não-cidadania. De forma direta, não permitir que determinado indivíduo tenha direito a ser visível é torná-lo menos *cidadão*.

2.3.4. A força das técnicas de produção para o cultivo da invisibilidade

Na era da hegemonia das técnicas de informação, na qual se propalam mitos como *interatividade* e *aldeia global*¹⁷ o que se percebe é o caráter

¹⁷ Marshall McLuhan, o criador da expressão, foi o primeiro autor a vislumbrar que as técnicas de informação teriam alcance mundial, aspecto que reduziria o planeta a uma “aldeia”. Santos (2010, p. 41) destaca que a metáfora é paradoxal, já que ao contrário das aldeias reais ficou mais fácil se comunicar com pessoas distantes do que com as próximas. Assim, a integração ocorre apenas por conta das demandas de mercado. “*Pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido esgarçadas*” (ibid.) Já Wolton (2004) traz observações pertinentes a respeito da noção de integração global no que concerne ao campo da cultura. Segundo o autor, é a partir do “*fim das distâncias físicas [que se] releva a extensão das distâncias culturais*” (WOLTON, 2004, p. 17). Por isso, para o teórico francês, apesar de a comunicação técnica ter quebrado a comunicação direta no período de um século, o conceito *aldeia global* é “*exato do ponto de vista técnico, mas evidentemente sem fundamentos do ponto de vista histórico cultural*” (ibid., 2004, p. 31).

“*verdadeiramente despótico da informação*” (SANTOS, 2011, p. 38). Nesse cenário do qual a televisão é refém, a produção midiática é circunscrita por técnicas cujos valores são, ao mesmo tempo, misteriosos e banais:

De fato, a técnica é mais aceita do que compreendida. Como tudo parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina à qual os homens acabem se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato comum no cotidiano de todos, por conseguinte, uma banalidade, mas seus fundamentos e seu alcance escapam à percepção imediata, daí seu mistério. Tais características alimentam seu imaginário, alicerçado nas suas relações com a ciência, na sua exigência de racionalidade, no absolutismo com que, a serviço do mercado, conforma os comportamentos (SANTOS, 2011, p. 45).

Esse é o contexto no qual se encontra o termo conhecido como *sociedade da informação* que, de acordo com Kelly Prudencio (2006, p. 18), é um espaço para interações sociais mediado por artefatos tecnológicos – o mais comum deles é o computador. No entanto, mais que a essência do conceito, o que se herda da autora é a impossibilidade de analisar a sociedade da informação sem necessariamente vinculá-la ao mundo social:

Seja como anúncio de glória ou desespero, a expressão sociedade da informação permanece vazia de significado enquanto estiver associada apenas a processos técnicos e desvinculada de processos culturais. (...) As tecnologias são o elemento mais visível, no entanto o essencial é o modelo cultural que veiculam (PRUDENCIO, 2006, p. 16).

Posto isso, se a televisão em conjunto com outras instituições apropriou-se da tirania que a informação impôs ao mundo globalizado e da concorrência para homogeneizar os processos de produção das notícias, por outro lado isso só foi possível em função desse meio de comunicação compartilhar matrizes culturais – e isso só foi possível graças às funções dos estereótipos. Para Tânia Siqueira Montoro, o objetivo de abarcar a veiculação das mais importantes informações do mundo moderno fez com que o uso dessas figuras do discurso na produção jornalística aumentasse. Dito de outra maneira, o jornalismo se apropriou dos estereótipos para tentar compreender e explicar a realidade social dos grandes centros urbanos, espaço de desenvolvimento do que é chamado de modernidade. Esses estereótipos “*expostos numa linguagem emotiva e dramática*” (MONTORO,

2003, p. 09), mas pautados fundamentalmente pela racionalidade dos processos de produção das notícias, apenas instigam à sociedade civil a legitimar “as ações da elite política” (MONTORO, 2003, p. 09). No que se refere à violência, a autora ainda alega que há uma relação de poder estabelecida entre os meios de comunicação, sobretudo a TV, e determinados setores da sociedade civil, os quais fazem apologia a “um endurecimento penal, desviando atenção, com o espetáculo da violência, dos problemas estruturais dos quais derivam a criminalidade como a distribuição desigual da riqueza, marginalização e exclusão social” (MONTORO, 2003, p. 09).

É importante destacar as consequências da urbanização (enquanto processo responsável por rearranjos complexos no contexto social) como elementos fundamentais para o pressuposto de *(in)compreensão* que os meios de comunicação têm sobre o campo social. Por isso, alguns aspectos do campo de produção merecem atenção (embora não seja objeto desta pesquisa). *É isso que o restante deste tópico tentará estabelecer.*

Apesar de abrir alvo para críticas acadêmicas por conta da metodologia de pesquisa empregada¹⁸, Leão Serva traça uma relação curiosa entre a informação jornalística (sobretudo, o processo de construção da notícia) e a resolução do caos ao qual passam as sociedades de cunho urbano. Ao se questionar sobre como fugir da *natureza selvagem* dos fatos, o autor exalta o processo de *edição* como uma ferramenta encontrada pelos jornalistas para a conclusão de uma notícia qualquer:

Pronto! O jornal digeriu o fato, organizou, civilizou sua vocação selvagem, imprevisível. [...] A imprensa nesse momento procura se comportar como um demiurgo: diante do caos primordial, ela organiza! Aos editores, como para os deuses, nada é caótico, tudo faz parte de um plano inteligível, todos os fatos cabem portanto em um enredo pré-traçado” (SERVA, 2001, p. 57-58).

Para o pesquisador, conquanto, a dificuldade de compreensão do público se dá pelo fato de que os produtores, apesar de se considerarem demiurgos, não

¹⁸ Serva (2001) trabalha com a ideia de *desinformação* sem estabelecer qualquer vínculo de estudo empírico com o público receptor. Se isso reduz a análise no que se refere ao campo da recepção midiática, por outro lado, a obra merece reconhecimento por trazer aspectos sobre a edição jornalística. Embora a investigação que o leitor tem em mãos trabalhe com valores culturais tanto de produtores como de receptores, considera-se que só obterá êxito a partir do momento em que se desenvolver um estudo de medição junto aos grupos estigmatizados.

conseguem organizar o caos – mas o autor passa muito longe de apresentar no livro uma compreensão sobre até que ponto esses grupos não entendem e utilizam essas mensagens no cotidiano, o que faz com que a análise caia no paradigma de que o público não tem qualquer autonomia. “*Embora procure ser um espelho organizado e classificado do mundo, a imprensa, por seu sistema essencial de produção, mantém e, mais ainda, gera confusões na cabeça de leitores*” (SERVA, 2001, p. 60).

No entanto, o processo de edição é o alvo de Serva – e nesse campo o trabalho é de rara felicidade. Ao citar como exemplo o caso de navios afundados em Londres e Filipinas que são “unidos” pela edição (mesmo que não haja nenhuma simetria entre os acontecimentos que não o barco e o mar), o autor destaca que as tentativas de rearranjar os conteúdos são a peça-chave para a dificuldade em compreendê-los. No que se refere à veiculação da violência, é de uso comum a construção dos telejornais com os primeiros blocos com mais assuntos ligados à temática – inclusive, na esfera regional, com o uso extensivo de *rondas policiais* – e os últimos com temas mais ligados à cultura e ao esporte.

Ao usar o recurso da edição para relacionar assuntos díspares, a consolidação de determinadas categorias sociais por parte dos produtores se concretiza, o que dificulta a compreensão das especificidades, por exemplo, do “tráfico de drogas” em cada região. Mais amplo e turvo, portanto, que o campo da comunicação social é a sociedade urbana, dividida em alvéolos unidos – ou talvez separados? – por muros ora mais altos, ora mais volúveis, sempre com a função de segregar. Para entender como se formam essas produções de sentidos nos dois telejornais é preciso mensurar a relevância das construções culturais, a partir dos modos como a sociedade se organiza.

Ao ser incumbido de ingressar nesses alvéolos, o telejornalismo distribui a quatro cantos narrativas elaboradas a partir de *visões de mundo* (que não podem ser separadas da noção de ideologia). Ao categorizar grupos sociais – não se entra no critério da intencionalidade ou não dos produtores em fazer isso – e não respeitar a individualidade de cada caso de violência, a televisão tem potencial para tornar invisível determinado grupo social mesmo ao apresentá-lo diante do público: “*Não ser visto [por suas peculiaridades] significa não participar, não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho*” (ATHAÍDE; BILL; SOARES, 2005, p. 167).

3. A TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO

Embora o foco desta investigação esteja nos usos de estereótipos por parte dos dois objetos analisados, o trabalho necessariamente precisa conter alguns dos aspectos relativos à etapa de produção dessas notícias – a cultura de edição de conteúdos diversos citada no último tópico inaugura a discussão – bem como de alguns valores intrínsecos à *comunidade interpretativa* dos jornalistas, princípios que em conjunto auxiliam na compreensão do agendamento diário da temática da violência no campo do telejornalismo. Por conta disso, esta seção se dedica à identificação de atividades cotidianas que podem estimular os produtores a disseminarem alcunhas.

Para obter êxito, o capítulo inicia com uma conceituação do que se entende por *sensacionalismo* e suas vicissitudes no contexto latino-americano, passa pelo estabelecimento de diálogos para se pensar a notícia a partir do campo cultural – com base no conceito de “*cultura do risco*” – e termina com concepções acerca da *comunidade interpretativa* dos jornalistas.

3.1. A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES À MÍDIA

Tida como uma das “matérias-primas” no processo contínuo de formação moral e política dos indivíduos, a informação televisiva é pautada por dois aspectos centrais: a rotineira *atribuição de responsabilidade* atribuída pelos produtores a eles mesmos¹⁹ – que gera aos profissionais de mídia a tarefa de representar o público frente às autoridades e, com isso, auxiliá-lo a combater ou a reduzir o sofrimento – e a *demarcação entre as vítimas e os causadores*. Essas duas atribuições influenciam diretamente nos *modos de endereçamento* das notícias, ou seja, as formas como os

¹⁹ Para Maria Izabel Szpacenkopf, entre as muitas origens da palavra *informação* a que mais se destaca para o jornalismo é a jurídica, ligada a arranjos que buscam descobrir, a partir da investigação, provas para certificar a culpa a determinados atores. Assim, “*apesar de informação ter outros sentidos calcados na cibernética, na aritmética, na genética, talvez por sua origem jurídica, as atividades dos jornalistas são comumente associadas às de detetive, de policial ou mesmo de juiz. É notória a ênfase jornalística no que é considerado infrator, anormal, e no que pode ser destacado enquanto descontentamento ou mesmo no que diga respeito à quebra da ordem*” (SZPACENKOPF, 2003, p. 171).

produtores pensam que determinado assunto atinge o grande público.

Primeiro, é importante focalizar a *atribuição de responsabilidade*. As narrativas jornalísticas, apesar do cunho factual, são embasadas por princípios que fogem ao tempo presente. Vaz (2006, p. 15-16) afirma que os discursos são fundamentalmente circunscritos por “*três eixos narrativos: o que aconteceu poderia ter acontecido com qualquer um; o que aconteceu pode acontecer novamente; o que aconteceu poderia não ter acontecido*”. É possível deduzir que esses três eixos colocam o jornalismo numa encruzilhada: nos dois primeiros percebe-se o encaço do *medo* na produção midiática, enaltecido quando o assunto trabalhado é a *violência/segurança*. No último, todavia, põe-se em evidência um grande paradoxo da profissão: a transformação de um *acontecimento* em *notícia*²⁰ deveria ser pré-determinada pelos indivíduos – o que evitaria assim manifestações de sofrimento. Para isso, discursos sobre enrijecimentos penais se caracterizam como concebíveis nessas narrativas, já que o princípio fundamental de uma sociedade “livre” idealiza uma composição social formada por sujeitos morais, responsáveis, portanto, única e exclusivamente por seus atos (por complemento cria-se a regra de que os atores vulneráveis são igualmente cientes de suas ações imorais).

As narrativas de sofrimento participam da construção social do futuro, isto é, das imagens predominantes do que pode vir a existir e do que se acredita que os seres humanos podem fazer, seja para realizá-las, quando se trata de imagens positivas, seja para evitá-las, quando são negativas. Os meios de comunicação propõem, portanto, uma teia de causalidade vinculando o passado ao futuro, na qual o que está em jogo é o poder da ação humana diante dos sofrimentos (VAZ, 2006, p. 14).

Entretanto, qualquer ator coletivo só pode alterar cenários aos quais têm relativa autonomia política. O contexto neoliberal herda uma passagem definitiva da *norma* ao *risco*. Enquanto no primeiro caso o indivíduo não tem liberdade plena,

²⁰ Não há consensos sobre essas definições, de modo que alguns autores não se preocuparam em destacar diferenças entre os termos. Dentro da teoria interacionista, Traquina analisa as notícias ao considerá-las como pertencentes a um processo de produção, entre cujas características estão: “*a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia*” (TRAQUINA, 2005a, p. 180). Essa definição foi acatada nesta dissertação.

visto que ela é transferida ao Estado (ou ao tirano), no segundo prega-se que há uma “inversão” e coloca-se a liberdade como agente central. “*O fim das ideologias significa, aqui, que uma escolha só é afetada pelos seus elementos intrínsecos, sem que o contexto social interfira favorecendo certas alternativas de ação na mente dos indivíduos*” (VAZ, 2006, p. 17).

Ainda assim, apesar da plena liberdade para tomar decisões, uma visão mais contundente e provocativa das práticas cotidianas dos produtores de telejornais poderia apontar para um *embrutecimento* desses profissionais, propiciado principalmente pela dinâmica de construção do próprio produto. Ainda alinhada a tal interpretação, o desempenho dos interlocutores em frente às câmeras ganharia ainda mais relevância, já que seria factível interpretar que a atuação no cenário é formulada por um *papel* – e não pela *identidade* do produtor. Manuel Castells é quem inicia essa diferenciação entre os dois termos:

[Papéis] são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significação para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora (...) as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. (...) Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções (CASTELLS, 1999, p. 23).

Nessa junção entre falas, sons e imagens, as *maneiras de dizer algo*²¹ ganham relevância tanto quanto o estabelecimento de diretrizes acerca da relação

²¹ Maria Izabel Oliveira Szpacenkopf (2003, p.147) apresenta como aspecto próprio do telejornal a *dialética do olhar*, cujo êxito consiste em “saber o que o outro imagina, o que ele supõe de minhas intenções, de meus movimentos e do momento em que sou visto por ele”. Muito embora o conceito possa estabelecer diálogos com os modos de endereçamento, é fundamental traçar um alerta em torno das circunstâncias em que cada um se manifesta. Enquanto o primeiro está ligado à etapa de produção do telejornal, o último é uma etapa que ocorre durante a exibição do produto jornalístico: “O telejornal olha, faz-se olhado, mostra onde está, mas o espectador, ao olhá-lo, não sabe para onde o telejornal vai, nem para onde quer dirigi-lo. Mesmo existindo do lado do espectador, o poder de querer ou não determinadas notícias, o poder de fazer ver é muito mais impositivo. Dessa forma, é mais plausível supor que o espectador não sabe para onde o telejornal o leva do que supor que o telejornal não tenha a pretensão de levá-lo por algum caminho” (SZPACENKOPF, 2003, p. 147-148).

entre produtor e público. Por isso, a necessidade de compreender as ordens de discursos sobre a violência nos telejornais exige uma metodologia científica que traga para si os papéis ocupados pelos produtores dentro desse campo de conhecimento e, não menos importante, sobre o uso de estereótipos na televisão.

Assim, quando um produtor midiático pensa em *condições antecipadas de recepção*, segue pré-determinações oriundas dos *modos de endereçamento*, os quais ele acredita que o público-alvo compartilha. Esses modos de endereçamento influenciam a produção de sentidos e se fomentam *“pela exacerbação de modelos e arquétipos sociais e culturais já sedimentados no imaginário social sobre a narrativa jornalística diária”* (AMARAL, 2005, p. 05).

No que concerne à temática da violência na TV, a construção do universo de discursos está pautada pelo medo, *“uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável”* (DELUMEAU *apud* MORAES, 2008, p. 104), mas que pode ser tornar patológico, pois um perigo real pode *“ser desfocado ou deslocado e transformado em um perigo imaginário, tomando proporções e tornando-se um problema muito maior, porque, de certo modo, tornou-se uma realidade imaginária”* (MORAES, 2008, p. 105).

3.2. MODOS DE ENDEREÇAMENTOS: O SENSACIONALISMO

Qualquer pesquisador do campo da Comunicação Social que aborde a temática da violência em telejornais necessariamente em determinado momento do trabalho deverá se deparar com o conceito *sensacionalismo*. Isso se agrava quando existe a intenção de estudar o telejornalismo em âmbito regional, e levanta indícios de que há uma relação intrínseca entre o tema violência e uma recepção com características peculiares, embasada pelo medo, ou ainda, pelo ódio.

Ao buscar uma definição é que o conceito ganha distintas interpretações. A primeira e mais difundida delas é o viés originário do telejornalismo norte-americano. Segundo Barry Glassner (2003, p. 31), com o objetivo de garantir elevados índices de audiências, os produtos televisivos, inclusive os telejornais, *“sobrevivem com base em manchetes alarmistas. Nos noticiários locais, onde os produtores vivem à custa da máxima ‘se tem sangue, não tem para ninguém’, histórias de drogas,*

crimes e desastres constituem a maioria das notícias levadas ao ar”.

Como o jornalismo brasileiro segue tendências e gêneros norte-americanos, é fundamental salientar que a cobertura da violência nos telejornais daquele país, segundo Glassner (2003, p. 30), influencia os telespectadores a fomentarem o que ele chama de “*cultura do medo*”²². A análise do autor segue a concepção de que a temática da violência urbana é utilizada para fins econômicos, ou seja, para a sustentabilidade financeira tanto dos meios de comunicação como das grandes indústrias envolvidas na questão da segurança (por exemplo, empresas seguradoras, indústrias bélicas, entre outras).

Outra explicação popular responsabiliza a mídia jornalística. Sentimos tantos medos, muitos deles infundados, que a argumentação prospera porque a mídia nos bombardeia com histórias sensacionalistas idealizadas para aumentar os índices de audiência. Essa explicação, às vezes chamada de teoria dos efeitos de mídia, (...) possui uma boa parcela de verdade (GLASSNER, 2003, p. 30).

Porém, essa visão parece não se encaixar no padrão de cobertura dos países latino-americanos, sobretudo, o Brasil, por um motivo central: ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, os índices de violência aqui aumentaram. Num primeiro momento parece haver nessa interpretação uma noção do sensacionalismo de caráter mais *ideológico-elitista*, já que é possível encontrar conciliações intrínsecas com o termo *popular*. De acordo com Márcia Franz Amaral (2005, p. 02), essa percepção da prática sensacionalista ficou “*muito relacionada ao jornalismo que privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções, de mentiras, e da utilização de uma linguagem composta por gírias e palavrões*”.

Jesús Martín-Barbero destaca a necessidade de se ter cuidados com interpretações que seguem a concepção de que as práticas sensacionalistas são fruto, *exclusivamente*, dos interesses das elites políticas e econômicas, como a apontada por Glassner (2003). Ao lançar mão de aspectos culturais próprios da

²² O sociólogo destaca a disparidade entre o número de mortes violentas e a cobertura midiática nos Estados Unidos: enquanto em oito anos, a partir de 1990, as estatísticas sobre homicídios diminuíram 20%, as histórias sobre assassinatos veiculadas na mídia aumentaram 600% (GLASSNER, 2003, p. 31).

América Latina na década de 1930 – uma sociedade patriarcal manifestada politicamente pelas práticas populistas, início de um intenso processo de urbanização, industrialização, entre outros – o autor cita como exemplo a popularização da imprensa sensacionalista no Chile²³ como prática política e econômica, mas também cultural:

O sensacionalismo delinea então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular. Claro que fica muito mais fácil e seguro continuar reduzindo o sensacionalismo a um ‘recurso burguês’ de manipulação e alienação. Foi preciso bastante fôlego para se arriscar a afirmação de que “por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 258).

Essa interpretação traz à tona o fato de que os meios de comunicação destinados ao grande público só “*nasceram populares*” em função da facilidade de acesso que propiciaram aos indivíduos sem *competência cultural* para compreender os códigos das culturas letradas. Segundo Nilda Jacks, o esforço de Martín-Barbero ao consolidar esse paradigma no pensamento latino-americano demonstra o quanto à noção de massificação é anterior à própria indústria cultural, pois “*subtrai o peso absoluto que tinham os meios de comunicação no processo de massificação cultural contemporâneo, atribuindo proporcionalidade à urbanização, industrialização, escolarização, à igreja, etc.*” (JACKS, 1999, p. 30). Em suma, a rotulagem “sensacionalista”, além de uma questão de mercado, é cerceada por um embate cultural, já que pode “*se configurar numa estratégia de comunicabilidade com seus*

²³ Segundo Martín-Barbero, por possuir os melhores indicadores de educação no período, o Chile foi o primeiro país latino-americano a desenvolver uma forte imprensa no contexto populista. No entanto, o autor alerta para o fato de que o populismo, enquanto fenômeno político que atingiu grande parte dos países latinos necessitava de ferramentas da comunicação de massas para atingir às camadas populares – disso surgiu a legitimação da população urbana principalmente por meio do cinema, no México; e do rádio no Brasil e na Argentina (MARTÍN-BARBERO, 2001).

leitores através da apropriação de uma Matriz cultural e estética diferente daquele que rege a imprensa de referência” (AMARAL, 2005, p. 05-06).

Conforme já frisado, como esta pesquisa parte do pressuposto de que a televisão é tanto uma instituição política e econômica como cultural, é importante o destaque de que essas construções se dão por meio de relações de poder, ou seja, mediante o uso de discursos, cuja atribuição é atingir objetivos pelo uso de diferentes linguagens. Ainda que a abrangência do público seja considerada como heterogênea (a condição de acesso a um aparelho retransmissor garante a qualquer pessoa a programação da televisão aberta), durante o processo de produção ela é pensada por “*condições de recepção antecipadas*” (AMARAL, 2005, p. 03), ou seja, é pré-selecionada a determinadas audiências. Em síntese: como as mensagens são dirigidas a públicos específicos há variação nas formas de linguagem.

Ao tecer observações sobre os interesses despertados em distintos públicos pelas obras de arte, Pierre Bourdieu (2007) alega que uma “*obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada*” (BOURDIEU, 2007, p. 10). O autor classifica essa teoria como “*intelectualista*”. No entanto, o que se extrai da reflexão é o fato de que, se as obras artísticas provenientes dos referenciais culturais dos grupos sociais elitistas têm um sentido nato, não há razão por que negar que a cultura popular também seja construída por códigos culturais próprios.

O espectador desprovido do código específico sente-se submerso, ‘afogado’, diante do que lhe parece ser um caos de sons e de ritmos, de cores e de linhas, sem tom nem som. (...) o ato de fusão afetiva, de *Einfühlung*²⁴, que dá o prazer do amor pela arte, pressupõe um ato de conhecimento, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural. (...) O ‘olho’ é um produto da história reproduzido pela educação (BOURDIEU, 2007, p. 10).

²⁴ Relacionado com o processo de estabelecimento de *empatia*, o termo é trabalhado em diversos campos do conhecimento como, por exemplo, a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia. Para Leonardo Rodrigues Sampaio, Cleonice Pereira dos Santos Camino e Antonio Roazzi (2009), *Einfühlung* é “*um processo de imitação interna (...) ocorrido durante a apreciação de objetos de arte e no qual a projeção do self em obras artísticas fazia com que sentimentos de admiração e unicidade surgissem nos observadores dessas obras*” (CAMINO; ROAZZI; SAMPAIO, 2009, p. 213). Por isso, determinadas pessoas teriam “*propriedades subjetivas como nobreza, elegância e poder [que] podiam ser sentidas como se pertencessem às próprias obras de arte, tal como se estas fossem seres com vida*” (CAMINO; ROAZZI; SAMPAIO, 2009, p. 213).

Ora, há uma aparente incoerência na linha de raciocínio quando se pensa em diferentes telejornais: ainda que se desconsidere a hegemonia de determinados grupos sociais como detentores dos discursos midiáticos, se os códigos não são compartilhados por todos os indivíduos que formam os grupos sociais da audiência e se os discursos são pensados e emitidos a partir de linguagens distintas, como eles podem ser similares?

Para procurar responder essa questão, é preciso pensar inicialmente no fato de que o sensacionalismo tem como referência o “distinto”, que só pode ser construído por imagens prévias; por eliminação das características que o produtor julga como irrelevantes para si; logo, para o público-alvo. Como uma notícia só se torna de fato sensacionalista durante as *produções de significados* (ou seja, a partir dos processos de recepção e, principalmente, depois de ser reelaborada pelas mediações) e não nas *condições de recepção antecipadas* é possível haver divergências interpretativas sobre o caráter sensacionalista em qualquer veiculação. Em síntese: é perfeitamente possível que um tema agendado pelos dois telejornais, por exemplo, defenda políticas de endurecimento penal, sendo que um deles se utiliza de práticas sensacionalistas e o outro não (ou ainda que usem a partir de técnicas absolutamente distintas).

Essas “distinções” nas produções de sentidos aumentam tanto quanto maior forem as divergências entre as competências culturais e se fomentam “*pela exacerbação de modelos e arquétipos sociais e culturais já sedimentados no imaginário social sobre a narrativa jornalística diária*” (AMARAL, 2005, p. 05). Quando um produtor midiático pensa em *condições antecipadas de recepção*, portanto, ele segue moldes oriundos dos *modos de endereçamento* que ele acredita que o público-alvo compartilha. Esses modos de endereçamento

(...) partem do que os meios fazem com a imagem que têm do público. (...) relacionam-se menos como algo que está em um jornal ou programa e mais como um evento que ocorre entre algum lugar entre o social e o individual; ocorre entre o texto e o uso que o espectador faz dele (AMARAL, 2005, p. 06).

Para que o produtor tenha condições de interpretar e recriar esses modos de endereçamento é necessário que ele julgue conhecer determinadas matrizes culturais do público-alvo, o que rechaça de vez a assertiva de que a linguagem

sensacionalista é exclusivamente motivada por aspectos econômicos. Antes de prosseguir é devido o destaque às formas de endereçamento:

É evidente que um jornal pode adotar uma multiplicidade de formas de endereçamento simultâneas, e o leitor também está envolvido em muitas delas em suas experiências cotidianas. (...) não há uma coincidência total entre endereço e resposta, mas sim um espaço social formado por uma conjuntura histórica de poder e diferenças sociais e culturais (AMARAL, 2005, p. 06).

Assim sendo, enquanto os modos de endereçamento estão incorporados à produção da mensagem, a compreensão desses conteúdos está atrelada às influências dessa produção aliadas às práticas do cotidiano²⁵. Assim, o conceito de sensacionalismo como fruto exclusivo da indústria midiática precisa ser repensado²⁶.

Segundo Amaral (2005, p. 07), para que seja possível reinterpretar o conceito de sensacionalismo é preciso compreender os dois principais campos de práticas culturais que influenciam na produção televisiva: a matriz *racional-iluminista* e a *dramática*. Enquanto na primeira a linguagem “*é regida pelo mecanismo da generalização, ou seja, o que é particular só adquire significado quando aparece como objeto de generalização, processo que requer abstração*”, a segunda é uma

(...) concepção religiosa e dicotômica do mundo. Com ampla acolhida popular, relaciona-se com identidades de tipo social, utiliza uma linguagem concreta, dá lugar a uma representação mais cultural do popular e baseia-se nos Modos de conhecimento populares. A linguagem é baseada em imagens e pobre em conceitos e os

²⁵ Ao considerar como fundamental as apropriações de conteúdo pelo público, a proposta inicial desta pesquisa era vincular o conteúdo que o leitor tem em mãos com um estudo sobre mediações – o alvo era o público estigmatizado que será identificado ao término desta investigação. Essa intenção metodológica foi deixada de lado em função das grandes proporções tomadas pela fase de monitoramento da pesquisa, mas há um anseio pessoal em desenvolvê-la posteriormente. Por conta disso, embora não tenha sido desenvolvido num estudo de mediações, alguns trechos do texto abrem brechas para a ligação desta pesquisa com a área de recepção.

²⁶ Ao trabalhar com o dilema entre a rotina de produção e a flexibilidade enfrentada pelos trabalhadores nas empresas, Sennett (2003, p. 98) observa que “*damos demasiada atenção a acontecimentos de baixa probabilidade acompanhados por grande drama e ignoramos os que acontecem de forma rotineira*”. Essa observação ganha sentido quando pensada a partir da relação entre os processos de *recepção e mediação* das mensagens televisivas e os *modos de endereçamento*: enquanto a *produção de sentidos* é construída pelos aspectos sensoriais das mensagens (e a condição do telespectador como não-perito propicia isso), a produção jornalística está cada vez mais atrelada à rotina de produção, reduzindo os leques de interpretação justamente pelo incentivo à estigmatização.

conflitos histórico-sociais são apresentados como interpessoais. A estética é sensacionalista e melodramática (AMARAL, 2005, p. 07).

Ligada à *matriz dramática*, as construções sensacionalistas se manifestam em três momentos que interagem entre si ao longo das narrativas televisivas: *uso da oralidade*; interpretação de *compreensão dos problemas cotidianos* enfrentados pelo público e, finalmente, um *discurso característico*, cuja função é impor-se como mediador entre as classes populares e os representantes governamentais, daí a relevância das *atribuições de responsabilidade aos produtores* do início do capítulo.

Na transição para o século XXI ganha relevância ainda a noção de “*cultura do risco*”, cuja compreensão ganha contornos mais nítidos a partir do neoliberalismo, embora o conceito seja intrínseco aos princípios que regem o capitalismo desde o seu nascimento.

3.3. GÊNEROS E CULTURA DO RISCO NO TELEJORNAL

Ainda que se defenda o princípio de que as práticas sensacionalistas não são oriundas exclusivamente dos aspectos econômicos, é fundamental que se estabeleçam algumas observações acerca dos gêneros de telejornais bem como um mapeamento desse campo de poder. Segundo Fernando Arteché Hamilton, duas tendências resumem a concorrência entre os telejornais no país: a *padronização*, quase sempre ligada ao gênero *polifônico*²⁷, em função de alguns grupos locais serem afiliados de redes de comunicação de alcance nacional (o *Paraná TV* é um representante dessa tendência); e a *personalização*, percebida em programas mais recentes (o *Tribuna da Massa* segue esse princípio), cujo preceito está no confronto “*contra a predominância de concorrentes mais antigos e com maior audiência. É a*

²⁷ Para Hamilton (2008, p. 99), tal gênero é pautado pela polifonia de vozes, cujo paradigma aponta que a polifonia “*deve ser sempre diversa e democrática, isto é, quanto mais atores sociais derem suas versões sobre os fatos, mais amplo será seu entendimento por parte do telespectador*”. Traquina (2005a, p. 59-60) aponta que a multiplicidade de fontes no campo do telejornalismo se torna relevante no século XIX, a partir da cobertura da Guerra Civil americana: “*Os repórteres recorrem cada vez mais à técnica de entrevistar as pessoas na obtenção dos fatos. (...) Não só peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos*”.

busca pelo diferencial a partir do estilo da apresentação, fortemente ligada ao apresentador” (HAMILTON, 2008, p. 101).

A restrição à regionalização de telejornais ligados a redes que priorizam determinados padrões de qualidade faz com que aspectos culturais marcantes de cada região sejam sonegados (HAMILTON, 2008). Por isso, a *padronização*, entre outras características, elimina quase que por completo as particularidades culturais de cada localidade: em nome do padrão de qualidade e de credibilidade, o modelo de cenário é reconhecido em qualquer região do país, assim como as vinhetas; as expressões locais são evitadas, bem como há cuidados prévios com o uso dos sotaques; os vestuários são similares, independentemente do lugar de veiculação, o que reforça na própria rotina de produção o compartilhamento de *valores* (ou *regras*, como preferir) entre os jornalistas.

Às margens dessa sobreposição das técnicas de produção padronizadas frente às culturas locais, a *personalização*, embasada pelo gênero *opinativo*, cria um contexto mais próximo ao cotidiano dos telespectadores, muito embora sejam cada vez mais perceptíveis casos de padronização no gênero opinativo²⁸.

Dessa forma, não há como compreender didaticamente o campo do telejornalismo sem subdividi-lo nesses dois grandes gêneros. Para Arlindo Machado (1999, p. 143), *gênero* é uma maneira “*de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras*”. Entre os destaques dados pelo autor, aquele que alerta para as constantes mudanças pelas quais invariavelmente passam os gêneros, fator que possibilita a heterogeneidade e pluralidade, merece ênfase: “*Não compreender essa vertiginosa variedade pode implicar numa concepção de gênero esclerosada, esta sim desprovida de sentido, anacrônica e irrelevante*” (MACHADO, 1999, p. 145).

²⁸ Transmitido por emissoras afiliadas da Rede Record, as versões regionais do *Balanço Geral* têm o mesmo formato em todo o país, embora os apresentadores expressem opiniões e tentem se apresentar como personalidades autênticas. Em escala de alcance menor, o *Tribuna da Massa* também traz indícios de padronização nas praças televisivas em território paranaense.

Embora já se tenha inferido sobre a *padronização*, o mesmo não pode ser dito a respeito da *personalização, segunda via*²⁹ dentro do campo do telejornalismo e que ganhou relevância mediante a ascensão das classes populares como consumidoras de conteúdos. Isso se dá, sobretudo, a partir do *Plano Real* e da conseqüente predominância do neoliberalismo. A politização dos discursos que envolvem a violência urbana, a partir da limitação de *polifonia* imposta por apresentadores enquadrados nesse gênero e o conseqüente estabelecimento de *confiança* entre interlocutor e público, tende a limitar o leque de interpretações do receptor – e isso pode ser potencializado pela exploração do medo. Entre os artifícios utilizados está o uso de uma linguagem com caráter menos formal, ao contrário daquela utilizada no *telejornalismo polifônico*, que se apropria de aspectos coesos à tradição popular religiosa. Acredita-se ainda que o apelo proporcionado pela sintonia entre imagens fortes, preferencialmente ao vivo, e discursos que clamam o combate à impunidade são os recursos técnicos mais utilizados para o estabelecimento de “argumentações indiscutíveis”, o que consolida o apresentador como sujeito “integrante” daqueles grupos sociais. Por conta disso, o papel ocupado por produtores voltados às classes populares no interior do campo do telejornalismo ganhou novos contornos, embora mantenha os princípios elencados por Bourdieu:

A maior parte dos discursos que foram ou são pronunciados em favor do “povo” são obra de produtores que ocupam posições dominadas no campo de produção. (...) o povo, mais ou menos idealizado, costuma ser um refúgio contra o fracasso e a exclusão. Observa-se inclusive que a relação que os produtores provenientes do “povo” mantêm com este mesmo “povo” tende a variar, no próprio curso de suas vidas, de acordo com as flutuações de seu capital simbólico no interior do campo (BOURDIEU, 2004, p. 183).

²⁹ A personalização passou a ganhar autonomia dentro do campo da comunicação em função do acesso das classes populares à televisão. A massificação da TV gera um debate sobre a questão da qualidade ao menos em dois momentos históricos. Para João Freire Filho (2005, p. 173), há uma relação direta entre o acesso à televisão das classes populares e mudanças na qualidade da programação. O autor cita o caso da TVS (atual SBT), no início dos anos 1980, que apelou para uma programação de caráter mais sensacionalista e que só foi barrada porque o mercado publicitário fez “*valer o seu critério de qualidade televisiva, que gravita em torno de conceitos como prestígio e respeitabilidade, concebidos dentro do quadro de referências dos chamados ‘formadores de opinião’*”. No entanto, o caso mais emblemático é, sem dúvidas, o do acesso ao financiamento a aparelhos receptores após a implantação do Plano Real, em 1993. Em quatro anos de Plano Real “*6,3 milhões de domicílios brasileiros receberam seu primeiro aparelho de TV. A venda de televisores atingiu, nesse período, 28 milhões de unidades*” (FREIRE FILHO, 2005, p. 174).

Ao estar circunscrito, portanto, pelos juízos de valores dos apresentadores, programas com essa característica incorporam a *eficácia simbólica do obreirismo*:

Essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de *preempção* sobre o “povo” e, desse modo, de uma missão exclusiva (...) mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar (...) o corte com o “povo” que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz (BOURDIEU, 2004, p. 184).

Ao se estabelecerem como um novo grupo de *capital simbólico*, os telejornais opinativos se apropriam do poder simbólico a partir de discursos, pois “o *poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras*” (BOURDIEU, 2004, p. 166). A partir disso, o autor traça uma segunda condição essencial para a consolidação do poder simbólico ao alertar que um grupo “*só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido (...) dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento*” (BOURDIEU, 2004, p. 167). Assim, o *capital simbólico* no campo do telejornalismo passa a ser mensurado pelos índices de audiência, provenientes da concorrência entre emissoras e produtores.

Como os programas opinativos – cujas linhas editoriais tendem a priorizar notícias do setor policial e prestação de serviços – passaram a ter maior relevância no campo – e a perda de audiência da Rede Globo na última década é a prova cabal disso – os telejornais polifônicos começam gradativamente a transformar quaisquer “vestígios” que ainda existiam de cobertura policial para o campo de direitos do consumidor, o que faz com que esses produtos herdem os princípios do que se denomina como *cultura do risco* (o tema será retomado durante a análise).

Fruto das sociedades modernas democráticas, a *cultura do risco* é resultado da tensão entre dois tipos de proteção emoldurados nessas nações: a *proteção civil* – aquela que garante na própria lei as liberdades individuais, inclusive com previsão de punição na legislação a possíveis arbitrariedades cometidas até mesmo pelos próprios mandatários políticos – e a *proteção social* – que é a seguridade contra situações de “riscos” sociais que os indivíduos podem passar. Enquanto a primeira é fundada no *estado de direito democrático* (princípio universal da *liberdade*), a última

está ligada à proteção do indivíduo por meio da propriedade (princípio universal da *igualdade*), não entendida apenas como um bem material, e sim como todas as condições (sociais e psíquicas) que envolvem o sujeito (CASTEL, 2005). No entanto, o que se percebe com a exposição é que na doutrina neoliberal há a falta do segundo tipo de proteção a diversos grupos sociais, o que gera um clima permanente de tensão, eminentemente provocado pelas diferenças. Colocados desta forma, os telejornais funcionam como redes de disseminação de estigmatização que geram invisibilidade social a determinados grupos ao fomentarem a noção de que existem “classes perigosas” (*o tema será aprofundado no próximo capítulo*). Isso acontece em razão da impossibilidade de haver uma sociedade segura dentro de um estado de direito. O papel da televisão nisso tudo está exatamente na supervalorização dos riscos:

A “cultura do risco” extrapola a noção de risco³⁰, mas a esvazia de sua substância, impedindo-a de ser operatória. Evocar legitimamente o risco não consiste em colocar a incerteza e o medo no centro do futuro, mas, ao contrário, tentar fazer do risco um redutor de incerteza, a fim de controlar o futuro desenvolvendo meios apropriados para torná-lo mais seguro (CASTEL, 2005, p. 63).

Ainda que não trabalhe diretamente com a instituição televisão, o autor traz grandes reflexões para a exploração da temática da segurança/violência por parte dos telejornais ao considerar o princípio de que “*hoje ser protegido é também ser ameaçado*” (CASTEL, 2005, p. 09). Conforme mencionado no primeiro tópico deste capítulo (*A atribuição de responsabilidade à mídia*), Vaz (2006) destaca três eixos narrativos centrais no jornalismo que dialogam com a *cultura do risco*: dois que remetem ao risco/medo (*o que aconteceu poderia ter acontecido com qualquer um; o que aconteceu pode acontecer novamente*) e o último que aponta para a segurança/proteção³¹ (*o que aconteceu poderia não ter acontecido*). A intenção agora é discutir como esses princípios se tornam “naturais” para os jornalistas.

³⁰ Os motivos pelos quais a cultura do risco extrapola a noção de risco, por questões didáticas, serão trabalhados no tópico “*A institucionalização dos estereótipos*” (item 4.4.)

³¹ O autor que melhor auxilia nessa relação entre risco e modernidade é Antony Giddens. Segundo ele, os riscos não são ações individuais e, além disso, podem ser mensurados. “*Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde o perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados*” (GIDDENS, 1991, p. 42).

3.4. A COMUNIDADE INTERPRETATIVA DOS JORNALISTAS

Com a incumbência de estabelecer ligações entre as coberturas midiáticas referentes à problemática da AIDS em quatro países – Brasil, Estados Unidos, Espanha e Portugal, país onde desenvolveu maior parte de sua vida acadêmica –, Nelson Traquina (2005b) observou que os jornalistas detêm determinadas particularidades que influenciam nos processos de construção das notícias, aspectos que reluzem para uma ideia de “*comunidade interpretativa*” (que o autor prefere chamar de *tribo jornalística*). Dito de maneira sintética, os jornalistas possuem um código com princípios que influenciam nos modos de endereçamento das notícias e um estatuto regido pelos três eixos narrativos descritos no tópico anterior: disso surgem algumas configurações peculiares a esses profissionais como, por exemplo:

(...) o fôlego para buscar no inusitado o retrato do cotidiano, a capacidade para encarar imprevistos, o desafio para lidar com a falta de tempo na busca e checagem da informação, a frustração pelo erro e, entre outras, a formação de uma identidade profissional cuja essência emoldura no imaginário social o jornalista como um justiceiro nato (ANDRÉ, 2011b, p. 104).

Seria ingenuidade alegar que essas características sejam congênicas aos indivíduos que optam pela área, embora seja pertinente a alegação que elas integram uma *cultura profissional* que rompe distâncias geográficas, econômicas, políticas e culturais. Segundo Traquina (2005b), esses traços incomuns a maior parte dos jornalistas é capaz de legitimar a *comunidade interpretativa*. Para o autor, essa tendência de priorizar alguns aspectos das notícias em detrimento a outros faz com que os produtos jornalísticos sejam mais *pasteurizados* do que a primeira vista possam parecer, fator essencial para a disseminação de estereótipos. Isso ocorre em função das relações existentes entre jornalistas e fontes, por conta do constante olhar à produção concorrente, a valores que são compartilhados pela comunidade – como liberdade de imprensa, garantia ao sigilo de fonte –, além de uma rotina de trabalho que se torna ritualizada por fetiches como, por exemplo, a industrialização e comercialização das notícias e, por fim, a profissionalização da carreira.

Por que as notícias, conforme afirmado, apesar dos “óculos” dos jornalistas – “*a partir dos quais [esses profissionais] vêem certas coisas e outras não; e vêem*

de certa maneira as coisas que vêem” (BOURDIEU, 1997, p. 25) –, são mais similares do que a primeira vista possam parecer? Isso acontece, para Traquina (2005a), em função das transformações que a atividade profissional sofreu a partir do século XIX, período hegemônico do *pensamento positivista*³². Nessa época o campo passou a viver o “*culto aos fatos*” em detrimento à comunicação de cunho político-ideológica até então vigente:

No jornalismo [deste período] apareceu também, de uma forma crescente, uma nova figura que iria ocupar um lugar mítico e mesmo romântico na profissão emergente: o repórter. E era para esse mundo dos fatos que esta nova figura do campo jornalístico – o repórter – fazia um esforço supremo: a respiga e a montagem dos fatos. *E este esforço tentava transformar o jornalismo numa máquina fotográfica da realidade, ou seja, na sua ideologia profissional, o espelho da realidade. A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador* (TRAQUINA, 2005a, p. 52). *(grifos adicionados)*.

Com o intuito de retratar “fielmente” o cotidiano, o papel da concorrência entre os meios de comunicação passou a influenciar no desenvolvimento da atividade e, não menos importante, na relação entre jornalistas de diferentes veículos de comunicação. Ao perseguir critérios objetivos para transformar fatos em acontecimentos, um jornalista tende a “ver” pelos “óculos” do concorrente. Segundo Kucinski (2005, p. 113), esse aspecto é aguçado pelo neoliberalismo, já que, de forma incoerente, ao negar o princípio de que a concorrência estimula a diversidade e a imaginação, “*não há no mercado de idéias no jornalismo neoliberal brasileiro. No espaço midiático em que deveria acontecer esse processo de intercâmbio de idéias, deu-se no Brasil a uniformização ideológica*” (KUCINSKI, 2005, p. 114).

Essa atribuição herdada do século XIX e aguçada pela ideologia neoliberal confere não só a formação de uma comunidade interpretativa como também explica

³² O positivismo é uma corrente que começou a ser difundida no Brasil a partir de meados do século XIX. Essa concepção compreendia a história como uma ciência natural, propícia, portanto, à evolução. O auge da visão da comunicação como um sistema orgânico esteve na criação da “*fisiologia social*”, de Herbert Spencer. O conceito “*leva ao extremo a hipótese da continuidade entre a ordem biológica e a ordem social. Divisão fisiológica do trabalho e progresso do organismo caminham lado a lado. Do homogêneo ao heterogêneo, do simples ao complexo, da concentração à diferenciação, a sociedade industrial encarna a ‘sociedade orgânica’*” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 17).

alguns dos fundamentos da *Teoria do Agendamento*³³. Mais que isso, segundo Traquina, os jornalistas têm uma maneira de construir as notícias, chamada por ele de “*vocabulário de precedentes*”, cuja aprendizagem é dada por “*um processo sutil, de acumulação, baseado na experiência e nas transações diárias com colegas, fontes, superiores hierárquicos e textos jornalísticos*” (TRAQUINA, 2005b, p. 41). Dividido em três saberes – *reconhecimento*, que é a acurácia para identificar nos acontecimentos o potencial para torná-los notícia; *procedimento*, que são os critérios utilizados para a construção das notícias, desde o *gancho* até a escolha das fontes; e, por fim, *narração*, que “*consiste na capacidade de compilar todas essas informações e ‘empacotá-las’ numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante*” (TRAQUINA, 2005b, p. 42) – o vocabulário de precedentes auxilia o jornalista a se desvencilhar da imprevisibilidade, tornando a atividade mais segura.

Mas a narrativa noticiosa tem um padrão de continuidade tal que permite o reconhecimento por parte das audiências. (...) cada notícia sobre crime é escrita sobre um pano de fundo de outras notícias sobre crime. As notícias do tipo “escândalo” mobilizam igualmente uma estrutura narrativa já conhecida pelo público (...). Assim, o ‘saber de narração’ implica o conhecimento de todo um ‘inventário de discurso’ (HALL, 1984), isto é, a mobilização de todo um catálogo de ‘estórias’ que permite aos jornalistas complementarem o seu trabalho ‘dando-lhes um esqueleto sobre o qual colocam a carne da nova “estória”’ (TRAQUINA, 2005b, p. 43-44).

No próximo capítulo, a intenção é discorrer sobre a formação dos estereótipos bem como as apropriações dessas figuras do discurso na narrativa telejornalística. Para isso, ganha especial atenção os conceitos *estigmatização* e *invisibilidade*.

³³ Alguns pesquisadores contestam o uso da palavra “teoria” para designar o agendamento midiático. Para esses estudiosos o termo a ser empregado é “hipótese”. Independentemente dessa divergência, criada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, a *agenda setting* inicialmente era pensada como a capacidade que os meios de comunicação tinham para impor determinados assuntos para serem discutidos pela opinião pública. No entanto, duas décadas após desenvolver esse conceito, “*numa análise retrospectiva da evolução da investigação, McCombs e Shaw sustentaram que a teoria do agendamento é muito mais que a asserção de que as notícias influenciam aquilo em que as pessoas pensam*” (TRAQUINA, 2005b, p. 16).

4. A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NO TELEJORNAL

A discussão neste capítulo versa sobre a dicotomia oriunda da apropriação dos estereótipos pelos noticiários televisivos. Se, por um lado, a comunidade interpretativa dos jornalistas carrega como apanágio a exploração de temas de violência por conta da ligação direta que esses assuntos têm com o que se conhece por *emoção*, por outro, torna-se fundamental considerar que a própria construção do inusitado/surpreendente é pautada por processos racionais de produção. Por conta disso, a argumentação busca destrinchar os estereótipos, desde sua origem nos arquétipos (tidos como princípios universais da existência) até a sua influência na caracterização da televisão como uma das principais instituições sociais desde a segunda metade do século XX. Com base nisso é possível não apenas compreender parte dos embates sociais produzidos pela estigmatização, mas também entender a televisão como uma das principais produtoras de sentido das sociedades atuais – especialmente, a brasileira.

4.1. DO ARQUÉTIPO AO ESTEREÓTIPO

Antes de ingressar nas discussões a respeito do processo de *estigmatização* – conceito central para a compreensão dos usos dos estereótipos pelos noticiários – é necessário oferecer subsídios teóricos acerca dos *arquétipos* que, segundo Ana Taís Martins Portanova Barros, são “*conteúdos do inconsciente coletivo, imagens primordiais e universais*” (BARROS, 2009, p. 02). De forma sintética, a maior diferença entre arquétipo e estereótipo está no estado puro e imutável do primeiro em detrimento às reinterpretações pelas quais passa o último³⁴. Isso significa, por exemplo, que as novas interpretações acerca dos bandidos a partir da transição para a Modernidade são a constituição de novos estereótipos em torno dessa categoria; obviamente, por outro lado, os princípios universais que regem a metáfora (ou seja, o arquétipo) permanecem inalterados.

³⁴ A constatação não implica em predispor que os estereótipos mudam com frequência, e sim na alegação de que há possibilidade de modificá-los.

Com base nisso, o nascimento de qualquer estereótipo estaria atrelado a um arquétipo. Ainda que não haja qualquer intenção de identificar as raízes filosóficas nas narrativas jornalísticas investigadas é importante compreender a localização dos estereótipos na própria construção social da realidade (*assunto do próximo tópico*). Para Barros (2009), essas figuras esvaziam o sentido lato dos arquétipos ao banalizá-los a partir da superexposição das imagens e, em função disso, simbolizam não só uma crise de autonomia no campo da Filosofia, como também o preço pago pela democratização da vida social. A efemeridade das imagens, portanto, manifesta-se como uma nova etapa da *racionalização* pela qual passam os arquétipos – e o êxito da TV nessa sucessão é peculiar.

O fluxo para um arquétipo ser “diluído” num ou mais estereótipos é perpassado, respectivamente, por sua transformação em *símbolos* e *mitos*. Esse caminho é trilhado pela progressiva racionalização das narrativas. Na transformação de um *arquétipo em símbolo* percebem-se, ao mesmo tempo, tanto ramificações da imagem original como limitações para a interpretação desses símbolos (BARROS, 2009). Já o *mito* é o principal responsável por rearranjar os dois conceitos que o fundam. “O mito é já um esboço de racionalização, dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em ideias” (DURAND *apud* BARROS, 2009, p. 02).

Como essas narrativas de significação simbólica carregam traços umbilicais de racionalidade é pertinente inferir que elas são semeadas por relações de poder, o que explica a sobreposição de um mito a outro conforme épocas e contextos sociais. Tal aspecto é aguçado em função da polarização de determinadas facetas da narrativa em oposição a outras:

É assim que imagens míticas, inicialmente fortes, com alta capacidade de suscitar a simbolização, perdem alguns de seus aspectos, têm outros desmesuradamente (*sic*) reforçados, outros, ainda, substituídos até que, ao final, não reste muito do mito original. Postulamos que nesse processo ocorre também o nascimento dos estereótipos (BARROS, 2009, p. 03).

A gênese dessas figuras de embasamento do senso comum, portanto, está na socialização dos indivíduos. Embora sejam estudados por diferentes vertentes teóricas, de acordo com Alyohha de Oliveira Moroni e Elza Oliveira Filha (2009), é

consenso de que os estereótipos atingem diferentes grupos societários e instituições, dentre elas, a televisão:

Eles [os meios de comunicação] agem, juntamente com a família, a escola e os grupos de amigos como agentes de socialização e constituem uma das vertentes da construção do imaginário das pessoas (...). Por serem resultado de um processo cultural, os estereótipos estão impregnados no inconsciente humano e social. A estereotipização traz consigo a generalização, que, muitas vezes, traduz padrões equivocados e simplistas. Duas ou três características mais marcantes acabam por representar todos os indivíduos de um mesmo sexo, etnia, origem, profissão, classe social, etc. (MORONI; OLIVEIRA, 2009, p. 32).

Discorrida a argumentação de que é na *ordem social* que os estereótipos se fundam, o foco da discussão passa a usufruir das contribuições teóricas da sociologia do conhecimento para compreender o teor político da linguagem e a consequente institucionalização dessas representações, fatores que contribuem para a aceitação pública dessas figuras do discurso.

4.2. ESTEREÓTIPOS NO SEIO DA ORDEM SOCIAL

Na maioria dos casos são as alcunhas³⁵ que governam o mundo. A história da política, da religião, da literatura, da moralidade e da vida particular de cada um, é quase sempre menos importante do que a história das alcunhas (...). As alcunhas são ferramentas necessárias

³⁵ *Estigmas, estereótipos e alcunhas*, apesar de diferenciações conceituais, serão empregados como sinônimos. Como toda a discussão será em torno dos estereótipos, dá-se atenção para os outros dois termos. Embora haja pouca literatura que relacione esses conceitos, é possível traçar algumas observações para distingui-los. A essência de um estigma está nas discrepâncias entre a *identidade social real* (aquilo que o indivíduo é) e sua *identidade social virtual* (as imagens – os estereótipos – que a sociedade cria do estigmatizado). *Estigma*, portanto, é usado “*em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (...) Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo*” (GOFFMAN, 2008, p. 13). Já a alcunha é uma figura do discurso que está relacionada com a proliferação de um estereótipo. Enquanto o estigma está interligado ao momento de contato entre estigmatizado e não-estigmatizado, uma alcunha se dissemina pelos nervos da sociedade sem qualquer possibilidade de impedimento por parte do estigmatizado (um estigma está ligado ao momento da discriminação, enquanto as alcunhas categorizam os estigmas a fim de justificá-la; o resultado disso é a consolidação dos estereótipos em diferentes extratos sociais). A opção por considerá-los como sinônimos se deu em função de características próprias da televisão: nela, os estereótipos se tornam alcunhas quando são veiculados e, por outro lado, há uma relação entre estigmatizado (personagem) e não-estigmatizado (o público).

e portáteis, com as quais se pode simplificar o processo de causar dano a alguém, *realizando o trabalho no menor prazo e com o menor número de embaraços possíveis*. (...) As alcunhas são concebidas para serem usadas prontas, como frases feitas; de todas as espécies e todos os tamanhos, no atacado ou no varejo, para exportação ou para consumo interno e em todas as ocasiões da vida ...(...) A utilidade dessa figura do discurso é a seguinte: determinar uma opinião forte, sem ter necessidade de qualquer prova. (...) Não se atarda, cerimoniosamente, a diferenciar o que é justo do que é errôneo. *Não perde tempo com lentos desenvolvimentos de raciocínio, nem se demora a desmanchar os artifícios da sofística*. (...) Uma alcunha atua por simpatia mecânica sobre os nervos da sociedade. Pela simples aplicação de uma alcunha, uma pessoa sem dignidade pode levar a melhor sobre a reputação de qualquer outra, como se não molestando sujar os dedos, devêssemos sempre atirar lama sobre os outros. Haja o que houver de injusto na imputação, ela persistirá; porque *embora para o público seja uma distração ver-vos difamados, ninguém ficará à espera de que vos limpeis das manchas que sobre vós foram lançadas*. Ninguém escutará vossa defesa; ela não produz efeito, não conta, não excita qualquer sensação, ou é sentida apenas como uma decepção a perturbar o triunfo obtido sobre vós (HAZLITT *apud* CHAUI, 2001, p. 77, 78-79). (grifos adicionados).

O longo trecho acima foi extraído do ensaio *A Propósito de Alcinhas*, de William Hazlitt (1778-1830). Os argumentos do autor revelam o quanto essas representações se manifestam a partir de construções sociais e políticas, cuja peculiaridade está na distinção entre *categorias sociais*. Refletir sobre como se consolidam historicamente as alcunhas é compreender os motivos pelos quais determinadas construções ideológicas são utilizadas nas narrativas sobre violência. Mais que isso: é extrair dos apontamentos, escritos mais de um século antes da invenção da TV, que a *indústria cultural*³⁶ não pode ser exclusivamente acusada por determinadas práticas que são socialmente construídas – fator que reforça a

³⁶ Criado por Adorno e Horkheimer na década de 1940, o conceito *indústria cultural* é utilizado para discutir a integração das técnicas de produção ao mundo das artes, fator que provocaria, na visão dos autores, uma derrocada cultural sem precedentes nas sociedades ocidentais. “Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos, as revistas ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 77). Ainda que tenham focalizado a análise a um pilar importantíssimo, os autores pecaram por lapsos de intransigência: “Ora, podemos nos perguntar em que medida a cultura de massa não é estigmatizada por Adorno e Horkheimer também porque seu processo de fabricação atenta contra certa sacralização da arte. Na verdade, é difícil não perceber em seu texto o eco de um vigoroso protesto erudito contra a intrusão da técnica no mundo da cultura” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 79).

concepção trabalhada anteriormente de que o sensacionalismo não é fruto exclusivo da indústria cultural, e sim reflexo de demarcações culturais mais antigas.

Ainda que neste capítulo esteja proposto o delineamento entre as formas como se dão os *modos de endereçamento* – *trabalhados no capítulo anterior* – e a construção de estereótipos no telejornal, é fundamental estabelecer detalhamentos acerca da relação entre *estereótipos* e a *formação da realidade*, por meio de aportes teóricos da *sociologia do conhecimento*. Há a pretensão com isso de relativizar, por um lado, o desempenho de papéis dos produtores do campo do telejornalismo sem, no entanto, desconsiderar que os meios de comunicação são ferramentas exponenciais para a disseminação dessas alcunhas.

De acordo com Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2003), o cerne da sociologia do conhecimento está no entendimento de que a noção de “realidade” é constituída socialmente. Cabe, portanto, a essa área das ciências sociais compreender como se dita a construção do conhecimento a partir das relações entre os seres humanos. Ao mencionar que o foco de análise do que consideram como “realidade” está imerso entre duas perspectivas antagônicas – a saber, a do *homem da rua* com uma tendência de solidificação de conhecimentos em sua mente; e a do *filósofo*, cuja particularidade está na indagação das condições ontológicas e epistemológicas dessas definições – os autores delimitam e definem a sociologia do conhecimento da seguinte maneira:

(...) uma sociologia do conhecimento terá de tratar não somente da multiplicidade empírica do “conhecimento” nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais *qualquer* corpo de “conhecimento” chega a ser socialmente estabelecido. Nosso ponto de vista, por conseguinte, é que a sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que passa por “conhecimento” em uma sociedade, independentemente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse “conhecimento”. E na medida em que todo “conhecimento” humano desenvolve-se, transmite-se e mantêm-se em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que uma “realidade” admitida como certa solidifica-se para o homem da rua (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 13-14).

Os estereótipos – essa maneira de explicar a realidade solidificada “pelo homem da rua” – se manifestam como formas de conhecimentos, o que por si só torna importante estudá-los. Mayra Rodrigues Gomes (2003) destaca que os

humanos se diferenciam dos animais em três disposições que, unidas, auxiliam na compreensão da gênese dos estereótipos: *fabricante*³⁷, *falante* e *social*. Na primeira delas a característica que faz com que homens e mulheres superem as condições naturais é o poder de instrumentalizar elementos da natureza. Já na segunda disposição dá-se o destaque à “*propriedade de estar em lugar de, prescindindo da presença material, e recebe o nome de signo*” (GOMES, 2003, p. 20). Por fim, o viés social retrata a constante separação entre a ordem natural e a simbólica:

Temos, portanto, três formas de diferenciação [com o restante do reino animal] – nas dimensões da técnica, da fala e do grupo social – que se resumem na interdição da experimentação do mundo como *continuum*. Todas as três implicam oposição e distanciamento, donde talvez pudéssemos pensar a *alergia*, essa energia voltada contra o que é corpo estranho, como metáfora, como a inscrição no corpo da operação de separação que é a ordem simbólica. (...) Há nesses três campos [fabricante, falante e social] uma incidente operação de *diferenciação/substituição*, que é a palavra para a criação de instrumentos, para a assunção da palavra, para a constituição da vida social. Tal operação consiste basicamente na circunscrição de campos que podemos identificar ao ato de nomear (GOMES, 2003, p. 21).

Essa operação ou ato de nomear, posta como gênese dessas aceitações coletivas, foi moldada por formas de dizer, a partir do momento em que a ordem de discursos passou a estar imbricada com as próprias relações de poder (disso resulta o papel dos mitos, cuja especificidade está na relação entre atores, ao contrário do caráter substancial dos arquétipos). Não há aqui qualquer crítica à essência deste pensamento, visto que, como é ensinado pela sociologia do conhecimento, para que

³⁷ Um aspecto curioso sobre a condição de *fabricante* dos humanos e que merece um estudo a parte é o paradoxo levantado por Sennett a respeito da questão da *flexibilidade* no mundo do trabalho, processo em voga desde as últimas décadas do século XX. Segundo o autor, a exigência de indivíduos cada vez mais adaptados ao mercado gera um quadro de vulnerabilidade (instabilidade) e fortalece a “*corrosão do caráter*” (as demarcações e rupturas culturais provenientes disso influenciam em mudanças no próprio estereótipo). A discussão levantada por Sennett traz alguns pontos relevantes, visto que, para o teórico, se antes o trabalhador “*tinha uma narrativa para a sua vida, linear e cumulativa, uma narrativa que fazia sentido num mundo altamente burocrático*” (SENNETT, 2003, p. 31), agora o profissional vive num mundo marcado “*pela flexibilidade e o fluxo a curto prazo; [e, por isso] esse mundo não oferece muita coisa, econômica ou socialmente, para a narrativa*” (Ibid., p. 31). O autor diz que esse segundo tipo de trabalhador navega à deriva (sem destino, sem seguridade). Tal perspectiva, ao contrário da noção que defende que a rotina de produção embrutece o indivíduo, traz apontamentos que valorizam a necessidade que o ser humano tem de seguir padrões de vida.

fosse possível a consolidação da ordem social, o ser humano necessariamente precisou utilizar essa capacidade de nomear e, por sua vez, de estereotipar.

Não há novidades na afirmação de que para designar coisas houve determinados critérios, criados a partir de pensamentos hegemônicos, que só podem passar a existir a partir da comunicação. Em função disso é fundamental que se lance mão da composição das ideologias no imaginário social. Para Berger e Luckmann (2003, p. 22-23), a adoção do conceito de ideologia de Karl Mannheim serviu de base para estruturar toda a sociologia do conhecimento. Segundo esse autor, há três tipos essenciais de ideologia, a saber: *particular*, ou seja, “*a ideologia constituindo somente um segmento do pensamento do adversário*” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 22-23); *total*, baseada no conceito de “falsa consciência” de Karl Marx, e por fim; *geral*, cuja novidade está na incorporação da ideologia por adversários e pensadores, o que é bem possível de conciliar com a noção de *fato social*, um tipo de conhecimento que é incorporado pelo “homem da rua”, *conforme será trabalhado no próximo tópico*.

Os estigmas – esses mecanismos com potencial para hegemonizar ideologias e torná-las *fatos sociais* – foram pautados desde a cultura grega pela força da imagem diante dos olhos. Assim, as operações de nomear estão travestidas pelos modos como essas informações são construídas pelas instituições sociais. Para Pinto (2002), todo o discurso, seja ele escrito ou imagético, carrega consigo três operações de enunciação (que andam em conjunto, mas que estão separadas apenas por questões didáticas): a *mostração*, a *interação* e a *sedução*, sendo que a primeira designa e descreve, em princípio de forma neutra, “*as coisas ou pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas e localizando-se no tempo e no espaço, sempre em relação ao que o receptor supostamente conheceria deste universo em pauta*” (PINTO, 2002, p. 65).

Observe-se que, dentro do contexto da televisão, a força da imagem faz com que a *mostração* se coloque como algo praticamente inquestionável (*muito embora esta pesquisa já tenha trazido inferências sobre a capacidade de educar o olhar*). Ninguém questiona, por exemplo, que determinado crime ocorreu quando o próprio infrator o confessa em frente às câmeras. Por outro lado, quais são os critérios para

que determinado ato de violência seja priorizado frente aos demais? A escolha se dá apenas por coincidências? É plausível a hipótese que haja elementos norteadores.

É nesse momento que as outras duas operações de enunciação citadas por Pinto (2002) ganham destaque. Sabe-se que a imagem expõe mais características que o texto impresso, mas que, por outro lado, a imagem é literalmente uma das visões sobre determinado acontecimento. Assim, a *interação*, cuja definição em conjunto com a *sedução* está próxima ao conceito *modos de endereçamento* trabalhado anteriormente, é pensada a partir de códigos que o produtor imagina que o público compartilhe. A diferença nos códigos está no fato de que o emissor é *perito*, ao contrário do receptor que, por vezes, não se atenta aos meios de produção, já que exerce o papel de “homem da rua”. Dessa forma,

(...) a contribuição do receptor na interpretação dos valores expressivos é também importante no caso das imagens, cujas conotações são sugeridas por meio de técnicas de manipulação dos retratados e do cenário, enquadramento, iluminação, profundidade do foco, utilização de recursos pós-fotográficos com o retoque, além de recursos de edição (PINTO, 2002, p. 69).

Quais as consequências disso quando se abordam notícias de violência/segurança, que por essência estão vinculadas ao medo e/ou ódio? Como isso se aguça num espaço com tantos atores sociais de origens distintas, como acontece no contexto urbano? Essas são questões fundamentais para compreender a relevância da linguagem como elemento de interação entre os humanos e a própria televisão como uma instituição social (temas dos dois próximos itens).

4.3. LINGUAGEM: ELEMENTO DE INTERAÇÃO SOCIAL

Os estereótipos articulam o pensamento ao facilitarem a interação social entre os sujeitos durante os processos rotineiros de produção de sentidos, ainda que os usos dessas figuras do discurso estejam valorados pela perspectiva ideológica. O uso recorrente de coisas já ditas, que são costumeiramente empregadas pelos atores sociais e que, por consequência, ainda serão narradas, faz com que os estereótipos sejam o elemento central das noções do senso comum. Esses discursos simplificam (não necessariamente no sentido pejorativo, mas naquele que defende a ideia de *cooperação* entre os seres humanos) as significações das

mensagens. O emprego dos estereótipos faz com que a noção do pensamento como sistema, empregada pelas ciências humanas a partir da transição do século XIX para o XX, ganhe relevância, conforme aponta Luiz Martino ao trabalhar com o campo da comunicação e suas respectivas teorias. O autor destaca as interações como herança epistemológica³⁸ para se pensar esse campo como sistemático:

E como é, então, o pensamento em termos de sistema? *É justamente o pensamento das relações*. A partir de Galileu e, mais amplamente, de toda a Renascença, começa-se a pensar as coisas não mais em termos de substâncias, e sim de relações. Isso significa que não há mais substâncias isoladas, e, sim, estados que resultam em relações. [...] Assim, por exemplo, em vez de se ficar insistindo em que cada um de nós é um indivíduo, vem à tona e se fortalece a idéia de sociedade. *Aparece a idéia de que há efeitos em que a soma das partes não explica o todo*³⁹ (MARTINO, 2008, p. 16-17). (grifos adicionados)

Dessa forma, dentro do campo do telejornalismo, o uso de técnicas de produção que remetem ao aspecto sensacionalista das mensagens – ligado quase sempre ao que se conhece por *emoção* –, aliado a força que a imagem adquiriu nas culturas ocidentais, faz com que os processos de interação social entre os indivíduos se tornem cada vez mais *racionalizados* – termo que até certo ponto é um eufemismo para *reificados*. Por conta disso, a “*emoção*” nada mais seria que o *excesso de razão*, conforme trabalhado no início do primeiro capítulo. A *emoção* manifesta-se tanto ao agressor na iminência de um ato de violência quanto ao público em frente ao vídeo, ou ainda, durante os processos de mediação.

A decisão por dialogar a disseminação do medo/ódio nos telejornais com o que Émile Durkheim chamou de *fato social* deveu-se, sobretudo, à necessidade de vinculá-la ao cotidiano do público, o que garante à linguagem e seu código de signos a vantagem de não ser considerada como um sistema isolado da realidade social. Por mais paradoxal que possa parecer em princípio, a concepção de linguagem

³⁸ Esse aspecto relacional resultante do processo de sociabilidade é um dos motivos para que historicamente haja sobreposição de correntes teóricas que priorizem a estrutura frente ao sujeito. Com modismos acerca da racionalização dos processos sociais, o Funcionalismo concedeu aspectos científicos a conhecimento pautados pelos princípios da estereotipia, cujo limite está na dificuldade de compreender as particularidades de cada ator social.

³⁹ A contínua transformação de *arquétipos em estereótipos* é uma consequência da racionalização, cujo motor entra em combustão a partir das trocas simbólicas socialmente estabelecidas.

tomada por esta pesquisa, apesar do estudo embasado pelos estereótipos (que é, por essência, pautado na força da imagem), é considerada como um *elemento de ação* (fundado na interação social) e não como *representação* (de caráter substancial, isolado do contexto).

Para Brandão (2004, p. 09), é fundamental uma definição de linguagem que “*articule o lingüístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que representa*”. Para a autora, é justamente nesse distanciamento que se fortalece o caráter ideológico de qualquer enunciado, e que fomenta a interpretação da linguagem como ação. É importante, entretanto, destacar os limites da definição de *fato social* empregados por este trabalho, já que esse conceito é carregado de signos pejorativos ligados à perspectiva funcionalista.

Segundo Durkheim (2007), um *fato social* não deve oferecer obstáculos suficientes para ferir a autonomia plena dos sujeitos, visto que é uma *atmosfera* de *coerção* que se consolida mesmo que o ator social não o internalize:

Como estes [os defensores do individualismo] professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, julgam que o diminuímos sempre que mostramos que ele não depende apenas de si mesmo. Sendo hoje incontestável, porém, que a maior parte de nossas idéias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora, elas só podem penetrar em nós impondo-se. (...) Sabe-se, aliás, que nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual (DURKHEIM, 2007, p. 04).

Por isso, um fato social qualquer levanta a ideia de que os signos podem exercer influências exteriores no sujeito. Esse aspecto circundante, sobremaneira, não significa apenas extensões de instituições mais distantes (como se poderia considerar a televisão, por exemplo, apesar de ser possível classificá-la como próxima), mas também – e *principalmente* – de grupos iminentes ao sujeito social. Tendo em mente que um “*fato social é distinto de suas repercussões individuais*” (DURKHEIM, 2007, p. 08) e, portanto, de sua aceitação coletiva, tenta-se compreender como a temática da violência/segurança pode estabelecer um fator de coerção social que a relaciona com a juventude. A prioridade do trabalho com estereótipos no telejornalismo regional deve-se ao fato de que, em tese, a

programação local tem mais poder de influência sobre o público, visto que compartilha códigos culturais.

Assim, a definição de fato social engloba todos os aspectos que relacionam à linguagem enquanto ação social, ainda que se faça uso das generalizações (o que pode muito bem confundir o conceito e relacioná-lo com a noção de representação). Nesse cenário as condições e as técnicas de produção dialogam diretamente com os traços ideológicos. No que concerne ao campo do telejornalismo, o processo de edição ganha em relevância, já que, necessariamente, é um recorte literal da realidade. A incorporação da *cultura do risco* pelas narrativas televisivas, embasada pelo processo de edição do conteúdo noticioso é responsável pela distorção da realidade, ou melhor, por uma interpretação particular dessa realidade. Dessa forma, os discursos institucionalizados ao produzirem simulacros reforçam sentidos que influenciam diretamente nas interações sociais.

4.4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS

Berger e Luckmann (2003) sugerem que a *ordem social* é fruto exclusivo do processo de institucionalização das atividades humanas, da necessidade de “exteriorização” de ideias e, por fim, do controle dos impulsos biológicos. Os autores ratificam o conceito ao alertarem que “*embora nenhuma ordem social existente possa ser derivada de dados biológicos, a necessidade da ordem social enquanto tal provém do equipamento biológico do homem*”.

Em função do peculiar espaço ocupado pelas instituições na constituição da ordem social, Armand e Michèle Mattelart (2010, p. 16) alegam que essa sobreposição da estrutura frente ao sujeito ganha mais relevância durante a modernidade, a partir da consolidação da *divisão do trabalho*. Desde o final do século XVIII, quando a comunicação passou a ser empregada como elo organizador do trabalho em série, serviu como aporte desde o controle da produção fabril até a padronização de unidades de medida. Explicar, a partir dessas observações, por que o conceito *rede*, formulado por Saint-Simon, ganhou relevância nos estudos sociológicos não parece ser uma tarefa árdua: “*A sociedade [passa a ser] concebida*

como sistema orgânico, justaposição ou tecer de redes, mas também como ‘sistema industrial’, gerado por e como indústria”.

Ao caracterizar a sociedade como um enorme “ser vivo”, no qual a função dos sujeitos restringe-se à *estabilidade da ordem social*, o pensamento sociológico se moldou à *Física Social* proposta por August Comte. Dessa maneira, os estudos sociológicos – cujos reflexos podem ser identificados no campo da Comunicação com o Funcionalismo – passaram a conjugar a “*divisão do trabalho com as noções de desenvolvimento, crescimento, aperfeiçoamento, homogeneidade, diferenciação e heterogeneidade*” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 19).

Conforme já abordado, a divisão do trabalho permitiu maior segmentação da ordem institucional, e isso fez com que os ramos da ciência fossem cada vez mais específicos. Assim, as *tipologias dos peritos* criaram verdadeiros subuniversos de conhecimentos que resultaram na “*especialização dos papéis, levadas a um ponto em que o conhecimento específico de um papel torna-se inteiramente esotérico, comparado com o acervo comum do conhecimento*” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 117). Dito de outra maneira, por mais inteligente, voraz e dedicado que seja um ator coletivo, ele não consegue ter autonomia em todas as áreas do conhecimento, o que impõe a esse sujeito a incorporação de informações de terceiros como saberes próprios. Essa prescrição só é possível graças aos contínuos processos de estabelecimento de *confiança* com outros atores sociais e é fundamental para evitar o caos na Modernidade (como seria possível querer obter saberes de forma especializada em várias áreas num mundo onde se produz novos conhecimentos a cada minuto?). Essa especialização dos papéis reforça não somente o processo de institucionalização dentro da sociedade, mas também a noção de *risco*⁴⁰.

Aqui é relevante deter-se na configuração dos riscos para situar a *cultura do risco* no contexto social vivido na transição para o século XXI, sobretudo, quando no tópico “*Gêneros e cultura do risco no telejornal*” (item 3.3.) postulou-se a ideia de que essa cultura extrapola a própria essência do conceito. Para compreendê-la é

⁴⁰ Sennett (2003, p. 94) descreve o vocábulo como oriundo “*da palavra renascentista italiana para “desafiar”, risicare. A raiz sugere de fato uma atitude de bravata e confiança, mas essa não é a história toda*”. Se antes, de acordo com o autor, “*Fortuna, deusa romana da sorte, determinava todo lance de dados*” (Ibid., p. 95), agora quem “prevê” o futuro é a razão.

fundamental que se entenda uma das ramificações do risco: a *confiança*, termo que recebe sentido próprio com a modernidade. Quem traz subsídios teóricos para explicar os papéis da confiança e dos riscos nessas sociedades é Antony Giddens. Segundo o autor, “a noção [de confiança] se originou com a compreensão de que resultados inesperados podem ser uma conseqüência de nossas próprias atividades ou decisões, ao invés de exprimirem significados ocultos da natureza” (GIDDENS, 1991, p. 38). À mensuração de resultados inesperados dá-se o nome de *risco*, que “substitui em grande parte o que antes era pensado como fortuna (fortuna ou destino) e torna-se separado das cosmologias. A confiança pressupõe consciência das circunstâncias de risco, o que não ocorre com a crença” (GIDDENS, 1991, p. 38). Por fim, “uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde o perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados” (GIDDENS, 1991, p. 42). Dessa forma, a polarização dos riscos numa cultura do risco desvirtua a essência do conceito, visto que recria no debate a ideia de *perigo*, que é senão quando o risco de algo errado acontecer durante uma ação se concretiza.

Para que o risco pudesse se concretizar como elemento-chave das sociedades modernas, o papel dos *sistemas peritos* foi fundamental. Giddens (1991, p. 35) classifica com esse nome todos os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. São os sistemas peritos, na visão do autor, os responsáveis pelo estabelecimento de relações de *confiança* de forma particular na modernidade. Essas relações de confiança se desvencilham ainda para outras áreas da vida social que não as ligadas ao mundo da técnica. Uma dessas conseqüências é abordada por Giddens, quando o autor se refere à “*desatenção civil*”, conceito proposto por Goffman que faz referências aos modos como os indivíduos naturalizam como normais a relação com pessoas estranhas, e que ganha relevância, sobretudo, no contexto de urbanização:

A “desatenção” [entre desconhecidos num espaço público] demonstrada não é indiferença. É, pelo contrário, uma demonstração cuidadosamente monitorada do que pode ser chamado de estranhamento polido. Conforme as duas pessoas se aproximam uma da outra, cada uma rapidamente perscruta o rosto da outra, desviando o olhar quando se cruzam. (...) O olhar concede reconhecimento do outro como um agente e como um conhecido potencial. (GIDDENS, 1991, p. 85).

É claro que essa rotineira e rápida troca de olhares com outros indivíduos possibilita a fomentação de estereótipos, aspecto importante, sobretudo, para a discussão em torno da violência. Contudo, o que mais interessa neste caso é destacar a relevância que ganha o *líder de opinião midiático*⁴¹, já que o alcance proporcionado pelos meios de comunicação possibilita reconhecimento daquele ator em um ambiente composto majoritariamente por desconhecidos⁴².

Ainda de acordo com Giddens (1991, p. 89), os meios de comunicação são *sistemas peritos*, em cuja essência está a divisão do trabalho (poucos têm acesso ao conhecimento específico das técnicas de produção) e a consequente institucionalização desses meios. Outro fator que aponta para os meios como sistemas peritos é o *desencaixe* entre espaço e tempo (durante a veiculação, o apresentador pode se dirigir a qualquer sujeito que tenha acesso a um aparelho que decodifique as ondas eletromagnéticas). Assim, o estabelecimento de confiança entre os atores envolvidos ganha adjetivos próprios:

Embora todos estejam cômnicos de que o verdadeiro repositório de confiança está no sistema abstrato, e não nos indivíduos que nos contextos específicos o “representam”, os pontos de acesso trazem um lembrete de que pessoas de carne-e-osso (que são potencialmente falíveis) é que são seus operadores. (...) É compreendido por todas as partes que é necessária confiança renovada, e esta é de um tipo duplo: na fidedignidade dos indivíduos específicos envolvidos e no (necessariamente misterioso) conhecimento ou habilidades aos quais o indivíduo leigo não tem acesso efetivo. Uma atitude “aja-come-de-hábito” tende a ser particularmente importante onde os perigos envolvidos são visíveis, ao invés de formarem uma base de riscos puramente contrafatuais (GIDDENS, 1991, p. 89).

⁴¹ Essa definição foi desenvolvida por Lauro Maranhão Aires Neto (2008, p. 06). Tais líderes são distintos dos *formadores de opinião* que ganharam relevância no contexto funcionalista, e também em relação aos *líderes de opinião* característicos da folkcomunicação: “[Apresentam-se na] *instância midiática, um ambiente em que regras de relacionamento não se dão por contato social mas por um contato discursivo. (...) Dentro dessa superestrutura, os líderes de opinião se colocam muitas vezes dentro dos meios, outras vezes fora deles. De um lado, fazem a função de mediação entre a atualidade apresentada pelos meios de comunicação e os indivíduos; do outro, estão também dentro dos meios, são pagos por eles e obedecem suas regras editoriais, embora de maneira mais flexível*”.

⁴² Não há intenção alguma na constatação de definir os indivíduos como massa amorfa, incapazes de interagirem entre si, conforme as pesquisas funcionalistas. A observação é válida apenas para destacar vantagens que um sujeito com acesso aos meios de comunicação tem em relação aos demais, e não para fazer qualquer inferência a respeito, por exemplo, da incapacidade de discussão política entre indivíduos desconhecidos.

Quando Berger e Luckmann (2003, p. 72) alegam que “*embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer (...) que o homem se produz a si mesmo*”, eles estabelecem que o papel desempenhado por um ator como, por exemplo, um apresentador que se coloca como porta-voz de determinado grupo social, não pode ser incorporado sem que se considere o próprio acesso à televisão como um contexto particular para este sujeito. Dessa maneira, ele obtém uma relação direta tanto com o sistema perito quanto com sujeitos que ele desconhece (mas, acima de tudo, representa). É importante observar que essa representação é possível graças a “*um corpo de conhecimentos [comuns], uma vez que tenha alcançado o nível de um subuniverso de significação relativamente autônomo, tem a capacidade de exercer uma ação de retorno sobre a coletividade que o produziu*” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 72).

Sintetiza-se que as condições de produzir a “si mesmo” (mais pelo êxito do emprego da fábula de porta-voz do que qualquer crença que o produtor possa ter de ser um representante) e o alcance das mensagens propiciado pelo sistema perito (com o uso de todas as especificidades citadas sobre os gêneros de telejornalismo) fazem com que seja consolidada a confiança nos *líderes de opinião midiáticos*. Outro ponto relevante é o eminente acesso a outras instâncias de poder, além da gama de conhecimentos que esses produtores têm em relação à tradição valorizada pelo público (*tema que será discorrido na análise dos dados*).

A institucionalização dos estereótipos também se deve à própria urbanização. Os grandes centros urbanos abrigam interações sociológicas sem precedentes na história, como ocorre com a “*desatenção civil*”, citada poucas linhas atrás. Pessoas que jamais tiveram qualquer vínculo interagem socialmente e mantêm laços cotidianos de *confiança*⁴³ com outros atores sociais. Como “*as rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular*” (GOFFMAN, 2008, p. 12) cada ser humano é formado por duas identidades (já citada em nota de rodapé):

⁴³ *Confiança* aqui tem embasamento na conceituação do último tópico, abordado a partir dos *sistemas peritos* e está embasada pela premissa de que não deveria ser habitual para um indivíduo a preocupação com ataques de desconhecidos no espaço público, como acontece a partir da proeminência da *cultura do risco*.

a *social virtual* (visão da sociedade sobre o indivíduo, com discrepâncias entre os elementos) e a *social real* (a maneira como o próprio indivíduo se reconhece). Dessa forma, o estigma se expressa exatamente pela diferença entre essas duas interpretações. Ao estipular esse leque de interpretações em três modos (desde deformidades físicas congênitas até atributos étnicos, geográficos e culturais, não sem passar por desvios sociais de caráter individual como, por exemplo, a desonestidade), Goffman (2008) alega que a forma como os estigmas são tratados pelas instituições sociais sobrepõem outras características do estigmatizado:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (...) Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original (GOFFMAN, 2008, p. 15).

Uma das características principais da comunicação social – consolidada como campo de poder com as revoluções burguesas do século XVIII, a partir do momento em que se tornou elemento de influência política – é o fato de os veículos serem meios de exercício de poder simbólico. Se esse aspecto se realiza a partir da estigmatização, a mídia deixa de ser um elemento de coesão entre distintos mundos e passa a servir como um muro. A pesquisa empírica que se passa a descrever a partir de agora versa sobre o posicionamento dos dois telejornais a partir do uso dos estereótipos: servirão os programas noticiosos, afinal, como barreiras ou como cancelas?

5. METODOLOGIA E MÉTODO DE ANÁLISE DO CORPUS

Esta pesquisa busca compreender aspectos da linguagem televisiva a partir dos usos dos estereótipos. Para obter êxito na proposta, opta por estabelecer uma metodologia que dialogue com a produção de sentidos sem, no entanto, ingressar no campo de diálogo com os produtores. Essa escolha ocorreu face ao anseio pessoal do autor em trabalhar com uma metodologia que privilegiasse o *monitoramento* dos telejornais sem, no entanto, relegar o público, o principal responsável pela existência do campo da comunicação social enquanto área do conhecimento. Por isso, a proposta inicial versava sobre um estudo de recepção/mediação com pessoas com perfis sociais mais próximos possíveis aos dos grupos estigmatizados, cujas características serão dispostas pelos resultados desta pesquisa. A opção em suprimir essa etapa da análise deveu-se à amplitude que o monitoramento tomou com o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, os resultados desta dissertação devem ser considerados como parciais.

Segundo Mirian Goldenberg, todo pesquisador – em especial, o das ciências humanas, já que não há metodologias de trabalho com estruturas estratificadas nessa área – necessita de um esforço para conter a subjetividade de suas ações. Se, por um lado, a autora observa que *“os cientistas sociais podem e devem improvisar soluções para os seus problemas de pesquisa, sentindo-se livres para inventar os métodos capazes de responder às suas questões”* (GOLDENBERG, 2004, p. 57), por outro, ela alerta que o fundamental para conter a subjetividade está na justificativa das tomadas de decisões. *“Trata-se de um esforço porque não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar esta meta, para não fazer do objeto construído um objeto inventado”* (GOLDENBERG, 2004, p. 45).

Assim, a autora afirma ser fundamental o pesquisador explicitar as razões pelas quais traçou caminhos diferentes daqueles previstos no início da trajetória. Nesta investigação, o motivo central foi o de não abordar duas perspectivas teóricas de maneira superficial, o que poderia resultar num “objeto inventado”, conforme o alerta da teórica. Para tentar fugir desse problema foi adotada a *análise de conteúdos*, muito embora haja consciência das limitações de alguns estudos nessa área. Para corrigir essa lacuna houve a contínua preocupação em tornar qualitativa

a abordagem, ainda que esse método inicialmente tenha sido pensando para ser desenvolvido junto à etapa amputada da pesquisa: o estudo na área da recepção/ mediação.

Para Cappelle, Melo e Gonçalves (2003), a análise de conteúdos é uma proposta teórico-metodológica que originariamente foi utilizada para mensurar apenas aspectos quantitativos. Todavia, os autores alertam que estudos mais novos em comunicação conseguiram atribuir características qualitativas dentro dessa perspectiva metodológica. Para pesquisas que adotam esses princípios,

(...) a contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 03-04).

Ao conciliar permanentemente os estudos quantitativos com os qualitativos, a proposta da análise de conteúdos diminui o grau de entropia inerente a uma pesquisa exclusivamente qualitativa – afinal, conforme Laurence Bardin, *“o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos”* (BARDIN, 2010, p. 41). Ao mesmo tempo não fixa considerações como verdades absolutas ao respeitar as singularidades dos atores, fator essencial nas ciências humanas:

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se, assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos complexos que não podem ser identificados através de questionários padronizados (GOLDENBERG, 2004, p. 49).

A intenção desse prólogo foi de tornar o mais transparente possível as escolhas metodológicas para a organização da pesquisa em seu estado atual, as quais passam a ser tratadas a partir de agora.

5.1. OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO

Segundo Lúcia Santaella, os métodos para organizar e operacionalizar o pensamento científico não são exclusivos da ciência e estão arraigados na mente, *“pois se constituem nos tipos de raciocínio que dão forma aos nossos pensamentos e inferências”* (SANTAELLA, 2001, p. 117). No entanto, a ciência, ao contrário do senso comum, utiliza-se da *lógica crítica* para organizar as ideias.

Nesse aspecto estava inserida uma lacuna metodológica nos primeiros estudos com aportes da análise de conteúdos⁴⁴, visto que esses trabalhos se restringiam ao *método dedutivo*, ligado por essência às pesquisas quantitativas. De acordo com Santaella (2001, p. 118), esse procedimento parte de premissas gerais para particulares, o que vincula o teor desse raciocínio a uma determinação para aceitar a conclusão, previamente pensada pelo pesquisador. *“É, portanto, o caso típico do raciocínio matemático que parte de uma hipótese cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio, e cujas conclusões são igualmente ideais”*.

No entanto, ao estabelecer critérios objetivos para a análise e, ao mesmo tempo, possibilitar ao pesquisador traçar inferências sobre o contexto social no qual circundam o objeto (o que qualifica a investigação), a análise de conteúdos consegue *“revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais”* (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 04). Assim, no que compete à operacionalização do método, a análise de conteúdos agrega à pesquisa tanto uma *função heurística*⁴⁵, enriquecendo a pesquisa exploratória, quanto serve de base para a *administração*

⁴⁴ Segundo Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 04), os primeiros estudos oriundos da análise de conteúdos no campo da comunicação social surgiram no início do século XX, na Universidade de Colúmbia, e tiveram certa relevância até a década de 1940, quando se tornaram mais hegemônicos por conta do fascínio que a propaganda nazista provocara na comunidade científica. Para os autores, esses estudos foram *“caracterizados pelo fascínio pela contagem, pela medida e pelo rigor matemático”* (ibid.). Esse caráter obsessivo para identificar aspectos do comportamento a partir das bases estatísticas fez com que a análise de conteúdos ficasse estigmatizada como uma prática metodológica ligada ao *positivismo*, fator que impediu que a área avançasse por algumas décadas no que se refere às perspectivas qualitativas.

⁴⁵ A heurística é fixada por um conjunto de regras e métodos que visam à resolução dos problemas científicos. Para Bardin (2010, p. 31), *“a análise de conteúdo enriquece a tendência exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise para ‘ver o que dá’”*.

da prova⁴⁶ (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 04). Como essas duas funções estão lado a lado, o investigador tem a possibilidade de recriar novos instrumentos de avaliação:

(...) os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica poderão, no decorrer da investigação, “inventar” novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isto explica que, aquando destes procedimentos de ‘leituras sistemáticas’ – mas não ainda sistematizadas –, há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados), que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos). Este vaivém contínuo possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois nunca se sabe exactamente “por que ponta começar” (BARDIN, 2010, p. 32).

A ponta escolhida para iniciar este trabalho foi a escolha do *corpus* de pesquisa em peças jornalísticas referentes à temática segurança/violência nos telejornais Paraná TV e Tribuna da Massa. Para delimitá-lo foram consideradas três das quatro regras básicas para a constituição da análise, segundo Bardin (2010): *exaustividade* – uma visão geral sobre todas as 50 edições para pinçar os conteúdos noticiosos voltados à temática da segurança/violência – *homogeneidade* – ou seja, o estabelecimento de critérios pontuais para a escolha e classificação das peças jornalísticas – e, por fim, *pertinência* – cuja atribuição principal é a adequação, “enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise” (BARDIN, 2010, p. 124). Embora o *corpus* delimitado seja uma amostra frente a outros assuntos veiculados pelos telejornais no período escolhido, a *representatividade*, última regra básica apresentada pela autora, não foi considerada como um princípio norteador para a delimitação do *corpus*, visto que não houve preocupações em compreender a amostragem da temática violência/segurança frente a outros assuntos veiculados no objeto de investigação.

Com base nesses princípios a análise foi realizada a partir do monitoramento de telejornais, do qual se passa a descrever a partir de agora.

⁴⁶ O viés da “*administração da prova*” é uma função da análise de conteúdos para diminuir o grau de subjetividade do pesquisador. “*Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de directrizes, apelação para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação*” (BARDIN, 2010, p. 124).

5.2. PERÍODO DE MONITORAMENTO

A escolha do período de monitoramento, entre 21 de fevereiro e 25 de março de 2011 (25 edições de cada telejornal) não é isenta de significados. Segundo o *Relatório Estatístico Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná*, não há diferenças consubstanciais nos registros de atos de violência a cada trimestre, periodicidade utilizada pela SESP. No entanto, os primeiros três meses de cada ano contam com registros referentes aos feriados de Confraternização Universal e Carnaval, fator que tenderia a aumentar o leque de reportagens. Em Curitiba, entre janeiro e março de 2011 foram computados 10.713 *Crimes Contra A Pessoa* e 20.790 *Crimes Contra O Patrimônio* (SESP, 2012).

Para verificar se os dois telejornais fomentam estereótipos relacionados à juventude foi preciso esquematizar, mediante uma planilha de coleta de dados – desenvolvida no *Microsoft Excel* – os assuntos mais recorrentes sobre violência/segurança (os campos foram criados para atender aos objetivos da pesquisa e a descrição de cada um deles será apresentada adiante). A restrição à programação entre segundas-feiras e sextas-feiras deveu-se à singularidade dos telejornais nos finais de semana (*fator essencial à análise para o estudo de recepção inicialmente planejado*). A título de explicação, os dois programas têm menor tempo na grade das emissoras nas exibições de sábado e, além disso, o último é sempre mediado por outro apresentador. Ainda assim, o recorte reúne 60 horas de material bruto.

5.3. PLANILHA DE COLETA DE DADOS

Optou-se por coletar na planilha (*APÊNDICE 01*) *todos dados referentes à repercussão da violência* nos dois telejornais, e não apenas os cometidos pela categoria social “juventude”, como estava previsto no início do trabalho. Tal decisão foi tomada em função de um problema empírico verificado ainda no início da decupagem do material: a maioria dos produtos jornalísticos não apresenta o perfil social dos agressores (frisa-se que por falta de informações, jamais pelo fato de não enquadrá-los na categoria dos “bandidos”). Assim, houve a necessidade de recolher informações relativas a todos os perfis de agressores. Se essa atitude, num primeiro momento, ampliou o leque de conteúdos noticiosos no período – no total, 351 peças

jornalísticas computam o *corpus* –, por outro lado, deu aportes para enriquecer a análise, visto que houve a possibilidade de estabelecer diálogos entre os perfis sociais das vítimas e agressores pertencentes à infância e juventude (APÊNDICE 05) com os enquadrados nas fases posteriores da vida (APÊNDICE 06).

Com base na observação de Goffman (2008) de que a condição social por si só já estigmatiza o indivíduo, entre os campos considerados importantes na planilha estão aspectos ligados à região do acontecimento, à natureza dos atos de violência (tipos de crimes) e, finalmente, ao perfil social de agressores e de vítimas (subdivido em profissão, idade, sexo e etnia). Vale lembrar que a análise foi dada em conjunto, e que esses campos estão separados apenas por questões didáticas, o que tornou possível avaliar as questões de violência a partir de um mapa qualitativo. Na planilha de monitoramento (APÊNDICE 01) há os seguintes campos:

TABELA 01 – CAMPOS E SUBDIVISÕES DA PLANILHA DE MONITORAMENTO

Campo	Subdivisões
Dia e Mês	Dia e mês em que a peça jornalística foi veiculada;
Temática	a) Políticas de segurança (PS); b) Segurança policial (SEG/POL); c) Violência (VIOL); d) Trânsito (TRAN); e) Políticas de segurança/Violência (PS-VIOL); f) Segurança policial/Violência (SEG/POL-VIOL); g) Trânsito/Violência (TRAN-VIOL) e h) Outras formas;
Telejornal	a) Paraná TV e b) Tribuna da Massa;
Tempo	a) Até um minuto; b) Entre um e dois minutos; c) Entre dois e três minutos; d) Entre três e cinco minutos; e) Acima de cinco minutos;
Tipo	a) Reportagem; b) Nota pelada ou seca; c) Nota coberta; d) Comentário/opinião; e) Entrevista/Estúdio; f) Entrevista/Externa; g) Entrada ao vivo; h) Quadro/coluna; e i) Boletim;
Veiculação nos dois programas	a) Sim; e b) Não
Retranca	Retranca do assunto para devida identificação;
Natureza do crime	Identificar a natureza do crime praticado (ANEXO 01);
Tipo de crime	Identificar o tipo de crime praticado (ANEXO 01);
Região	Identificar a região do crime ou ato infracional praticado;
Perfil social do agressor e da vítima	a) Ocupação; b) idade; c) sexo; e d) Etnia;
Tipo de fonte	a) Oficial; b) Oficiosa; c) Especialista/profissional; d) Documental; e) Câmera escondida; f) Escuta telefônica; g) Testemunho em <i>off</i> ; h) Fonte amadora; i) Personagem/ilustrador; j) Infrator/criminoso; k) Imagens de arquivo; l) Fonte não-identificada

FONTE: O Autor (2011).

Todas as colunas possuem filtros, aspecto que torna possível a vinculação entre um ou mais campos, conforme a necessidade do pesquisador. A título de ilustração, o campo “*Região*” (6) pode ser filtrado com um ou com os dois telejornais (4). Dessa maneira é possível traçar inferências a respeito do *mapa da violência* nessa área e, na sequência, compará-lo com os números oficiais. Uma oscilação entre as duas realidades, facilmente perceptível pela planilha, deve provocar no pesquisador a curiosidade para identificar as formações discursivas que moldam aquela tendência narrativa. A *cartografia*, entre outros tantos arranjos, ainda visualiza de forma simples aspectos sobre o *agendamento* entre os dois telejornais, ao filtrar, por exemplo, o campo “*Retranca*” (10) nos dois objetos. Para possibilitar a filtragem a partir das retrancas houve o cuidado para ordená-las com o mesmo nome, ainda que as peças jornalísticas que envolvessem o mesmo assunto carregassem focos distintos de abordagem. Essa atitude serviu ainda para justificar a opção em contabilizar os crimes a partir da incidência de veiculação, fator que não reduziu a investigação apenas ao recorte geográfico e/ou temático. Considera-se essa medida fundamental para qualificar a avaliação, visto que o foco central deste trabalho está na identificação de grupos e regiões estigmatizadas representados na televisão e não nas estatísticas ligadas à geografia dos crimes. Assim, um crime e a região foram contabilizados conforme o número de aparições.

Na sequência serão descritas as subdivisões dos campos mais relevantes da planilha de coleta. Será dado privilégio aos grupos: “*Temática*”, “*Natureza*”, “*Perfil Social do Agressor*”, “*Perfil Social da Vítima*” e “*Tempo e tipo de peça jornalística*”.

5.3.1. “*Temática*”

Esse campo foi subdividido em nove (9) itens. A condição mínima para classificar os materiais foi a explicitação na narrativa jornalística e/ou a exibição de imagens que auxiliassem em tal enquadramento. As peças divergentes foram categorizadas em “*Outras Formas*” (h).

O primeiro subcampo é “*Políticas de segurança*” (a). Enquadram-se aqui os conteúdos noticiosos que abordam a questão da segurança a partir de outros campos para o enfrentamento à violência que não as ações policiais, contempladas

pelo item “*Segurança policial*” (b)⁴⁷. Dito de outro modo, as peças inclusas em *Políticas de segurança* se referem aos materiais que abordem políticas sociais de enfrentamento à violência, ou o contrário, conteúdos que exaltem justamente a falta dessas políticas sociais.

Foram inscritas na categoria *violência* (c) peças jornalísticas cuja abordagem abrange atos físicos ou psicológicos de violência. Além disso, foram contemplados nesse conjunto conteúdos cuja narrativa tenha sido concluída sem a detenção do agressor ou do acusado, o que sugere que a categoria “*Segurança policial*” (b) também abarca materiais de teor violento (mais uma vez a intenção de dividi-los nos dois campos foi auxiliar na qualificação dos dados obtidos). Em síntese, foram classificadas em “*Violência*” (c) materiais que envolvam crimes que fomentem a concepção de *cultura do risco*, mediante a exposição explícita de casos de violência, ou ainda, que incitem a ideia de constante insegurança pela qual passa a sociedade mediante testemunhos. Por fim, houve, por precaução, a inclusão da categoria *Trânsito* (d), majoritariamente usada para acidentes de trânsitos (que entram nas estatísticas oficiais de mortes violentas).

Para evitar critérios subjetivos de classificação, o restante dos campos é fruto de materiais jornalísticos que tratam de forma conjunta duas ou mais dessas categorias. Nesse aspecto merecem destaque dois dos grupos: *Trânsito* (d) e *Trânsito/Violência* (g). Ainda que as estatísticas do *Mapa da Violência* incluam qualquer acidente de trânsito com vítima fatal nas estatísticas de mortes violentas, a classificação aqui imposta buscava considerar diferenças substanciais na origem do acidente. Um exemplo: se uma pessoa se torna vítima fatal de atropelamento a classificação é “*Trânsito*”; entretanto, se o motorista acusa sinais de embriaguez ou rompe de forma abrupta com as leis de trânsito, de modo que isso esteja descrito na

⁴⁷ Essa cisão ocorreu face um trabalho prévio de monitoramento elaborado em conjunto com os discentes na disciplina “*Comunicação e política: as relações de poder no telejornalismo*”, que serviu como estágio de docência ao autor da investigação. Na ocasião, foi atentado que a categoria “segurança” não poderia sozinha abrigar todas as interpretações das ditas políticas de segurança: “*Nesta parte [do monitoramento] foi possível perceber a necessidade de em levantamentos futuros subdividir essa categoria, visto que há uma divisão ideológica gritante entre políticas de controle social perversas, pautadas pelo sistema carcerário e pela inserção de atores mediante os campos da educação e da cultura, por exemplo*” (ANDRÉ; SOMMA NETO, 2011, p. 10). Ainda estão inclusas nessa categoria problemas oriundos de ações policiais equivocadas.

narrativa jornalística, o acidente ganha contornos específicos – surge então a necessidade de classificá-la em “Trânsito/Violência”. Apesar do cuidado, apenas uma peça foi tabulada como pertencente a “Trânsito/ Violência”.

A Tabela a seguir tabula os crimes/infrações conforme a origem temática:

TABELA 02 – CRIMES/INFRAÇÕES POR ORIGEM TEMÁTICA

	Campo	Paraná TV	Tribuna da Massa	Quantidade
1	Política de Segurança (PS)	14	34	48
2	Segurança Policial	23	54	77
3	Violência	17	49	66
4	Trânsito	12	30	42
5	Política de Segurança / Viol.	03	05	08
6	Segurança Policial / Viol.	04	29	33
7	Trânsito / Violência	01	-	01
8	Trânsito / Política de Seg.	07	13	20
9	Outros crimes/infrações	19	37	56
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>251</i>	<i>351</i>

FONTE: O Autor (2011).

5.3.2. Natureza dos atos de violência e os tipos de crimes

A natureza dos atos de violência e os tipos de crimes são campos relevantes na planilha porque possibilitam identificar e qualificar quais as contravenções mais cometidas e sofridas pela categoria juventude – a importância desses dados foi potencializada com a filtragem com os outros campos como, por exemplo, o objeto de pesquisa (4). Ao qualificar as transgressões pela natureza foi possível perceber alguns critérios de noticiabilidade nos telejornais e, além disso, compreender determinadas prescrições sobre o agendamento midiático.

Nesse campo, os crimes foram arranjados de acordo com a *natureza e tipo* de infração. Por conta da incidência baixa de alguns crimes houve a necessidade de reuni-los. Dessa maneira, formam o primeiro grupo contravenções cujas raízes carregam um forte teor de violência contra o ser humano: crimes *Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa*. Em função de a

literatura-base utilizada na pesquisa ter tratado do conceito *cultura do risco* houve o cuidado de isolar os crimes *Contra O Patrimônio* de outras naturezas de contravenções. Já a terceira categoria conta com crimes *De Particular Contra A Administração Em Geral e Da Repressão À Produção Não Autorizada E Ao Tráfico Ilícito De Drogas*. Por fim, na última categoria estão enquadradas as demais violações. No total foram selecionados 30 crimes (ANEXO 01)⁴⁸. Na tabela a seguir há os tipos de transgressões enquadrados em cada uma das naturezas.

TABELA 03 – NATUREZA E TIPOS DE CRIMES CATALOGADOS NA COLETA

	Campo	Subdivisões
1	Crimes Contra a Pessoa, Contra a Liberdade Pessoal e Contra os Costumes	Ameaça; Estupro; Estupro de Vulnerável; Homicídio; Lesão Corporal; Maus Tratos; Omissão de Socorro; Rixa; Violência Doméstica.
2	Crimes Contra O Patrimônio	Dano; Estelionato; Extorsão; Furto; Receptação; Roubo.
3	<i>De Particular Contra A Administração Em Geral e Da Repressão À Produção Não Autorizada E Ao Tráfico Ilícito De Drogas</i>	Contrabando; Corrupção Ativa; Favorecimento Real; Tráfico de drogas.
4	Outros crimes	Cartel; Crimes Contra a Fauna; Crimes de Trânsito; Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante; Jogos de azar; Peculato; Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido; Posse irregular de arma de fogo; Posse ou porte irregular de arma de fogo de uso restrito; Subtração de incapazes; crimes não-identificados.

FONTES: Decreto-Lei nº 2.848/1940, Decreto-Lei nº 3.688/1941, Lei nº 8.137/1990, Lei nº 10.826/2003 e Lei nº 11.343/2006.

5.3.3. Perfis sociais de agressores e vítimas

Nessa aba (em conjunto principalmente com os tipos de fontes utilizados, *próximo item*) foi possível montar uma cartografia das práticas sensacionalistas na construção dos discursos, ainda que de “visão míope”, conforme será explicado na

⁴⁸ Ao contrário do princípio adotado na “*Temática*” (3), na qual a condição mínima para classificar os materiais foi a explicitação na narrativa, a natureza e os tipos de crime foram determinados por uma pesquisa junto ao Código Penal Brasileiro e a leis complementares (o ANEXO 01 traz a descrição completa), já que o tipo de crime, por vezes, não era citado pelo interlocutor.

descrição da análise. Para atingir esse objetivo foram formulados na planilha os seguintes campos: *perfil social do agressor* (ocupação, idade, sexo e etnia) e *perfil social da vítima* (ocupação, idade, sexo e etnia).

5.3.4. Vozes no telejornal: os tipos de fontes

As fontes foram classificadas em: *oficial* (1); *oficiosa* (2); *especialista/profissional* (3); *documental*⁴⁹ (4); *câmera escondida* (5); *escuta telefônica* (6); *testemunho em off*⁵⁰ (7); *fonte amadora* (cinegrafista externo) (8); *personagem/ilustrador* (9); *infrator/criminoso* (10); *imagens de arquivo* (11) e *fonte não-identificada* (11).

O critério adotado para a classificação das fontes seguiu o papel ao qual determinado ator social ocupou dentro da peça jornalística. Um exemplo hipotético: se o material cita que um médico foi vítima de roubo, a perícia desse profissional não é o elemento circundante do depoimento, e sim a sua condição de vítima. Sendo assim, a classificação para esse caso seria *personagem/ilustrador* (8). Já outro médico, ao ingressar numa narrativa televisiva para diagnosticar o estado de saúde de uma vítima de tiro ingressaria na aba *especialista/profissional* (3). Esse viés de classificação foi imposto devido ao fato de que a profissão de agressores e vítimas já está contemplada no perfil social desses atores.

Para trabalhar com o aspectos das fontes no telejornal foram separadas as peças jornalísticas pertencentes às temáticas: *Política de Segurança (a)*, *Segurança Policial (b)*, *Violência (c)*, *Política de Segurança/Violência (e)* e *Segurança Policial/*

⁴⁹ Para Schuch (2004), não é possível caracterizar quaisquer documentos como fontes. O autor destaca que apenas as pessoas podem ser fontes. Assim, apesar da designação “fontes documentais”, este trabalho compartilha com o princípio de que as fontes “são recursos estratégicos, tanto da fonte quando do repórter” (SCHUCH, 2004, p. 01).

⁵⁰ A interpretação de *testemunho em off* nesta pesquisa é semelhante à trabalhada por Schuch (2004, p.03). A diferença está apenas no foco na segurança/violência. Enquanto o autor aborda o trabalho em *off* a partir da perspectiva anterior à veiculação da notícia (trabalha a relação entre fonte e jornalista como um jogo de interesses), a produção televisiva de violência, embasada pela *cultura do risco*, oferta ao jornalista credibilidade suficiente para exibir um testemunho em *off* sem os mínimos embaraços. Dessa forma, ao manter em sigilo a identidade do personagem, a fonte consegue “satisfazer seu interesse [próprio], que é a difusão de determinada informação. Ela tem interesse nesta difusão porque acredita que causará um determinado efeito esperado”.

Violência (f). O arranjo dessas categorias reuniu 232 peças jornalísticas, entre as quais foram consideradas apenas as 164 que reuniam pelo menos uma fonte.

TABELA 04 – PEÇAS JORNALÍSTICAS CONFORME A QUANTIDADE DE FONTES CONSULTADAS E A TEMÁTICA DE ABORDAGEM

	Número de fontes / Temática	Até 2 fontes	Entre 3 e 5	Acima de 6	Total
1	Política de Segurança (PS)	27	12	04	43
2	Segurança Policial	37	02	00	39
3	Violência	38	09	02	49
4	Política de Segurança / Viol.	02	04	01	07
5	Segurança Policial / Viol.	16	10	00	26
	<i>Total</i>	<i>120</i>	<i>37</i>	<i>07</i>	<i>164</i>

FONTE: O Autor (2012).

5.3.5. Tempo e tipo de peça jornalística

Ainda que seja impossível mensurar com perícia o potencial que um telejornal tem para influenciar o público a adotar determinada opinião sobre um assunto qualquer – a missão já seria árdua se a tarefa se restringisse a um ator –, é inegável que a programação televisiva tem capacidade para gerar discussões. É plausível crer ainda que o formato escolhido para a veiculação de uma peça jornalística qualquer produza sensações, interpretações e mediações distintas.

Dessa forma, de nada adianta trabalhar com todos os itens desse capítulo sem levar em consideração dois pontos centrais: o *tempo de veiculação* e o *tipo de peça jornalística*, aspectos que enfatizam o grau de atenção por parte dos produtores para cada tema exibido.

TABELA 05 – TIPO DE PEÇA JORNALÍSTICA E TEMPO DE VEICULAÇÃO POR TELEJORNAL

PARANÁ TV							
<i>Tipo de Peça / Tempo (min.)</i>		<i>Até 1</i>	<i>1 e 2</i>	<i>2 e 3</i>	<i>3 e 5</i>	<i>Mais de 5</i>	<i>Total</i>
1	Reportagem	03	04	08	05	02	22
2	Nota Pelada/Seca	08	-	-	-	-	09
3	Nota Coberta	15	02	01	-	-	18
4	Comentário/Opinião	-	-	-	-	-	-
5	Entrevista/Estúdio	-	-	-	-	-	-
6	Entrevista/Externa	-	02	04	-	-	06
7	Entrada ao vivo	-	01	01	-	-	02
8	Quadro/Coluna	01	-	-	-	-	01
9	Boletim	03	-	-	-	-	03
10	Outros	-	01	-	-	-	01
	<i>Total</i>	30	10	14	05	02	61
TRIBUNA DA MASSA							
<i>Tipo de Peça / Tempo (min.)</i>		<i>Até 1</i>	<i>1 e 2</i>	<i>2 e 3</i>	<i>3 e 5</i>	<i>Mais de 5</i>	<i>Total</i>
1	Reportagem	14	34	16	04	-	68
2	Nota Pelada/Seca	03	01	-	-	-	04
3	Nota Coberta	33	05	-	-	-	38
4	Comentário/Opinião	02	01	-	-	-	03
5	Entrevista/Estúdio	-	-	-	01	-	01
6	Entrevista/Externa	-	01	03	04	-	08
7	Entrada ao vivo	-	-	-	-	-	-
8	Quadro/Coluna	-	01	01	01	01	04
9	Boletim	01	-	-	-	-	01
10	Outros	04	13	11	11	05	44
	<i>Total</i>	57	56	31	21	06	171

FONTE: O Autor (2012).

NOTA: O critério de classificação prejudicou a compreensão do desempenho do apresentador do Tribuna da Massa, pois no campo "Outros" – que reúne assuntos que foram apresentados a partir de dois tipos de peças jornalísticas em sequência – há clara sobreposição do campo "Comentário/Opinião" (4).

6. A NOTÍCIA TELEVISIVA COMO FERRAMENTA DE ESTIGMATIZAÇÃO E INVISIBILIDADE SOCIAL

Na descrição da análise empírica será dada ênfase aos motivos pelos quais as notícias televisivas voltadas à temática violência funcionam como ferramentas de estigmatização e invisibilidade social. Para obter êxito nessa proposta, a argumentação convergirá atenções inicialmente para os perfis sociais dos acusados e/ou agressores e depois para as vítimas. Por fim haverá avaliações em torno dos conteúdos relativos à segurança.

6.1. PERFIL SOCIAL DOS AGRESSORES

Etnia e ocupação não foram separadas por telejornal em função da insipiência de dados (por omissão de informações dos veículos). Para os demais campos de análise houve a distinção.

6.1.1. Etnia e ocupação

Por conta da advertência de Moraes (2008, p. 104), de que há um processo de criminalização da juventude por instituições sociais, inclusive a TV, por meio da *“estigmatização e satanização dos jovens – principalmente, negros, pobres e moradores de regiões periféricas – [e que] conta também com a existência de outros dois elementos articulados, a saber, a militarização da polícia e a policialização da sociedade⁵¹”*, houve a preocupação em estabelecer uma classificação de caráter étnico e social – mas a base de informações ficou *míope*, conforme alertado no

⁵¹ Moraes (2008) trabalha com essas duas concepções. Para o autor, a *militarização da sociedade* é a atribuição de responsabilidades à polícia para áreas que, por essência, não são de competência dessa instituição – fator que fundamenta o Estado Brasileiro como autoritário. Já a *policialização da sociedade* está no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o controle social perverso de grupos sociais estigmatizados. Em relação à juventude, o autor cita o caso paranaense da “Patrulha Escolar”, uma espécie de “consultora de segurança” (MORAES, 2008, p. 117), cuja essência *“tem sido utilizada para resolver conflitos e problemas que deveriam ser objeto de tratamento pela escola e pelos professores, uma vez que costumam ocorrer problemas de indisciplina e conflitos absolutamente comuns ao universo escolar”* (Ibid.).

capítulo anterior. Após a compilação dos dados, a *não estigmatização* dos negros⁵² (a maior parte do material não identificava os agressores e, entre os identificados houve maior proporção de brancos) gerou certa surpresa, visto que pela essência imagética da TV poderia ter havido estigmatização. Dados de 2007, apresentados no *Mapa da Violência*, apontam que parte da explicação para isso advém da menor proporção de negros no Paraná. Esse fator faz com que a taxa de homicídios dos negros (20,6 em 100 mil habitantes) seja menor que a dos brancos (32,7 em 100 mil habitantes) (WASELFISZ, 2011, p. 118), cenário único no país⁵³.

Se a condição étnica socialmente desfavorável não estigmatizou os agressores, não é possível garantir o mesmo sobre a *ocupação/desocupação* profissional. O motivo de tal alegação está no fato da omissão das profissões originais da maior parte do grupo. Uma das razões de grande valia para tal cenário é a presunção equivocada⁵⁴ de que a maioria dos crimes veiculada não é solucionada (logo, seria impossível descrever o criminoso). Nesse quesito, o viés quantitativo da pesquisa oferece mais uma surpresa: ao filtrar os campos “*Segurança Policial*” (b) e “*Segurança Policial/Violência*” (f), ou seja, ao agregar todos os subcampos nos quais houve prisões, observa-se que 92 peças jornalísticas resultaram em detenção. Por outro lado, ao reter materiais ligados à temática da “*Violência*” (c) e “*Políticas de Segurança/Violência*” (e), ou seja, campos que não resultaram em ações de encarceramento, verifica-se uma diminuição na incidência de matérias (76 peças). Essa constatação apenas fortalece a argumentação de que a produção jornalística⁵⁵

⁵² O IBGE quantifica a parcela negra da população como a soma entre pretos (5,6%) e pardos (40,4%). Essa junção ocorre em função de os índices sociais dos pardos estarem mais próximos aos dos pretos. Para Bertulio (2007, p. 53), essa divisão entre os negros acontece desde o período da escravidão e foi utilizada como uma política de branqueamento: “*Assim, os mestiços já podiam apresentar-se, não mais como negros, mas ao serem incluídos no grupo ‘pardo’, estavam (...) sendo estimulados a sair de uma condição pior para uma nova*”.

⁵³ Essas observações não significam, de forma alguma, que o autor acredite no princípio de que não haja discriminação racial no Paraná. Até mesmo uma análise superficial dos dados do Mapa da Violência aponta que a diferença entre a oscilação entre as taxas de homicídio no Paraná é menor que a em qualquer outra unidade federativa. Além disso, há outros indicadores sociais que apontam diferenças de renda e de acesso ao ensino formal.

⁵⁴ Esse era um princípio compartilhado também pelo autor no início do projeto.

⁵⁵ No Paraná TV a proporção entre conteúdos noticiosos que resultaram em prisões com os sem punição é mais equilibrada (respectivamente, 23 a 19). Já no Tribuna da Massa, que agenda mais os temas relacionados à violência, a dependência de pautas resultantes de detenções é um pouco maior: 74 a 53.

é dependente da área policial, o que necessariamente faz com que os veículos de comunicação sejam levados a compartilharem alguns dos princípios ideológicos da polícia – a apologia a políticas de detenção é, provavelmente, a maior delas.

A falta de informações a respeito das profissões, por outro lado, fomenta uma herança cultural que desvincula o agressor do mundo do trabalho a partir de uma escolha particular desse ator. É provável que haja casos enquadrados por esse princípio, mas o fato é que não há qualquer menção a problemas estruturais como o próprio desemprego. Segundo Castel (2005), o vínculo empregatício já foi um dos principais elementos de proteção ao cidadão. Para o autor, com o neoliberalismo – período marcado pela flexibilidade das tarefas de trabalho, instigada tanto pelas instabilidades do mercado quanto pelos avanços no campo da tecnologia – “o trabalho não perdeu sua importância. Perdeu, sim, muito de sua consistência, donde ele tivera o essencial de seu poder protetor” (CASTEL, 2005, p. 83). Do ponto de vista cultural, por outro lado, uma narrativa jornalística que omita ou impeça qualquer relação entre o agressor e mercado de empregos é legitimada pela *ética do trabalho*, cuja característica principal reforça a importância de “*submissão passiva a horários ou rotinas*” (SENNETT, 2003, p. 119). Para Sennett (2003), o fracasso é o caminho para a maior parte dos atores sociais que não aceitam essa regra.

Pôde-se observar que a ocupação do agressor – fato que ocorre em torno de 10% das peças jornalísticas – geralmente é mencionada quando integra o quadro de atividades nas quais a opinião pública condena qualquer contravenção, ou seja, profissões que num cenário ideal são tidas como ilibadas. Os exemplos clássicos são negligências realizadas por parlamentares e policiais, as duas atividades mais citadas. Todavia, é necessário observar essa tendência num período de monitoramento ainda maior para garantir tal princípio na produção jornalística.

6.1.2. *Natureza e tipos de crimes por telejornal*

6.1.2.1. *Tribuna da Massa*

O número de inserções sobre violência no Tribuna da Massa é maior, tanto pela essência policialesca desse telejornal como também pelo tempo de exibição maior do programa. Durante o monitoramento foram categorizadas 150 peças jornalísticas sobre a temática segurança/violência, com a seguinte distribuição: “*Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa*” (62); “*Contra O Patrimônio*” (42); “*De Particular Contra A Administração Em Geral*” e “*Da Repressão À Produção Não Autorizada E Ao Tráfico Ilícito De Drogas*” (25) e, por fim, “*Outros Crimes*” (21).

Para compreender os motivos pelos quais a natureza dos crimes no Tribuna da Massa diverge do Paraná TV é imprescindível traçar alguns apontamentos sobre o telejornal pertencente ao gênero opinativo – e o consequente papel do âncora do programa, Adílson Arantes. O primeiro e mais importante é que o noticiário está marcado pela defesa de valores tradicionais como família, religião e segurança, elementos que possibilitam ao interlocutor um acervo de conhecimento sobre o público-alvo sem muitos esforços. Esse leque de informações, que subsidiam os *modos de endereçamento* dos conteúdos noticiosos, é fortalecido em telejornais cuja abrangência é regional/local:

A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade lingüística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente de conhecimento, e é o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 96).

Para que isso ocorra é necessário estabelecer-se uma relação de *confiança* entre o apresentador e o público, fruto de uma vivência “*comum que condiciona a sintonização entre comunicador e receptor*” (BELTRÃO, 1980, p. 29). Essa experiência comum desses *formadores de opinião* ocorre em condições verticais, sendo o apresentador o responsável pela resolução dos problemas.

Só que esse mediador se impõe com o uso de valores compartilhados pelo público, o que atenua/mascara o caráter verticalizado da comunicação e possibilita que ele assuma o papel de *líder de opinião*. De acordo com Luiz Beltrão (1980), os *líderes de opinião* fogem da perspectiva dos *formadores de opinião* do contexto funcionalista e incorporam – primeiro para si próprios – quatro características principais: colocam-se como interessados em assuntos específicos daquela comunidade; ocupam posições tidas como de referência para a resolução de determinados problemas; interpretam um papel que necessariamente utiliza de carisma e, finalmente, possuem informações exclusivas de outras instituições que influenciam interesses daquela comunidade.

A limitação do produtor, no entanto, está na incapacidade de conhecer aquela comunidade de forma plena – daí a necessidade de institucionalizar o programa junto aos públicos. Essa é a gênese que faz com que esses noticiários *transmitam significados sedimentados*, ou seja, reproduzam cotidianamente as “mesmas notícias”, de modo que a mudança mais visível ocorre com os personagens. Assim se torna racionalizada/reificada, por exemplo, a justificativa de que a vítima de determinada infração era envolvida com o tráfico de drogas, ou, em casos que tratem de um crime hediondo contra um sujeito pertencente a camadas com maior reconhecimento social, o discurso da indignação prevalece. Dessa maneira se fomentam os estereótipos: “*Os significados institucionais tendem a ser simplificados no processo da transmissão, de modo que uma determinada coleção de ‘fórmulas’ institucionais possa ser facilmente aprendida e guardada na memória pelas gerações sucessivas*” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 98).

Tais significados institucionais são trabalhados pelos modos de endereçamento das notícias desse programa. Ao se legitimar como um representante do “povo”, categorizado como aquele sem bens e com baixo ou médio poder de consumo, o noticiário assume uma política de cobertura que não faria sentido algum num telejornal como o Paraná TV, por exemplo. Não se pretende afirmar que o Tribuna da Massa negue os princípios da *cultura do risco*, e sim que o produto, ao ocupar uma posição menos privilegiada dentro do campo do telejornalismo, busca desempenhar um papel de protagonista por outros caminhos. Daí a menção ao jargão do programa: “*Compromisso com a comunidade*”. Ao

mesmo tempo, ao se colocar do lado dessa comunidade, o Tribuna da Massa fomenta estereótipos de que os moradores da Região Metropolitana são mais perigosos que os da capital, conforme será descrito na análise pelos atributos geográficos.

6.1.2.2. *Paraná TV*

A natureza e os tipos de crimes (*APÊNDICE 02 e derivações*) e a localização geográfica das ocorrências (*tema do próximo item*) são, sem dúvida alguma, as maiores contribuições deste estudo para a compreensão dos estereótipos nos dois telejornais. Ao analisar os objetos em separado verifica-se que há especial atenção do Paraná TV para *Crimes Contra O Patrimônio (APÊNDICE 03 e derivações)*, enquanto que o *Tribuna da Massa* – complementando o tópico anterior – privilegia crimes *Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa (APÊNDICE 04 e derivações)*.

Essa observação é pertinente para traçar discrepâncias entre os dois telejornais, ainda que seja impossível alegar que haja diferenças de cunho ideológico. Enquanto no jornal da emissora afiliada da Rede Globo há estreitos laços com os princípios de defesa da propriedade privada – e esse é um dos fatores que o coloca como legítimo disseminador da *cultura do risco* –, no telejornal da Rede Massa o foco está em questões relativas aos riscos de se perder a vida ou, dito de outra forma, às narrativas do sofrimento. Assim, ao focar a cobertura em crimes contra o patrimônio, o telejornal segue a concepção de estado de direito elencada pela *cultura do risco*. Além disso, tal categoria aponta para uma relação dos atos criminosos com categorias sociais genéricas ou abstratas, como ocorre, por exemplo, com o que se classifica como “tráfico de drogas”. Dessa forma é pertinente afirmar que o telejornal estigmatiza as classes tidas como “perigosas” justamente por elas “atacarem” os detentores de *propriedade* (vale reforçar que o sentido de propriedade proposto por Castel elenca todas as nuances provenientes dela, como acesso a bens culturais e a própria visibilidade política, fruto da visão moderna de cidadania). O trunfo de tal escolha de abordagem parece estar na coesão de tal

cobertura com o campo de serviços ao consumidor. Assim, ao invés de noticiar violência, *transmite-se* insegurança.

É fundamental que se percebam algumas inferências sobre a opção em veicular conteúdos noticiosos com foco nas questões patrimoniais e vinculá-los ao setor de serviços. A primeira delas é a fuga do teor policialesco, fator que oportuniza ao telejornal manter o “*padrão global*” de qualidade – é praticável a construção de reportagens, por exemplo, sobre a sensação de insegurança pela qual passam os comerciantes do bairro Santa Felicidade (25marPRTV), dando ênfase aos prejuízos financeiros e ao receio que os comerciantes têm de serem obrigados a fechar seus respectivos estabelecimentos (agora sim o desemprego se torna um fator de preocupação e tem sua origem identificada: na insegurança!).

Durante o período de monitoramento, 47 inserções sobre a temática segurança/violência foram veiculadas no Paraná TV, sendo que apenas duas (2) delas estão ligadas a crimes *Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa*. Por outro lado, 27 peças jornalísticas foram classificadas por contravenções *Contra O Patrimônio*. O restante dos dados contempla delitos “*De Particular Contra A Administração Em Geral*” (a infração predominante aqui é o *contrabando*, polarizado na região Oeste do Paraná, nas proximidades de Foz do Iguaçu, fronteira com o Paraguai) e “*Da Repressão À Produção Não Autorizada E Ao Tráfico Ilícito De Drogas*” (9). Além disso, nove (9) inserções foram enquadradas na categoria “*Outros Crimes*”.

Desmascarar golpes ou demonstrar a ousadia dos bandidos a assaltarem locais com segurança reforçada, ou ainda, a ponto de atrapalhar serviços essenciais à sociedade é uma particularidade dos materiais de violência enrustidos pela perspectiva de prestação de serviços. Além do caso do último parágrafo, tal característica também se aplica, entre outros exemplos, a: “*Homem é preso por se passar por empresário de jogadores de futebol*” (22fevPRTV), “*Hospital é assaltado em Curitiba*” (9marPRTV), “*Prisão de quadrilha que assaltou condomínios de luxo*” (10marPRTV), “*Assalto a duas lotéricas em menos de uma semana*” (22marPRTV).

Dessa forma, é possível concluir que a temática de crimes contra a vida só é abordada pelo Paraná TV quando está circunscrita por questões que envolvem o princípio da “prestação de serviços” ou as causas patrimonialistas.

6.1.3. *Estereótipos de atributos geográficos por telejornal*

No que se refere aos aspectos geográficos havia a suspeita de que os telejornais tenderiam a apresentar os municípios da Região Metropolitana como mais violentos que a própria capital, o que estreitaria a relação entre violência, juventude e pobreza, fatores que, inclusive, estimulariam a visão dos princípios trabalhados por Hobsbawm (1976), devidamente discutidos no capítulo *Violência como discurso do senso comum*.

Isso entraria em contraste com as informações catalogadas pelo *Mapa da Violência*. Segundo o estudo, com dados entre 1997 e 2007, Curitiba registrou mais homicídios que todo o restante da Região Metropolitana, tanto em critérios absolutos (respectivamente, 6.349 contra 4.005, no período acumulado) quanto em taxa de homicídios (45,5 contra 39,8 homicídios a cada 100 mil habitantes, em 2007) (WAISELSISZ, 2010, p. 24, 25, 28, 29).

Essa hipótese teria sido facilmente refutada caso a planilha de coleta não filtrasse a *natureza* e os *tipos* de crimes (*tópico anterior*). Em valores absolutos, o número de crimes mediados em Curitiba foi de 80 ocorrências contra 37 da somatória do restante dos municípios vizinhos (*APÊNDICE 02*). No entanto, ao qualificar a abordagem a partir da natureza e dos tipos de infrações foi possível perceber que a Região Metropolitana é estigmatizada em ambos os telejornais.

Esse recorte revela que a representatividade de crimes de natureza *Contra Os Costumes*, *Contra A Liberdade Pessoal* e *Contra A Pessoa* na Região Metropolitana – sobretudo, no Tribuna da Massa – e, ao mesmo tempo, a polarização de crimes *Contra O Patrimônio* na capital. Com isso, o monitoramento possibilitou catalogar a diferença entre o número de crimes e consolidou a formação de estereótipos por atributos geográficos, só que de maneira divergente daquela imaginada no início da pesquisa.

A tabela abaixo aponta para a estigmatização da Região Metropolitana quando o assunto são os crimes de natureza *Contra Os Costumes*, *Contra A Liberdade Pessoal* e *Contra A Pessoa*. A distribuição por municípios e/ou bairros de Curitiba está disponível no *APÊNDICE 02* e quadros derivados.

TABELA 06 – NATUREZA E TIPOS DE CRIMES CATALOGADOS EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (RM)

Natureza do crime	Curitiba	RM
Crimes Contra a Pessoa, a Liberdade Pessoal e os Costumes	25	22
Crimes Contra O Patrimônio	41	07
<i>De Part. Contra A Adm. Geral e Da Rep. À Prod. Não Autorizada</i>	06	05
Outros crimes	08	03
<i>Total</i>	80	37

FONTE: O Autor (2012).

6.1.3.1. Tribuna da Massa

A Tabela anterior demonstra os crimes de natureza *Contra Os Costumes*, *Contra A Liberdade Pessoal* e *Contra A Pessoa* tanto em Curitiba quanto na Região Metropolitana. A invisibilidade social da Região Metropolitana é fomentada pelo Tribuna da Massa, já que apenas duas (2) ações criminosas desse tipo foram registradas pelo Paraná TV em todo o período de monitoramento. Assim, o noticiário promove a concepção de que as classes perigosas habitam municípios periféricos a Curitiba – inclusive, bairros da Região Sul da capital, áreas com menores indicadores socioeconômicos.

Segundo Castel (2005), as sociedades modernas carregam desde o século XIX matrizes culturais que estigmatizam determinados grupos sociais. Esse princípio é o responsável pela *a militarização da polícia e a policialização da sociedade* (MORAES, 2008), aspecto essencial para o desenvolvimento do Estado de Direito, conforme já trabalhado. Se no século XIX os estigmatizados pertenciam às classes trabalhadoras, desde as últimas duas ou três décadas do século XX a atenção foi voltada para os jovens habitantes das periferias:

A encenação da situação das periferias como abcesso de fixação da insegurança para a qual colaboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião, é de alguma forma o *retorno das classes perigosas*, isto é, a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade traz de ameaças. (...) Fazer de algumas dezenas de milhares de jovens, geralmente mais perdidos do que maus, o núcleo da questão social que se tornou a questão da insegurança que ameaçaria os fundamentos da ordem republicana, é fazer uma condensação extraordinária da problemática global da insegurança (CASTEL, 2005, p. 55, 56-57).

Dessa maneira torna-se pertinente a menção de que o telejornal reproduz discursos do senso comum ao fomentar políticas de repressão aos jovens das periferias. Para Castel (2005, p. 25) estigmatizar e gerar invisibilidade social são estratégias utilizadas pelas instâncias de poder – mas isso não pode ser desvincilhado da estética moderna, principalmente no momento em que há a nefasta passagem da era da *competição* à era da *competitividade*⁵⁶. A vantagem dessa atitude está na não discussão de fatores que originam o sentimento de insegurança das sociedades – e a recorrência a argumentações da necessidade do aumento do número de policiais, de juízes e de outros profissionais que combatem a violência a partir do princípio da repressão e da vigilância, foco dos conteúdos pertencentes à temática da segurança (ver tópico “*A temática da segurança nos telejornais*”, item 6.1.5.). Logo, essas cidades-dormitórios são colocadas como violentas em razão dos atores que as habitam.

Para estimular esse raciocínio são necessárias chamadas alarmantes. Observe no quadro abaixo o teor das retrancas de cada uma das 21 peças jornalísticas exibidas no Tribuna da Massa oriundas de crimes de natureza *Contra Os Costumes*, *Contra A Liberdade Pessoal* e *Contra A Pessoa*. É uma constante o teor de violência no epicentro familiar e nas iminências desse núcleo.

⁵⁶ Para Santos (2010) há diferenças substanciais os dois termos. “*A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige o respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência*” (SANTOS, 2010, p. 57).

TABELA 07 – RETRANCAS DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES, CONTRA A LIBERDADE PESSOAL E CONTRA A PESSOA

Natureza do crime	Município
Atletiba / Tiroteio / torcidas / dias de clássico	Pinhais
Corpo feminino encontrado num carro em chamas	Araucária
DNA comprova que homem estuprou garota de 13 anos	Pinhais
Acusado de abusar de enteado vai a audiência	Campina Grande do Sul
Palco do Povo: mulher relata que sofreu violência do ex-marido	São José dos Pinhais
Acusado de estupro é linchado pela população	Colombo
Acusado de assassinar a ex-esposa, homem é preso	Quatro Barras
Acusado de matar grávida em janeiro é preso	Pinhais
Jovem é morto e jogado em valeta	Colombo
Mulher é morta com 18 facadas	São José dos Pinhais
Aposentada é esfaqueada pelo neto de criação	São José dos Pinhais
Homem assassinado na Vila Prado	Almirante Tamandaré
Preso acusado de matar a ex e a atual mulher	Campina Grande do Sul
Criança (6 anos) é morta em briga de vizinhos	Araucária
Ex-mulher manda matar líder comunitário (em 2009)	Piraquara
Jovem é morto dentro de carro em Campo Magro	Campo Magro
Usuário de <i>crack</i> é executado no Jardim Monte Santo	Almirante Tamandaré
Lista de morte apavora população de 2 cidades	Colombo
Cobrador executado uma semana após o filho	São José dos Pinhais
Bebê morre nos braços de babá de 11 anos (<i>duas inserções</i>)	Almirante Tamandaré

FONTE: O Autor (2011).

6.1.3.2. Paraná TV

Se o programa Tribuna da Massa fomenta a existência de perversidade na Região Metropolitana, o mesmo princípio não se aplica ao Paraná TV. No que concerne à valorização dos *Crimes Contra O Patrimônio*, a análise ganha pontos relevantes, quando se levam em consideração esses aspectos em conjunto com o tópico “A natureza e os tipos de crimes no Paraná TV” (item 6.1.2.2).

Assim, a noção de *cultura do risco* parece fomentar de maneira ainda mais perversa o medo/ódio em relação às “classes perigosas” que a própria estigmatização e invisibilidade social dos habitantes das regiões periféricas em crimes *Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa*.

Embora a manutenção da vida seja referência máxima para qualquer ator social que tenha zelo por ela, por outro lado os prejuízos à propriedade podem atordoar a pessoa cotidianamente e remetem a sofrimentos contínuos. Dito de forma mais direta: se com a banalização da morte o valor pela vida é uma característica turva e ambígua nesses tempos, os cuidados com a propriedade são valorizados ao extremo e são perenes. Do aspecto das organizações, isso resulta em crescimento do setor de seguros e, do ponto de vista das comunicações, deriva no nicho da cobertura das práticas violentas a partir do viés de prestação de serviços. Decorre disso o fato de que se o Tribuna da Massa estigmatiza a Região Metropolitana como violenta, por outro lado, o Paraná TV não só a elimina de sua cobertura (o que também é uma forma de estigmatizar), como ainda reforça a sensação de insegurança constante a partir do agendamento de crimes *Contra O Patrimônio* e da exploração desse tipo de violação.

Por conta dessas inferências se observa que o Paraná TV, mesmo com foco na prestação de serviços, não elimina de sua cobertura a temática da violência. A estratégia para matizar esses conteúdos e as derivações pejorativas provenientes deles é a utilização de uma linguagem diferenciada, trabalhada a partir do estreitamento da relação entre *cidadania* e *consumo*. Já a indiferença por assuntos oriundos da Região Metropolitana e das franjas geográficas de Curitiba provém do compartilhamento da noção de violência com os discursos do senso comum. Os municípios vizinhos, por conta de problemas de infraestrutura e dos baixos indicadores socioeconômicos, são postos como menos passíveis de sofrerem crimes *Contra O Patrimônio* – por exclusão se compreende a exacerbação de crimes *Contra Os Costumes*, *Contra A Liberdade Pessoal* e *Contra A Pessoa*.

6.1.4. *Representação dos agressores por faixa etária*

Com o objetivo de compreender a estigmatização da juventude nos telejornais houve a classificação dos crimes de acordo com a faixa etária. Ao aproveitar a base de dados proveniente da tabulação completa de peças jornalísticas que envolviam as temáticas segurança/violência foi possível separar os agressores a partir da idade. Para obter êxito nessa proposta foram criados dois

grupos: agressores entre 15 e 29 anos (*APÊNDICE 5*), categoria enquadrada na definição de juventude proposta pelo IBGE, e acima de 30 anos (*APÊNDICE 6*).

Entre as 184 peças das temáticas “*Segurança Policial*” (b), “*Violência*” (c)⁵⁷, “*Política de Segurança/Violência*” (e) e “*Segurança Policial/Violência*” (f), apenas 45 divulgaram a idade do agressor, sendo que dois terços delas (30) categorizavam os jovens como agressores. Por conta dos números não serem representativos os dados devem ser contemporizados, embora haja tendência para a estigmatização da juventude como mais violenta⁵⁸.

6.2. PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS

6.2.1. As vítimas não têm rosto

Se o perfil de agressores contou com uma limitação de dados que prejudicou a identificação dos processos de estigmatização e invisibilidade social, a condição se tornou ainda mais crítica quando as atenções foram voltadas às vítimas. Fora a questão de gênero, a qual se passará a descrever já na sequência, não há subsídios para identificar o perfil social das vítimas.

No que compete à questão dos gêneros se utiliza como plataforma de comparação o *Mapa da Violência 2011*. Segundo a publicação, que se restringe a vítimas de homicídios e de acidentes de trânsito fatais, a proporção de mortes violentas entre gêneros é de uma mulher para cada 12 homens (WAISELFISZ, 2011, p. 109). O percentual de vítimas do sexo masculino na publicação (92%) é pouco maior que nos telejornais monitorados (uma variação entre 75% e 85%), fator que aponta para uma cobertura equilibrada. A título de ilustração, das 51 vítimas de homicídios ou de acidentes fatais deste estudo, 42 são homens.

⁵⁷ Havia dúvida no início sobre a inserção ou não dessa categoria para a análise em torno da representação de crimes por faixa de idade em função dela ser contemplada crimes sem solução pela polícia – ou seja, sem a execução de prisões. No entanto, como houve recorrência em peças que publicavam o perfil do acusado que a polícia estava à procura, optou-se por incluí-la. Com a tabulação em conjunto da categoria “*Violência*” (c) a proporção de citações por faixa etária frente a omissão dessa informação não é confiável.

⁵⁸ Embora a metodologia adotada não ofereça aportes para responder essa dúvida em específico é presumível que a idade seja um fator relevante durante a apuração de uma pauta.

Ainda assim, é fundamental buscar outros parâmetros de análise para fugir do caráter impositivo e, neste caso, impreciso⁵⁹ da matemática. Ao avaliar em quais momentos as mulheres tendem a ser representadas fica perceptível que os enfoques dados têm aspectos grosseiros. Materiais como o *“Homem preso acusado de matar a esposa”* (28fevTM), *“Homem preso acusado de matar grávida”* (01marTM), ou ainda, *“Menina de 6 anos é morta pela ex-amante do pai”* (04marTM) tendem a estimular incredulidade no público, visto que carregam fortes valores morais ligados à família. No próprio Tribuna da Massa não se observa a mesma tendência quando os casos envolvem o gênero masculino, como é possível perceber em peças jornalísticas como: *“Homem assassinado em sofá no meio da rua no Parolin”* (21fevTM), *“Morador de rua é executado no Centro”* (18marTM), *“Jovem é encontrado morto no Uberaba”* (21marTM), entre outras.

O mesmo princípio não acontece no Paraná TV, embora o telejornal não seja marcado por crimes de natureza contra a pessoa. Nas duas únicas menções sobre mortes violentas no telejornal – *“Motorista bêbado avança sinal e mata motociclista”* (16marPRTV) e *“Menino de 8 anos morre com tiro na cabeça”* (16marPRTV) – há enfoques para valores ligados à família. Na primeira peça, a equipe de reportagem vai até o velório da vítima, que se casara três meses antes e que teve tragicamente a trajetória interrompida por um motorista que avançou um semáforo vermelho. A reportagem foi veiculada em função de um telespectador ter enviado um vídeo no qual reclamava da atuação da polícia no atendimento do caso. Já na segunda peça, a narrativa explica que o garoto foi vítima de um disparo dentro da sua própria casa, após o pai da criança e o vizinho terem começado uma briga. Mais uma vez, a reportagem é exibida por conta de um vídeo enviado ao telejornal, no qual a casa do autor do disparo foi incendiada pelos vizinhos.

⁵⁹ A intenção inicial era fazer uma comparação com a base de dados do *Relatório Estatístico Criminal* da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (publicação relativa ao primeiro trimestre de 2010). Entretanto, a tarefa se tornou inviável em função dos dados disponibilizados não serem filtrados por gênero. Se restringir a questão de gênero a mortes violentas diminuiu o número de peças jornalísticas analisadas, em contrapartida, possibilitou contrastar aspectos da produção em TV com os números oficiais, ainda que a plataforma de dados do *Mapa da Violência* seja relativa a todo o ano, enquanto o monitoramento se restringe a um único mês.

6.3. A TEMÁTICA DA SEGURANÇA NOS TELEJORNAIS

Se o quadro relativo à cobertura da violência carrega aspectos críticos – com a demarcação de agressores e vítimas –, a situação é relativamente amenizada em conteúdos noticiosos pertencentes à segurança. Nas 50 edições analisadas foram veiculadas 48 peças dentro dessa categoria (34 delas no Tribuna da Massa), a maior parte ligada à falta de infraestrutura de trabalho nos setores ligados à segurança pública. Entre os exemplos nessa área estão: dificuldades no Instituto Médico Legal, como a falta de câmaras frias para armazenar os mortos, sumiço de corpos e ausência de rabeções – veículos que realizam o recolhimento dos cadáveres (18/21marPRTV) (09/10/18/21marTM); problemas no Instituto de Criminalística, principalmente relativos à falta de materiais para executar perícias (11marTM); e no Hospital Militar (04marTN). Além disso, apenas no Tribuna da Massa houve espaço para manifestações de profissionais da segurança pública por reivindicações de planos de carreiras (21fevTM), melhores salários e movimentos de greves de policiais civis e guardas municipais (02/22/23/24marTM).

Já no Paraná TV houve prioridade em assuntos ligados ao campo da prestação de serviços – foco encontrado para abordar também a temática das condições precárias do Instituto Médico Legal, conforme citado no parágrafo anterior. Além disso, o telejornal explorou a votação (21/22fevPRTV), o andamento (01marPRTV) e a aprovação (25marPRTV) da lei do “*Toque de Proteger*” na Câmara Municipal de Matelândia, município na região Oeste do Paraná. Com a aprovação do “*Toque de Proteger*”, um eufemismo chulo para “*toque de recolher*”, os adolescentes até 16 anos foram proibidos de andarem sozinhos na cidade a partir das 22h00. A lei se configura como a maior expressão de política de vigilância voltada à infância e juventude durante o monitoramento. O telejornal, por sua vez, recorreu aos discursos do senso comum para fomentar a ideologia de repressão à categoria social: na primeira reportagem sobre o tema (21fevPRTV) chegou a utilizar 15 fontes (o recorde de “*polifonia*” numa reportagem em todo o monitoramento). No material, 11 personagens colocaram-se favoráveis à medida, inclusive 03 adolescentes. Se forem consideradas ainda as duas fontes oficiais da reportagem (a vereadora autora do projeto e a secretária de Educação do município), a disparidade de pontos-de-vista é ainda mais gritante.

6.4. PASSADO E FUTURO: O PAPEL DAS FONTES

Como se pôde observar pelo último tópico, o papel das fontes é fundamental para se compreender qualquer narrativa jornalística. O caso da votação do projeto do “Toque de Proteger” é até certo ponto uma exceção na cobertura, visto que, apesar de ser embasado por princípios do senso comum concede voz à juventude para a projeção de cenários futuros. O que se percebe a partir do monitoramento, por outro lado, é uma repulsa ao público jovem como protagonista. Segundo Lima (2002), os critérios para a escolha de fontes no jornalismo são ditados pelo próprio perfil sócio-cultural desses personagens (ou, em termos de Bourdieu, pelo *capital cultural* desses indivíduos), o que, pode ser interpretado como um conceito prévio (e, portanto, estigmatizado) sobre qual ator é o mais capacitado para a realidade social construída com determinada notícia:

Quando fala de projetos a serem desenvolvidos, (...) o jornal seleciona fontes localizadas nos estratos superiores, ouve especialistas, intelectuais, formadores de opinião. Ao contrário, ao falar de fatos ocorridos, como a queda de um barraco, um acidente trágico no trânsito, as fontes utilizadas são, via de regra, integrantes das camadas populares (LIMA, 2002, p. 02).

A narrativa telejornalística cotidiana é construída a partir de discursos selecionados e fomentados por determinados atores coletivos, que por sua vez pertencem a distintas instituições – o que, em tese, garantiria a pluralidade de informações, enriquecendo o debate em torno dos assuntos agendados no campo. No entanto, além de ser um produto construído que busca explicar um *fato* ao transformá-lo em *acontecimento*⁶⁰, a própria narrativa se apresenta como um acontecimento, quase sempre inscrito a critérios técnicos e operacionais (como qualidade da imagem, facilidade de acesso ao entrevistado e, por fim, aspectos que atendam aos *modos de endereçamento* pressupostos pelas empresas midiáticas.

⁶⁰ Não há consensos sobre essas definições, de modo que alguns autores não se preocuparam em destacar diferenças entre os termos. Dentro da teoria interacionista, por exemplo, Traquina analisa as notícias ao considerá-las como pertencentes a um processo de produção, entre cujas características estão: “a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia” (TRAQUINA, 2005a, p. 180).

Só que esse acontecimento jornalístico influencia os fatos, mais notoriamente em assuntos que demandam maior cobertura por parte dos veículos de comunicação. A notícia, como ação social é “*o instrumento que o indivíduo utiliza para apreender o ambiente a seu redor*” (LIMA, 2002, p. 06). Assim, se os meios de comunicação se consolidam na Modernidade como a grande fonte de conhecimento dos fatos cotidianos, enquanto que ao indivíduo é relegada a tarefa de escolher em qual meio/canal/instituição vai ter acesso às principais informações, a construção da realidade passa a ser embasada fundamentalmente por esse campo de poder. Ainda assim, se o jornalismo é conduzido por *fatos sociais* que, por vezes, fogem da vontade dos próprios produtores (transformados em *acontecimento jornalísticos*, conforme já apontado), o público tem poder para moldar essa realidade. À possível capacidade que os indivíduos têm de realizar ações em busca da construção da própria realidade – ou seja, de tornar público um fato – dá-se o nome de *agendamento*.

O agendamento midiático tem a capacidade de idealizar cenários *per si*, ou seja, “*elabora projeções da sociedade para o futuro a curto prazo, apoiadas nas falas e discursos originários, especialmente, nas esferas centrais e internas de poder*” (LIMA, 2002, p. 07). Nessa teia, o papel das fontes é fundamental: são elas que, coesas à credibilidade dos veículos de comunicação produzem o “*futuro no presente*” (LIMA, 2002, p. 08). São as fontes também que, por outro lado, garantem discursos sociais hegemônicos, a partir da concepção de “*passado no presente*”, ou seja, do uso de fontes oriundas das classes populares como ilustradoras de determinada situação.

O objetivo da personificação é justamente o de enquadrar o telespectador a tarefa de já ter passado pelo problema levantado na reportagem, ou ainda, de pelo menos conhecer alguém que já vivenciou uma situação similar. É de se supor que entrevistas com especialistas – que tragam algo que fuja do senso comum (o que, aliás, segundo Bourdieu (1997) é complicado em função das características intrínsecas da TV) – surpreendam em termos de enriquecimento nas informações.

Para tentar identificar o perfil das fontes que ocupam espaço nos telejornais optou-se majoritariamente pelo trabalho com *fontes convencionais* que, segundo Hélio Schuch (2004) são passíveis de identificação por qualquer espectador. Dessa

forma se tornou fundamental a percepção que um dos princípios das fontes convencionais elencado por Schuch (2004) é responsável pela estigmatização: *“como haverá identificação, a fonte vai expressar ‘o interesse possível’ (...), ou seja, o que entende ser ótimo, um resultado da sua avaliação sobre o fato, onde ponderou ‘o que não pode dizer’ e ‘o que pode dizer’”* (SCHUCH, 2004, p. 05).

No monitoramento houve sobreposição das fontes oficiais, com 126 interlocuções, principalmente em função do amplo acesso à televisão das polícias. O que surpreendeu foi que esse número está acima do próprio acesso das vítimas da violência aos telejornais: 73 depoimentos. No restante, a composição das vozes nos telejornais é a seguinte: Especialista/profissional (11); Documental (40); Testemunho em off (28); Fonte Amadora (14); Infrator/criminoso (06) e Imagens de Arquivo (08).

Além do baixo número de especialistas foi uma constante uma inversão de papéis das fontes oficiais. Com exceção aos conteúdos relativos à temática *segurança*, o desempenho dessas fontes é tendencioso para o princípio de “passado no presente”, ou seja, essas fontes apenas relatam as ações dos criminosos, com base em informações recolhidas com testemunhas que o próprio jornalista por vezes tem acesso, o que permite idealizar em estudos posteriores na área de segurança/violência a necessidade de desenvolver uma classificação de fontes distinta da utilizada nesta pesquisa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. NA IMINÊNCIA DO EPÍLOGO

Ainda que calcado na objetividade, um processo científico qualquer traz aspectos imprevisíveis, fato que estimula a obra final a ser distinta do projeto – o motivo para isso talvez seja a própria concepção de *fazer-ciência*. É claro que esse grau de imprevisibilidade deve ser considerado como uma oscilação compreensível, visto que os objetos das ciências sociais não carregam características uniformes e definitivas. Em relação ao caso específico desta investigação é pertinente observar alguns objetivos que existiam com as primeiras linhas e elucidar o leitor sobre como a revisão das ideias os tornaram longínquos.

Desde quando este projeto começou a ser pensado, no segundo semestre de 2009, uma das questões mais intrigantes e persistentes remetia sobre os motivos pelos quais pesquisas com referenciais teóricos no campo da análise de conteúdos (na verdade, o objetivo era desenvolver um estudo com base nos aportes da análise de discursos) não eram estendidas para o campo de interpretações dos públicos aos quais essas mensagens eram construídas. Era como se a identificação dessas formações fosse imanente ao raciocínio do pesquisador – sujeita, portanto, as confirmações e rejeições delimitadas pelo cientista. A resposta a esse questionamento ainda não foi encontrada, em função da inviabilidade do estudo de recepção/mediação, mas o desenvolvimento teórico influi concluir de antemão que pensar a comunicação sem compreender o público consumidor dessas notícias – o maior interessado – não parece ser a melhor opção metodológica.

O reconhecimento de que as práticas sociais e culturais são o espaço mesmo da vida cotidiana, por onde se ressignifica a vida, onde afinal se situam as matrizes dos sentidos atribuídos à vida individual e coletiva, possibilita realocar a significação igualmente política desse espaço na construção da vida social. (...) Ora, isso mostra, nesse contexto, por que a recepção, desde o cotidiano, se associa a relações que estruturam e antecedem ligações que se estabelecem com a vida e não só com os media. A proposta dos estudos culturais ingleses quanto à possibilidade de uma “recepção negociada” se justifica quando se percebe a perspectiva de que “um grupo social negocia sua recepção a partir de sua própria cultura, com o que tem de memória social específica, de conhecimentos armazenados, de expectativas demonstradas e de recursos simbólicos” (SOUZA, 2006, p. 23-24).

Desde os primeiros estudos acadêmicos relativos à comunicação de massa, datados do início do século XX, o objetivo central dos pesquisadores foi o de descobrir as influências da mídia sobre o público. No campo norte-americano, destacaram-se como tentativas de atingir esse objetivo os estudos de Lasswell sobre o impacto da propaganda de guerra e os de Lazarsfeld sobre os líderes de opinião. Já na perspectiva europeia, o destaque é para a Escola de Frankfurt, com os fundadores Adorno e Horkheimer, os quais analisam a indústria cultural como formadora de classes sociais alienadas – o que aponta para uma preocupação sobre o forte impacto dos efeitos dos meios de comunicação: “os produtos culturais (...) ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 77).

Para Nilda Jacks, no entanto, parece ser a partir da perspectiva latino-americana, fundada no início da década de 1980, que os estudos *das influências* ganham destaque no campo cultural, o que possibilita acarretar uma relação entre televisão, cultura e identidade e fugir da recepção midiática como elemento da relação direta entre espectador e televisão, a saber que

(...) muitos são os fatores que atuam entre a emissão e a recepção da mensagem massiva, e que a estratégia para compreender esse fenômeno, necessariamente, deve deslocar o eixo de análise do meio (a televisão), sem contudo desconsiderá-la, para o espaço em que essas relações se estabelecem, sendo que esse também é o espaço no qual a identidade se constrói na articulação com os grupos sociais (JACKS, 1999, p. 25).

Santaella (2001) cita uma definição de comunicação que parece exprimir todo o desejo inicial deste autor em trabalhar diretamente com o público consumidor dos dois telejornais: segundo a autora, uma placa de trânsito só é comunicação quando é interpretada por alguém. Por conta disso, os resultados desta investigação não são encarados senão como pertencentes a uma etapa da pesquisa, visto que de nada servem os jornais sem os leitores, o rádio sem os ouvintes, os teclados sem os dedos e a televisão sem o olhar e a crítica do público.

7.2. ENFIM, AS CONSIDERAÇÕES...

De modo geral, a investigação ofereceu respostas para a problemática lançada. É notório que os telejornais reforçam estereótipos em relação à juventude pobre e, preferencialmente, habitante de regiões periféricas e sem vínculos com o mundo do trabalho – a única diferença é que os produtos jornalísticos manifestam essas alcunhas de maneira distinta da imaginada desde a escrita da primeira linha deste relatório, já que a estigmatização pode acontecer até mesmo quando um noticiário omite determinados atores, bairros ou municípios.

Se num primeiro momento imaginava-se que os produtores eram *perversos*, preocupados apenas com a competitividade empresarial e que, em função dessa volúpia por audiência eram incapazes de compreender as mazelas sociais que ajudavam a produzir – e essa confissão exprime o quanto havia uma visão até certo ponto pueril do contexto social –, ao transcrever as últimas palavras fica a certeza de que o telejornalismo é apenas mais uma das extensões dos valores culturais que se racionalizam com o uso dos estereótipos. Não se quer desmerecer, ou ainda, contemporizar as responsabilidades do telejornal na fomentação de preconceitos com esses argumentos, visto que os noticiários são fruto da televisão, decisivamente uma das mediações simbólicas com maior relevância no Brasil. O que se pretende é apontar que análises que envolvem a produção televisiva não podem se restringir ao que acontece dentro do vídeo. Para desmistificar essa visão foi decisiva a ligação entre os conceitos *comunidade interpretativa* e *modos de endereçamento* com a noção da notícia como ferramenta de invisibilidade social. No fim, a pesquisa empírica corroborou a discussão teórica e demonstrou, a partir da consolidação de certos estereótipos, que o *fazer telejornalismo* carrega aspectos racionalizados não apenas nas etapas de produção, mas também no compartilhamento de valores.

Ao qualificar a estigmatização nos discursos dos dois telejornais houve a possibilidade de verificar empiricamente as interferências dos discursos do senso comum na reprodução de conteúdos e, acima de tudo, lançar olhares para a compreensão de como se molda o conceito de invisibilidade social na televisão, a partir do reforço à categorização da juventude como violenta. O preço pago pela invisibilidade – como na abstração na qual o ator social almeja ficar invisível por alguns instantes (trabalhada no tópico “*A notícia como ferramenta de invisibilidade*”

social”) – é a impossibilidade de intervenção na construção de futuros, o que leva a crer que o cenário tende a permanecer crítico sem que se pense em propostas que garantam uma formação humana mais rigorosa aos produtores de telejornalismo.

As hipóteses da pesquisa foram em parte confirmadas. Percebe-se realmente que atributos geográficos, de gênero e de ocupação/desocupação interferem na agenda midiática referente à temática da segurança/violência, o que estigmatizou o agressor como pobre, desempregado, e morador de regiões periféricas (seja da Região Metropolitana ou dos bairros com menores indicadores socioeconômicos de Curitiba). A consequência mais nefasta disso não está na marginalização do bandido em si, mas na criminalização dos atores sociais que por compartilharem dois ou três atributos são discriminados dia a dia.

Por outro lado, não se configurou como linear a presunção de que a cobertura midiática referente a vítimas de classes sociais favorecidas seria priorizada pelos produtores. Tal fator foi potencializado em função da não aparição de um escândalo midiático de violência durante todo o período monitorado. Numa época não marcada por escândalos, como a aqui analisada, os estratos sociais privilegiados não apareceram simplesmente porque em situações do cotidiano são os pobres as maiores vítimas da violência (e isso é também um estigma).

Já a última hipótese de pesquisa foi confirmada parcialmente. Embora haja noção de que os veículos – com linguagens divergentes – reproduzem discursos similares, a melhor forma de comprová-la era a partir para o campo da apropriação de sentidos, possível somente com um trabalho voltado aos campos da recepção e da mediação. Ainda assim se infere que por conta da força da estigmatização nas sociedades ocidentais, mesmo com um telejornal priorizando notícias relativas aos crimes *Contra O Patrimônio*, enquanto outro dá atenção a crimes *Contra Os Costumes, Contra A Liberdade Pessoal e Contra A Pessoa*, os discursos de que as regiões distantes do desenvolvimento capitalista são perigosas, de que os jovens são naturalmente mais perigosos e, por fim, de que ladrão escolhe tal maneira de viver em função de não gostar de trabalhar são inerentes aos dois noticiários.

Esse compartilhamento de valores embutidos nos interstícios das sociedades modernas fomenta a noção de invisibilidade social da notícia e o ápice disso está no discurso do senso comum de que *“bandido não trabalha”*. Nesse

aspecto a investigação trouxe algumas contribuições para a temática da cobertura de violência/segurança, já que ambos os telejornais realmente desvinculam os agressores do *mundo do trabalho*, muito embora a falta de ocupação (mesmo a informal) não seja ligada a aspectos estruturais em voga a partir da consolidação da doutrina neoliberal como, por exemplo, a famigerada “*reserva de mercado*”. De 115 inserções jornalísticas referentes à temática “*Segurança policial*” (b) ou “*Segurança Policial/Violência*” (f) (categorias com potencial para identificação das profissões originais dos agressores, já que contam com ações “efetivas” de encarceramento), apenas 22 apontam a atividade profissional do ator social envolvido. O quadro, no entanto, é ainda mais avassalador quando se leva em consideração a duplicação de materiais nos conteúdos de exceção: apenas profissões consideradas pela opinião pública como ilibadas (ao menos num *cenário ideal*) são mencionadas pelas narrativas – os principais exemplos são os parlamentares e policiais.

No programa Tribuna da Massa essa desvinculação entre agressor e mercado ganha contornos ainda mais nítidos. Como o apresentador tem espaço para comentar as reportagens se tornam assíduos “conselhos” aos criminosos: buscar emprego é o mais utilizado. Não é possível traçar nesta pesquisa (em função da metodologia aplicada) qualquer conclusão de que a divergência entre os mundos *do crime e do trabalho* possa dificultar, por exemplo, a inserção de ex-detentos ao mercado de empregos formais (esse seria um excelente tema de pesquisa no campo das mediações com empresários do mercado formal com potencial para contratar ex-detentos), no entanto, é perfeitamente viável a afirmação de que os telejornais – neste caso, aparentemente, por omissão de informações – fomentam a invisibilidade social desses atores.

8. REFERÊNCIAS

AIRES NETO, Lauro Maranhão. **Líderes de opinião no ambiente mediático**: Uma abordagem teórica no campo da comunicação. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://btd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4394>. Acesso em: 19 jul. 2010.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**: UFRGS, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p.1-13, jul. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4212/4464>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

ANDRÉ, Hendry; SOMMA NETO, João. Comunicação e política: as relações de poder no telejornalismo regional paranaense a partir da temática da violência/segurança. Encontro de Pesquisa em Comunicação. 3., Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011. 16p.

ANDRÉ, Hendry. Escândalo anunciado: o agendamento do caso de estelionato da VC Consultoria em cinco telejornais curitibanos in ANDRÉ, Hendry; SOMMA NETO, João (org.). **Comunicação e política**: caminhos cruzados. Curitiba: UFPR-SCHLA, 2011.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. **E-compós**, Brasília, v. 12, n. 1, p.1-17, jan. 2009. Quadrimestral.

BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. **Ontologia da Violência**: o enigma da crueldade. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 p.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas**. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_din.pdf> Acesso 20 out. 2010.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições da vida da população**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2007/indic_sociais2007.pdf>. Acesso em: 10/07/2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/analise_populacao.pdf> Acesso 20 out. 2010.

_____. **Estatuto de Criança e do Adolescente**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 2006. 157p.

CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos; ROAZZI, Antonio; SAMPAIO, Leonardo Rodrigues. Revisão de Aspectos Conceituais, Teóricos e Metodológicos da Empatia. **PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2009, n.29, v.2. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2011.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas Ciências Sociais**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 5, n. 1, p. 69-85, 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. 5 ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ver, olhar, observar in CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia: Olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. ed. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FREIRE FILHO, João. Memórias do mundo cão: 50 anos de debates sobre o "nível" da TV no Brasil in BOUNANNO, Milly; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org) **Comunicação social e ética**. São Paulo: Intercom, 2005. (p. 164-180).

_____. Formas e normas da adolescência e da juventude na mídia in FREIRE FILHO, João; VAZ, Paulo (org) **Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. (p. 37-63).

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLASSNER, Barry. **A cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hackers, 2003.

HAMILTON, Fernando Arteché. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas in CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia: Olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JACKS, Nilda. **Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Jornalismo e "construção de futuros". Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. 4., Santa Cruz de la Sierra, v., n. , jun-2002. 11p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-jornalismo-futuros.pdf>>. Acesso em: 30/08/2011.

MACHADO, Arlindo. Pode-se falar em gênero na televisão? **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 10, p.142-158, jun. 1999. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3037/2315>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. ed. 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 1, p.27-39, out. 2007. Semestral. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/11/pdf_5>. Acesso em: 09 ago. 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINO, Luiz C. O campo da comunicação e suas teorias. In KUNSCH, Dimas (org.). **Comunicação**: Saber, arte ou ciências. São Paulo: Plêiade, 2008.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MONTORO, Tânia Siqueira. **Imagens de violência**: construções e representações. Recife: XII Congresso da COMPOS, GT Cultura de Mídias, 2003.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, Medo e violência in GEDIEL, José Antônio; MERCER, Vânia Regina (orgs.). **Violência, Paixão e Discursos**: o avesso dos silêncios. Porto Alegre: CMC Editora, 2008.

MORONI, Alyonha de Oliveira; OLIVEIRA FILHA, Elza. Exemplos de estereótipos no telejornalismo brasileiro in **COMUNICAÇÃO**: Reflexões, experiências, ensino. Curitiba: Universidade Positivo, v. 2, n. 1, 2009. Semestral.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: Introdução à análise de discurso. São Paulo: Hacker, 2002.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 187-200, maio de 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a10.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2010.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia Ativista**: A comunicação dos movimentos por justiça global na internet. 2006. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Departamento de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RECH, Pedro Elói. O jornalismo em tempos de pensamento único in **JORNALISMO: Reflexões, experiências, ensino**. Curitiba: Universidade Positivo, v. 2, n. 2, 2007. Semestral.

REIS, Elisa. Cidadania: História, Teoria e Utopia in CARNEIRO, Leandro Piquet; CARVALHO, José Murilo; GRUNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Racker Editores, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCHUCH, Hélio Ademar. **O jogo do off: uma breve apresentação de pontos conceituais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. 17p. Disponível em <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/outrasareas/jornalismo/0222.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Estatístico Criminal Paraná 2011**. Curitiba, 2012. Disponível em <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Anuar_2011_Sesp.pdf > Acesso em: 20 out. 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SERVA, Leão Renato Pinto. **Jornalismo e desinformação**. ed. 2. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SOMMA NETO, João. O poder da imagem ou a imagem do poder? A política no telejornalismo in **COMUNICAÇÃO: Reflexões, experiências, ensino**. Curitiba: Universidade Positivo, v. 2, n. 1, 2009. Semestral.

SOUZA, Mauro Wilton. A recepção sendo reinterpretada in SOUZA, Mauro Wilton (org.). **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Sepac, 2006.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a. v.1. 224 p.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b. v.2. 216 p.

VAZ, Paulo; POMBO, Mariana; PECLY, Guilherme; FANTINATO, Maria. O poder do indivíduo diante do sofrimento: representações das doenças cardiovasculares na mídia in FREIRE FILHO, João; VAZ, Paulo (orgs.). **Construções do tempo e do outro**: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. Brasília: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 26/11/2010.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Ed. UNB, 2004. 544 p.

9. APÊNDICES

APÊNDICE 01: PLANILHA DE COLETA DE DADOS DO MONITORAMENTO DOS TELEJORNALS

TELEJORNALS										TIPO (S)					FONTES CONSULTADAS									
1 - Políticas de segurança (PS)		1 - Paraná TV		1 - até 1 min		1 - Reportagem		verANEXO 01		ver ANEXO 01		1 - Branco		1 - Branco		1 - Oficial		7 - Testemunho em off						
2 - Segurança policial (SEG/POL)		2 - Tribuna da Massa		2 - entre 1 e 2 min		2 - Nota pelada / seca						2 - Pardo		2 - Pardo		2 - Oficiosa		8 - Fonte amadora (cinematista externo)						
3 - Violência (VIOL)				3 - entre 2 e 3 min		3 - Nota coberta						3 - Preto		3 - Preto		3 - Especialista / profissional		9 - Personagem / ilustrador						
4 - Trânsito (TRAN)				4 - entre 3 e 5 min		4 - Comentário / opinião						4 - Oriental		4 - Oriental		4 - Documental		10 - infrator / criminoso						
5 - PS-VIOL				5 - acima de 5 min		5 - Entrevista / estúdio						5 - Indígena		5 - Indígena		5 - Câmera escondida		11 - Imagens de Arquivo						
6 - SEG/POL-VIOL						6 - Entrevista / externa										6 - Escuta telefônica		12 - Fonte não identificada						
7 - TRAN-VIOL						7 - Entrada ao vivo																		
8 - TRAN-PS						8 - Quadro / coluna																		
9 - Outras formas						9 - Boletim																		
Data		Informações sobre o telejornal					Crime ou ato infracional			Perfil social do agressor / infrator / acusado				Perfil social da vítima				Fontes consultadas no telejornal						
Dia	Mês	Temática	Telejornal	Tempo (s)	Tipo	Bloco	Retranca	Natureza	Tipo	Região	Ocupação	Idade	Sexo	Etnia	Ocupação	Idade	Sexo	Etnia	nº Fontes	Fonte 1	Fonte 2	Fonte 3	Outras fontes	
21	FEV	4	1	3	1	3	Problemas / atravessar BR 116	-	Trânsito	RM / Fazenda Rio Grande	*	*	*	*	*	19	FEM	1	5	4	9	9	9;9	
21	FEV	2	1	1	3	3	Prisão / duas pessoas / 40 quilos Crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	*	*	*	*	1	8	*	*	*	
21	FEV	1	1	4	1	4	Projeto "Toque de Proteger" / toque de recolher p/ adolescentes de até 16 anos	-	-	OESTE / Matelândia	*	*	*	*	*	*	*	*	15	1	9	9	9;9;9;9;9;1;11;1;9;9	
21	FEV	5	2	3	1	1	Atletiba / Tiroteio / torcidas / dias de clássico	Contra a pessoa	Rixa	RM / Pinhais	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	9	2	
21	FEV	3	2	2	1	1	Homem assassinado em sofá no meio da rua no Parolin	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Parolin	*	19	MAS	2	Morador de rua	*	MAS	*	3	7	1	10	*	
21	FEV	5	2	4	1	1	Comerciantes / Novo Mundo / sofrem com insegurança	Contra o patrimônio	Furto qualificado	CTBA / Novo Mundo	*	*	*	*	*	*	*	*	7	9	9	9	9;9;9;1;	
21	FEV	1	2	4	8	1	Guardas municipais reivindicam plano de carreira	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	2	2	*	*	
21	FEV	4	2	2	1	2	Carro e moto batem e uma pessoa acaba morta na CIC	-	Trânsito	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	*	*	*	*	2	1	9	*	*	
21	FEV	3	2	1	3	2	Homem assassinado / Sítio Cercado	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Sítio Cercado	*	*	*	*	*	25	MAS	*	1	1	*	*	*	
21	FEV	1	2	2	1	3	Fuga presos / delegacia / Alto Maracanã	-	-	RM / Colombo	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
21	FEV	2	2	3	1	3	Prisão / duas pessoas / 40 quilos Crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
21	FEV	1	2	2	1	3	Atletiba / Instalação / Juizado Especial / Couto Pereira	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	12	*	*	*	
22	FEV	3	1	1	9	1	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	FEM	1	1	9	*	*	*	
22	FEV	3	1	2	1	2	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	MAS	*	*	*	FEM	1	3	9	7	7	*	
22	FEV	4	1	1	3	3	Caminhão desgovernado destrói casas na Barreirinha	-	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	2	1	1	3	4	Apreensão / mil armas de brinquedo	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	NOROESTE / Campo Mourão	*	32	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	2	1	1	3	4	Apreensão / caminhão / 400 caixas de cigarro	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Santa T. de Itaipu	Caminhoneiro	22	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	2	1	1	3	4	Homem preso / estelionato / jogadores de futebol	Contra o patrimônio	Estelionato	CTBA / São Lourenço	*	*	MAS	1	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	1	1	2	2	4	Projeto "Toque de Proteger" / toque de recolher p/ adolescentes de até 16 anos	-	-	OESTE / Matelândia	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	1	1	2	7	4	Implantação / 49 centros de referência / combate ao crack	-	-	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	*	*	*	1	3	*	*	*	
22	FEV	3	1	3	3	4	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	FEM	1	2	7	6	*	*	
22	FEV	6	2	2	4,3	1	Julgamento / último acusado / matar pedreiro / 2001	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Fazendinha	*	30	MAS	*	Pedreiro	*	MAS	1	1	11	*	*	*	
22	FEV	2	2	3	1	1	Homem preso / estelionato / jogadores de futebol	Contra o patrimônio	Estelionato	CTBA / Curitiba	*	40	MAS	2	*	*	*	*	2	1	10	*	*	
22	FEV	8	2	2	4	1	Caso Carli Filho / julgamento do ex-deputado	Contra a pessoa	Homicídio culposo	CTBA / Curitiba	Deputado	*	MAS	1	*	*	MAS	*	2	11	4	*	*	
22	FEV	3	2	2	3	1	Corpo feminino encontrado num carro em chamas	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Araucária	*	*	*	*	*	*	FEM	*	0	*	*	*	*	
22	FEV	1	2	4	1	2	Projeto "Toque de Proteger" / toque de recolher p/ adolescentes de até 16 anos	-	-	OESTE / Matelândia	*	*	*	*	*	*	*	*	5	9	9	9	1;1	
22	FEV	3	2	3	9,4	3	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Xaxim	*	*	*	*	*	*	FEM	1	1	4	*	*	*	
23	FEV	9	1	3	1	1	Vereador acusado usar cargo para fins pessoais	De funcionário público contra a administração geral	Corrupção passiva	NORTE / Londrina	Vereador	*	MAS	1	*	*	*	*	2	10	11	*	*	
23	FEV	4	1	3	1	2	Acidente de trânsito com van escolar	-	Trânsito	RM / Pinhais	Motorista	*	MAS	*	*	*	*	*	4	1	9	9	9	
23	FEV	4	1	3	6	2	Acidente de trânsito com van escolar	-	Trânsito	-	*	*	*	*	*	*	*	*	1	3	*	*	*	
23	FEV	3	1	1	3	3	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
23	FEV	3	2	2	1	1	Ladrão é morto ao invadir casa de policial aposentado	Contra o patrimônio	Furto qualificado	CTBA / Pilarzinho	*	*	*	*	Policial aposentado	63	MAS	*	1	7	*	*	*	
23	FEV	2	2	2	1	1	Dois homens são presos / extorsão a dono de bingo	Contra o patrimônio	Extorsão	PR / Paraná	*	24	MAS	1	Empresário	*	*	*	1	1	*	*	*	
23	FEV	4	2	4	1,4	1	Acidente de trânsito com van escolar	-	Trânsito	RM / Pinhais	*	*	*	*	*	*	*	*	6	1	9	9	9;9;3	
23	FEV	8	2	2	1	1	Motorista foge após bater e matar motociclista	Contra a pessoa	Omissão de socorro	CTBA / São Francisco	*	39	MAS	1	*	37	MAS	*	1	1	*	*	*	

23	FEV	4	2	1	1	1	Mulher morre atropelada no Contorno Leste	-	Trânsito	RM / São José dos Pinhais	*	*	*	*	Dona de casa	49	FEM	*	1	1	*	*	*
23	FEV	6	2	2	4,3	1	Julgamento / último acusado / matar pedreiro / 2001	Contra a pessoa	Homicídio	PR / Paraná	*	30	MAS	*	Pedreiro	*	MAS	1	1	11	*	*	*
23	FEV	2	2	2	1	1	Namorada leva "X-celular" para preso	De particular contra a adm. Geral	Favorecimento real	CTBA / Curitiba	*	15	FEM	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
23	FEV	2	2	2	1	1	Polícia prende quadrilha com uma arma de colecionador	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Posse ou porte irregular de arma de fogo de uso restrito	CTBA / Cajuru	*	18	MAS	1	*	*	*	*	1	1	*	*	*
23	FEV	3	2	3	1	2	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Xaxim	*	*	*	*	*	*	FEM	1	4	9	1	7	7
23	FEV	5	2	4	6	2	Ladrão rouba carro com criança de 3 meses dentro	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Xaxim	*	*	*	*	*	*	FEM	1	1	1	*	*	*
23	FEV	6	2	2	3,4	2	DNA comprova que homem estuprou garota de 13 anos	Contra os costumes	Estupro de vulnerável	RM / Pinhais	*	47	MAS	1	*	13	FEM	*	1	4	*	*	*
23	FEV	2	2	2	1	3	Homem é preso com short de haxixe	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	MAS	1	*	*	*	*	2	10	1	*	*
23	FEV	2	2	2	6	3	Afastados policiais envolvidos em desvio de drogas	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Cascavel	Policial	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
24	FEV	2	1	3	1	2	Pai denuncia filha adolescente por furto em loja	Contra o patrimônio	Furto simples	OESTE / Foz do Iguaçu	Estudante	<18	FEM	*	*	*	*	*	2	7	1	*	*
24	FEV	6	1	1	2	3	Policia reage a tentativa de assalto e mata assaltante	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Centro	*	28	MAS	*	Policia	*	MAS	*	0	*	*	*	*
24	FEV	1	1	1	2	4	2 cidades do PR estão entre as 10 mais violentas do país	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
24	FEV	2	1	3	1	4	3 são presos por se passarem por empresários de futebol	Contra o patrimônio	Estelionato	NOROESTE / Campo Mourão	*	*	MAS	1	*	*	*	*	4	9	1	1	9
24	FEV	6	2	2	3	1	Policia reage a tentativa de assalto e mata assaltante	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Centro	*	28	MAS	1	Policia	*	MAS	*	0	*	*	*	*
24	FEV	2	2	1	3	1	Menina (12 anos) apreendida com 42 tablets de maconha	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	NORTE / Londrina	*	12	FEM	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
24	FEV	1	2	3	1,4	1	Projeto de criação da Defensoria Pública no PR	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	4	11	1	1	1
24	FEV	3	2	3	1,4	1	Mais uma criança é levada junto c/ carro roubado	Contra o patrimônio	Roubo	RM / Pinhais	*	*	*	*	*	3	FEM	2	2	1	4	*	*
24	FEV	3	2	5	8	1	Mãe de criança morta pela pai vai ao Palco do Povo	Contra a pessoa	Homicídio	PR / Paraná	*	*	MAS	*	*	1	MAS	*	3	9	4	4	*
24	FEV	9	2	3	1	2	Perigos do uso do cerol em raíais	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*	*	5	4	9	9	3,9
24	FEV	3	2	4	6,4	2	Mais uma criança é levada junto c/ carro roubado	Contra o patrimônio	Roubo	RM / Pinhais	*	*	*	3	*	3	FEM	2	1	9	*	*	*
24	FEV	9	2	5	8,5	2	Ônibus / saúde pública / transporte funcionários de empresa particular	De funcionário público contra a administração geral	Peculato	RM / Campo Magro	*	*	*	*	*	*	*	*	6	4	9	1	4;9,9
24	FEV	1	2	2	1	3	Copa do Mundo / PMs se preparam para evento	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	1	1	*	*
24	FEV	1	2	2	4	3	Beto Richa não irá pagar a PEC 64 a PMs	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	4	*	*	*
25	FEV	5	1	4	1	1	2 cidades do PR estão entre as 10 mais violentas do país	-	-	RM / Campina Grande do Sul	*	*	*	*	*	*	*	*	5	9	9	8	9,9
25	FEV	2	1	1	3	1	Cinco ônibus apreendidos com mercadorias irregulares	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
25	FEV	3	1	1	2	1	Ônibus de linha assaltado na madrugada	Contra o patrimônio	Roubo	NOROESTE / Campo Mourão	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
25	FEV	4	1	4	1	3	Moradora cobra providências para reduzir atropelamentos na BR 116	-	-	RM / Fazenda Rio Grande	*	*	*	*	*	*	*	*	2	9	1	*	*
25	FEV	2	1	3	1	4	3 são presos por se passarem por empresários de futebol	Contra o patrimônio	Estelionato	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	5	9	9	1	4,1
25	FEV	9	2	5	8	1	Resumo da semana	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
25	FEV	6	2	3	1	1	Família de médico era ameaçada por empregada	Contra o patrimônio	Extorsão	NOROESTE / Campo Mourão	Empregada	*	FEM	1	Médico	*	MAS	1	3	9	4	8	*
25	FEV	3	2	2	1	1	Jovem morto a tiros na Vila Pantanal / motorista bate no carro da polícia no local do crime	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Boqueirão	*	*	*	*	*	25	MAS	*	1	1	*	*	*
25	FEV	4	2	1	1	1	Acidente de trânsito com van escolar (2)	-	-	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
25	FEV	8	2	2	3	1	Carro bate em caminhão de lixo e dois ficam feridos	-	-	CTBA / Batel	*	38	MAS	*	*	*	MAS	*	0	*	*	*	*
25	FEV	3	2	2	1	1	Adolescente morto a tiros dentro da casa do avô	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Ganchinho	*	*	*	*	*	14	MAS	*	1	1	*	*	*
25	FEV	2	2	1	3	1	Jovens detidos com arma próxima ao terminal da CIC	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	CTBA / Cidade Industrial	*	14	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
25	FEV	6	2	5	1,8	2	Mãe de criança morta pela pai vai ao Palco do Povo	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Curitiba	*	21	MAS	1	*	1	*	*	4	9	10	1	9
25	FEV	6	2	4	1	3	Acusado de abusar de enteado vai a audiência	Contra os costumes	Estupro de vulnerável	RM / Campina Grande do Sul	Empresário	25	MAS	1	*	5	MAS	*	3	4	7	2	*
25	FEV	3	2	2	8	3	Palco do Povo: mulher relata que sofreu violência do ex-marido	Contra a pessoa	Violência doméstica	RM / São José dos Pinhais	*	*	MAS	*	Desempregada	*	FEM	1	1	9	*	*	*
25	FEV	2	2	1	4	3	2 cidades do PR estão entre as 10 mais violentas do país	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*

25	FEV	2	2	1	3	3	Traficante de luxo preso no Batel	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	CTBA / Batel	*	29	MAS	*	*	*	*	1	4	*	*	*		
25	FEV	6	2	1	3	3	Policial reage a tentativa de assalto e mata assaltante	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Centro	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	FEV	2	2	1	3	3	Jovem acusado de assaltar lotérica é preso	Contra o patrimônio	Roubo	RM / Pinhais	*	18	MAS	1	*	*	*	1	4	*	*	*		
28	FEV	2	1	1	1	3	Polícia prende ladrões de café em Maringá	Contra o patrimônio	Furto qualificado	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
28	FEV	6	2	2	1	1	Bombeiro derrubado de telhado ao socorrer pessoa	Contra a pessoa	Homicídio (tentativa)	CTBA / Uberaba	*	37	MAS	2	Bombeiro	*	MAS	*	1	1	*	*	*	
28	FEV	9	2	1	2	1	Números da violência em Curitiba e região metrop.	-	-	CTBA / RM	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
28	FEV	3	2	2	1	1	Acusado de estupro é linchado pela população	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Colombo	*	*	*	*	*	*	32	MAS	*	2	1	9	*	*
28	FEV	3	2	3	1	1	Bandidos se escondem em valeta p/ assaltar estudantes em ponto de ônibus	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Jardim Botânico	*	*	MAS	*	Estudantes	*	MAS/FEM	*	4	7	7	7	7	
28	FEV	8	2	1	3	1	Motoqueiro que fazia racha bate em ônibus e morre	-	Trânsito	CTBA / Cabral	*	*	*	*	Motoqueiro	39	MAS	1	0	*	*	*	*	
28	FEV	4	2	1	3	1	Pai e filha morrem em acidente na Estrada do Cerne	-	Trânsito	RM / Campo Magro	*	*	*	*	*	63	MAS	*	0	*	*	*	*	
28	FEV	2	2	1	3	2	Acusado de assassinar a ex-esposa, homem é preso	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Quatro Barras	*	34	MAS	1	*	*	FEM	*	0	*	*	*	*	
28	FEV	2	2	1	1	3	Casal é preso com drogas sintéticas escondidas nas roupas íntimas	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*		
28	FEV	2	2	1	3	3	Mulher é presa com 400 pedras de crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	CTBA / Centro	*	32	FEM	1	*	*	*	1	4	*	*	*		
1	MAR	9	1	3	1	1	Caminhoneiros aguardam até 24 horas na fila do porto	-	-	LIT / Paranaguá	*	*	*	*	*	*	*	5	9	9	9	9,9		
1	MAR	1	1	2	1	2	Projeto "Toque de Proteger" / toque de recolher p/ adolescentes de até 16 anos	-	-	OESTE / Matelândia	*	*	*	*	*	*	*	5	1	9	9	9,9		
1	MAR	9	1	2	1	4	Alunos pulam catraca de ônibus ao saírem da escola	Contra o patrimônio	Outras fraudes	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	5	8	9	9	9,3		
1	MAR	9	1	2	6	4	Alunos pulam catraca de ônibus ao saírem da escola	Contra o patrimônio	Outras fraudes	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*		
1	MAR	6	2	1	3	1	Acusado de matar grávida em janeiro é preso	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Pinhais	*	24	MAS	1	*	19	FEM	*	1	4	*	*	*	
1	MAR	2	2	1	3	1	Traficante preso em frente escola vendendo droga	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	RM / São José dos Pinhais	*	20	MAS	3	*	*	*	1	4	*	*	*		
1	MAR	2	2	2	1	1	Foragido é preso com drogas em Almirante Tamandaré	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	RM / Almirante Tamandaré	*	31	MAS	1	*	*	*	1	1	*	*	*		
1	MAR	1	2	3	1,4	2	Secretário diz que PR está com dinheiro contado	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	3	2	1	1	*		
1	MAR	1	2	2	1	2	Honre vai investigar assassinatos sem solução	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	2	1	1	*	*		
1	MAR	6	2	2	1,4	2	Justiça ouve acusado de matar cartunista Glauco	Contra a pessoa	Homicídio	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	MAS	1	Cartunista	*	MAS	1	1	4	*	*	*	
1	MAR	2	2	1	1	2	Proprietário de carro chega na hora que ladrão seria liberado da delegacia	Contra o patrimônio	Furto qualificado	OESTE / Cascavel	*	26	MAS	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
1	MAR	4	2	5	5	2	Acidente de trânsito com van escolar	-	Trânsito	RM / Pinhais	Motorista	*	MAS	1	*	*	*	2	11	3	*	*		
1	MAR	4	2	3	1	3	Carro da prefeitura atropela e mata idosa	-	Trânsito	RM / Araucária	Funcionário público	*	MAS	*	*	66	FEM	*	3	9	9	9	*	
2	MAR	9	1	2	1	2	Consumo de bebida alcóolica por adolescentes	-	-	*	*	*	*	Estudante	14	FEM	*	1	7	*	*	*		
2	MAR	9	1	5	5	2	Consumo de bebida alcóolica por adolescentes	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*	1	3	*	*	*		
2	MAR	9	1	3	6	2	Consumo de bebida alcóolica por adolescentes	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	9	9		
2	MAR	2	2	2	1,4	2	Pai revoltado invade hospital e quebra equipamento	Contra o patrimônio	Dano qualificado	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	2	3	9	*	*		
2	MAR	2	2	2	1	3	Bandidos usam carro para quebrar vidro e roubar caixa eletrônico	Contra o patrimônio	Furto qualificado	NOROESTE / Maringá	*	33	MAS	1	*	*	*	2	8	1	*	*		
2	MAR	3	2	1	1	3	Dois homens mortos em lava car na Salgado Filho	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	47	MAS	*	1	1	*	*	*	
2	MAR	1	2	4	6	3	Policiais civis podem entrar em greve no Paraná	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	2	11	2	*	*		
2	MAR	2	2	1	2	3	Motorista preso com 30 mil pedras de crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Cascavel	*	*	MAS	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
2	MAR	8	2	2	1	3	Caminhonete quase atropela ciclistas em Londrina	Contra a pessoa	Homicídio (tentativa)	NORTE / Londrina	*	*	*	*	Representante comercial / ciclista	*	MAS	1	4	8	9	8	3	
3	MAR	5	1	3	1	1	Grupo de adolescentes volta à escola por determinação da Justiça	-	-	OESTE / Cascavel	Estudante	[14,16]	MAS	*	*	*	*	3	9	3	1	*		
3	MAR	5	1	5	6	1	Grupo de adolescentes volta à escola por determinação da Justiça	-	-	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*		
3	MAR	3	1	2	3	1	Câmera de segurança flagra ladrões roubando relojaria	Contra o patrimônio	Roubo	OESTE / Capanema	*	*	*	*	*	*	*	1	8	*	*	*		
3	MAR	3	1	3	6	1	Assalto a joalheria de Shopping em Londrina	Contra o patrimônio	Roubo	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	2	1	8	*	*		

3	MAR	3	1	3	1	2	Pai busca filha na escola e some com garota	Contra o pátrio poder, tutela curatela	Subtração de incapazes	OESTE / Matelândia	*	*	MAS	1	*	*	FEM	1	3	4	9	1	*
3	MAR	9	1	5	5	3	Consumo de bebida alcoólica por adolescentes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	9	11
3	MAR	2	1	1	3	3	Polícia prende êxtase em tanque de combustível	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Céu Azul	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
3	MAR	2	2	1	1	1	Polícia encontra cassino clandestino no Bacacheri	Das contravenções relativas à polícia de costumes	Jogos de azar	CTBA / Bacacheri	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
3	MAR	4	2	1	2	1	Acidente na PR-423 deixa três feridos	*	Trânsito	RM / Campo Largo	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
3	MAR	2	2	1	2	2	Homem preso com maconha quando registrava B.O	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	RM / Colombo	*	*	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
3	MAR	2	2	1	3	2	Ladrões escondiam maconha em tonéis de plástico	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Medianeira	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
3	MAR	1	2	3	1	2	Projeto prevê a retirada de crianças das ruas	*	*	RM / São José dos Pinhais	*	*	*	*	*	*	*	*	3	2	2	2	*
3	MAR	2	2	1	3	3	PF apreende 12 mil remédios p/ tratamento de Parkinson	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Cascavel	*	35	FEM	*	*	*	*	*	1	4	*	*	*
3	MAR	2	2	1	3	3	Polícia prende êxtase em tanque de combustível	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Céu Azul	*	22	MAS	*	*	*	*	*	1	4	*	*	*
3	MAR	6	2	2	1	3	Cope prende acusados de praticar assaltos a joalherias	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	27	MAS	1	*	*	*	*	3	10	8	1	*
4	MAR	2	2	1	1	1	Polícia encontra fogos de artifício em loja irregular	Contra a incolumidade pública	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos	CTBA / Vila Hauer	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	6	1	3	1	1	Grupo de adolescentes volta à escola por determinação da Justiça	*	*	OESTE / Cascavel	Estudante	14	MAS	*	Zeladora	*	FEM	1	5	9	9	9	9,1
4	MAR	9	1	2	6	1	Grupo de adolescentes volta à escola por determinação da Justiça	*	*	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	*	1	3	*	*	*
4	MAR	1	1	1	8	1	Escolas c/ alunos problemáticos podem pedir auxílio a SEED	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	4	1	2	3	2	Acidentes deixam feridos em regiões do Paraná	*	Trânsito	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
4	MAR	1	1	3	6	2	PRF / operação Carnaval para evitar acidentes c/ motoristas bêbados	*	Trânsito	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	1	1	2	6	3	Segurança no litoral durante o carnaval	*	Trânsito	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	1	2	5	1,4	1	Hospital Militar enfrenta problemas de infraestrutura	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	10	7	7	9	9:9;7:9;9:9
4	MAR	9	2	5	8	1	Resumo da semana	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
4	MAR	2	2	2	1	1	Rouba carro e combustível acaba em meio à fuga	Contra o patrimônio	Roubo	RM / Colombo	*	19	MAS	1	*	*	*	*	2	1	9	*	*
4	MAR	1	2	3	6	2	PRF / operação Carnaval para evitar acidentes c/ motoristas bêbados	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	4	2	1	3	2	Acid. entre caminhão e carro termina c/ 3 mortes PR 445	*	Trânsito	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
4	MAR	1	2	4	1,4	2	Hospital Militar enfrenta problemas de infraestrutura	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
4	MAR	3	2	2	1	3	Criança (11 meses) é estuprada em Cascavel	Contra os costumes	Estupro de vulnerável	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	1	FEM	*	1	1	*	*	*
7	MAR	2	1	1	2	2	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	Empresário	*	MAS	*	0	*	*	*	*
7	MAR	2	1	1	2	2	Ladrões aproveitam barulho do carnaval e invadem BB	Contra o patrimônio	Furto qualificado	NORTE / Cambira	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
7	MAR	6	2	3	1	1	Polícia prende 2º acusado de matar universitário	Contra a pessoa	Homicídio	OESTE / Cascavel	Vendedor ambulante	19	MAS	1	Universitário	22	MAS	1	4	1	8	4	1
7	MAR	4	2	1	10	1	Motorista atropela grávida no Boqueirão	*	Trânsito	CTBA / Boqueirão	*	*	MAS	*	*	18	FEM	*	1	1	*	*	*
7	MAR	4	2	1	3	1	Acidente deixa uma pessoa morta no Contorno Norte	*	Trânsito	CTBA / RM	*	*	*	*	*	21	MAS	*	0	*	*	*	*
7	MAR	6	2	4	1,4	1	Presos acusados de maus tratos a idoso	Contra a pessoa	Maus tratos	OESTE / Toledo	*	63	FEM	1	Aposentado	67	MAS	1	3	1	1	7	*
7	MAR	9	2	1	8	1	Mulheres procuram filho desaparecido no Tatuquara	*	*	CTBA / Tatuquara	*	*	*	*	*	*	MAS	1	1	4	*	*	*
7	MAR	2	2	3	4,9	3	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	CTBA / Curitiba	Policiais	*	*	*	Empresário	*	MAS	*	0	*	*	*	*
7	MAR	2	2	2	1	3	Polícia prende quadrilha que roubava casa de luxo	Contra o patrimônio	Roubo	LIT / Matinhos	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
7	MAR	9	2	1	3	3	Curitiba registrou queda na violência em fevereiro	*	Homicídio	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
7	MAR	3	2	2	10	3	Jovem é morto e jogado em valeta	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Colombo	*	*	*	*	*	[15,20]	MAS	*	1	1	*	*	*
7	MAR	3	2	1	10	3	Homem é morto na Vila Barigui	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	*	*	MAS	*	1	3	*	*	*
7	MAR	3	2	2	10	3	Guardador de carros é morto na Vila N. Senhora	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	Guardador de carros	[40,45]	MAS	*	1	1	*	*	*
8	MAR	8	1	3	1	1	Repórter flagra motorista embriagado	*	Trânsito	LIT / Litoral	*	28	MAS	2	*	*	*	*	2	10	1	*	*
8	MAR	8	1	3	6	1	PRF / operação Carnaval para evitar acidentes c/ motoristas bêbados	*	Trânsito	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
8	MAR	1	1	3	6	2	Tenente avalia Operação Verão no Litoral paranaense	*	*	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
8	MAR	4	2	2	9	1	95 pessoas morreram durante feriado de Carnaval	*	Trânsito	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
8	MAR	5	2	4	1,4	2	08 de março: Dia Internacional da Mulher	Contra a pessoa	Violência doméstica	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	74	FEM	1	4	7	2	1	7
8	MAR	6	2	3	1	2	08 de março: Dia Internacional da Mulher	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Tingui	Policiais	*	MAS	*	Atleta	30	MAS	1	3	9	4	9	*
8	MAR	4	2	1	3	2	Motorista bate em ponte da Linha Verde	*	Trânsito	CTBA / Prado Velho	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
8	MAR	2	2	1	3	2	Policiais apreendem 8 quilos de crack em Araucária	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	RM / Araucária	*	26	MAS	2	*	*	*	*	0	*	*	*	*

8	MAR	3	2	1	3	2	Jovem é morto por conta de dívida de droga	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Novo Mundo	*	*	*	*	*	17	MAS	*	0	*	*	*	*
9	MAR	4	1	1	3	1	Motociclista bate em trator na região oeste	-	Trânsito	NOROESTE / Nova Esperança	*	*	*	*	*	50	MAS	*	0	*	*	*	*
9	MAR	3	1	1	2	4	Hospital é assaltado em Curitiba	Contra o patrimônio	Roubo qualificado	CTBA / Batel	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
9	MAR	3	1	1	2	4	Estudante de Direito é morto no Novo Mundo	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Novo Mundo	*	*	*	*	Estudante	20	MAS	*	0	*	*	*	*
9	MAR	1	2	5	3,4	1	Cenas de horror: condição do IML assusta	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	4	*	*	*
9	MAR	2	2	1	4	1	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	CTBA / Curitiba	Policiais	*	MAS	*	Empresário	*	MAS	*	0	*	*	*	*
9	MAR	1	2	3	1	1	Curitiba registrou queda na violência em fevereiro	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	4	3	9	9	11
9	MAR	1	2	4	6	1	Curitiba registrou queda na violência em fevereiro	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	11	3	*	*
9	MAR	6	2	3	6	2	Criança (11 meses) é estuprada em Cascavel	Contra os costumes	Estupro de vulnerável	OESTE / Cascavel	*	*	FEM	1	*	1	FEM	*	1	1	*	*	*
9	MAR	9	2	4	1,4	2	DPVAT alerta para ação de atravessadores	Contra o patrimônio	Estelionato	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	2	9	1	*	*
9	MAR	1	2	4	5	2	Cenas de horror: condição do IML assusta	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	7	4	*	*
10	MAR	4	1	2	1	1	Acidentes c/ caminhões ou máquinas agrícolas	-	Trânsito	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	*	*	*	3	9	9	1	*
10	MAR	4	1	1	2	1	Acidentes c/ caminhões ou máquinas agrícolas	-	Trânsito	OESTE / Palotina	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
10	MAR	2	1	3	7	3	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	RM / São José dos Pinhais	Policiais	*	MAS	*	Empresário	*	MAS	*	1	1	*	*	*
10	MAR	3	1	2	3	3	Ladrões roubam agência do BB próxima a Londrina	Contra o patrimônio	Roubo	NORTE / Abatiá	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
10	MAR	2	1	1	3	3	Prisão de quadrilha que assaltou condomínios de luxo	Contra o patrimônio	Roubo	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
10	MAR	2	1	1	3	3	PF apreende caminhão com cigarro contrabandeado	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Foz do Iguaçu	Motorista	*	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
10	MAR	1	1	2	1	4	Comerciantes do Sabará reclamam de assaltos	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	Comerciantes	*	*	*	4	7	7	9	9
10	MAR	2	2	3	1	1	Plantão PM: preso por tentativa de suborno / preso antes de matar usuário	De particular contra a adm. Geral	Corrupção ativa	CTBA / Prado Velho	*	20	MAS	1	*	*	*	*	2	1	1	*	*
10	MAR	4	2	2	1	1	Viatura se envolve em grave acidente no Umbará	-	Trânsito	CTBA / Umbará	*	*	*	*	*	*	*	*	3	1	9	9	*
10	MAR	6	2	4	1,4	1	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	CTBA / Curitiba	Policiais	*	MAS	*	Empresário	*	MAS	*	1	7	*	*	*
10	MAR	3	2	1	1	2	Adolescente envolvido com drogas estaqueado	Contra a pessoa	Homicídio (tentativa)	CTBA / Cajuru	*	*	*	*	*	16	MAS	*	1	1	*	*	*
10	MAR	1,9	2	4	1	2	GRAER resgata vítimas e ajuda polícia	-	-	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	4	11	1	1	1
10	MAR	1	2	3	8	3	Cenas de horror: condição do IML assusta	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	9	4	*	*
10	MAR	1	2	3	1	3	Cenas de horror: condição do IML assusta	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	1	4	*	*
10	MAR	2	2	2	1	3	Grávida é presa acusada de tráfico de drogas	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	NORTE / Londrina	*	24	FEM	2	*	*	*	*	1	1	*	*	*
10	MAR	2	2	2	2	3	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	RM / São José dos Pinhais	Policiais	*	MAS	*	Empresário	*	MAS	*	0	*	*	*	*
11	MAR	4	1	1	3	4	Motorista de caminhão perde controle e invade casa	-	Trânsito	CTBA / Fazendinha	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
11	MAR	1	2	2	1	1	Instituto de Criminalística enfrenta problemas de infraestrutura	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
11	MAR	1	2	5	1,4	1	Cenas de horror: condição do IML assusta	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	5	4	9	7	7,1
11	MAR	9	2	5	8	1	Resumo da semana	-	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
11	MAR	1	2	3	6	1	Instituto de Criminalística enfrenta problemas de infraestrutura	-	-	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	2	4	3	*	*
11	MAR	3	2	3	1	1	Mulher é morta com 18 facadas	Contra a pessoa	Homicídio	RM / São José dos Pinhais	*	*	MAS	1	*	19	FEM	1	3	4	9	1	*
11	MAR	3	2	3	1,4	2	Ladrões assaltam funerária em Curitiba	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	MAS	1	*	*	*	*	2	8	9	*	*
14	MAR	9	1	3	1	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	5	3	*	*
14	MAR	3	2	1	9	2	Aposentada é estaqueada pelo neto de criação	Contra a pessoa	Homicídio (tentativa)	RM / São José dos Pinhais	*	*	MAS	1	Aposentado	78	FEM	*	1	4	*	*	*
14	MAR	3	2	1	1	2	Homem é assassinado em bar na Cidade Industrial	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	Auxiliar de produção	26	MAS	2	2	4	1	*	*
14	MAR	9	2	1	2	2	Números da violência em Curitiba e região metrop.	-	-	CTBA / RM	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
14	MAR	8	2	3	1	3	Deputado Gilberto Ribeiro é acusado de atropelar rapaz	Contra a pessoa	Omissão de socorro	RM / Piraquara	Deputado	*	MAS	1	*	14	MAS	1	4	9	9	1	1
14	MAR	8	2	3	10	3	Deputado Gilberto Ribeiro é acusado de atropelar rapaz	Contra a pessoa	Omissão de socorro	RM / Piraquara	Deputado	*	MAS	1	*	14	MAS	1	1	9	*	*	*
14	MAR	4	2	1	3	3	Dois caminhões bateram na PR 445	-	Trânsito	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
14	MAR	4	2	2	1	3	Homem morre em acidente no Bairro Alto	-	Trânsito	CTBA / Bairro Alto	*	*	*	*	*	*	*	*	3	9	9	9	*
14	MAR	1	2	1	1	3	Acusado de Chacina do Icarai é inocentado na Justiça	-	-	CTBA / Uberaba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
15	MAR	2	2	2	1	2	Força Verde prende quadrilha de caçadores	Contra o meio ambiente	Crime contra a fauna	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
15	MAR	9	1	3	1	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	5	3	11	5	3,1
15	MAR	9	1	4	6	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	-	-	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	1	1	*	*
15	MAR	8	1	3	1	4	Motorista bêbado avança sinal vermelho e mata motociclista	Contra a pessoa	Homicídio culposo	CTBA / Água Verde	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	9	1
15	MAR	8	2	3	1	1	Fila caminhoneiros / desembarque no Porto	-	Trânsito	RM / São José dos Pinhais	Caminhoneiro	*	*	2	*	*	*	*	8	9	9	9	9,9;9,1;10
15	MAR	9	2	4	6	1	Fila caminhoneiros / desembarque no Porto	-	Trânsito	LIT / Litoral	*	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*

15	MAR	2	2	1	3	1	Sacoleiros incendiam ônibus em Céu Azul	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Céu Azul	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
15	MAR	2	2	1	3,4	1	Polícia prende 200 caixas de cigarros dentro de igreja	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
15	MAR	9	2	5	1,4	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	7	4	9	9	9,9;11,9		
15	MAR	4	2	1	3	2	Carro com 7 pessoas perde controle e arranca cerca	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
15	MAR	8	2	2	1	2	Deputado Gilberto Ribeiro é acusado de atropelar rapaz	Contra a pessoa	Omissão de socorro	RM / Piraquara	Deputado	*	MAS	1	*	*	14	MAS	1	5	1	9	9	1;1
15	MAR	3	2	1	3	3	Homem assassinado na Vila Prado	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Almirante Tamandaré	*	*	*	*	*	*	*	MAS	*	0	*	*	*	*
15	MAR	3	2	1	10	3	Segurança foi assassinado na Ébano Pereira	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Centro	*	*	*	*	*	*	*	MAS	*	1	1	*	*	*
15	MAR	3	2	1	3	3	Jovem é assassinado no bairro Portão	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Portão	*	*	*	*	*	*	23	MAS	*	0	*	*	*	*
15	MAR	6	2	1	3	3	Preso acusado de matar a ex e a atual mulher	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Campina Grande do Sul	*	30	MAS	1	*	*	*	FEM	*	1	4	*	*	*
16	MAR	2	1	1	1	1	Postos de combustíveis / Gaeco investiga preço predatório	Contra a ordem econômica	Cartel	NOROESTE / Campo Mourão	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
16	MAR	2	1	1	1	1	Postos de combustíveis / Gaeco investiga preço predatório	Contra a ordem econômica	Cartel	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
16	MAR	6	2	2	1	3	Acusado de violentar cadela é agredido por população	Contra o meio ambiente	Crime contra a fauna	RM / Pinhais	Pedreiro	33	MAS	2	*	*	*	*	2	9	10	*	*	
16	MAR	2	2	1	2	3	Postos de combustíveis / Gaeco investiga preço predatório	Contra a ordem econômica	Cartel	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
16	MAR	9	1	3	1	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	3	9	9	1	*	
16	MAR	8	1	3	1	4	Motorista bêbado avança sinal vermelho e mata motociclista	Contra a pessoa	Homicídio culposo	CTBA / Água Verde	*	*	MAS	*	Motorboy	22	MAS	*	3	9	9	8	*	
16	MAR	8	1	3	6	4	Motorista bêbado avança sinal vermelho e mata motociclista	Contra a pessoa	Homicídio culposo	CTBA / Água Verde	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
16	MAR	3	1	1	3	4	Menino de 8 anos morre com tiro na cabeça	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Araucária	*	*	*	*	*	*	8	MAS	*	1	8	*	*	*
16	MAR	6	2	3	1	1	Estudante de Direito é morto no Novo Mundo	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Capão Raso	*	23	MAS	1	*	*	21	MAS	*	2	4	1	*	*
16	MAR	2	2	1	1	1	Ladrões usam arma de brinquedo (dois adolescentes)	Contra o patrimônio	Furto qualificado	CTBA / Curitiba	*	23	MAS	1	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
16	MAR	3	2	4	1,4	1	Criança (6 anos) é morta em briga de vizinhos	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Araucária	*	*	MAS	*	*	6	MAS	*	2	1	9	*	*	
16	MAR	3	2	2	1	1	Viciado em crack desesperado se joga em rio	Contra a pessoa	Homicídio (tentativa)	CTBA / Parolin	*	*	*	*	*	23	MAS	*	1	1	*	*	*	
16	MAR	2	2	2	3,4	2	Pedreiro é preso após ameaçar PM com furadeira	Contra a liberdade pessoal	Ameaça	CTBA / Alto da Glória	Pedreiro	24	MAS	*	Policial	*	MAS	*	0	*	*	*	*	
16	MAR	8	2	3	1	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	5	1	1	1	3;11	
16	MAR	4	2	3	10	2	Caso Consilux / Comissão especial vai investigar radars no PR	*	Trânsito	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
16	MAR	4	2	5	6	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
16	MAR	4	2	2	6	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	9	*	*	*	
16	MAR	8	2	5	5	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	Deputado	*	*	1	*	*	MAS	1	3	9	11	4	*	
16	MAR	3	2	1	3	2	Catadora de papel é morta por causa de R\$ 100	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	Catador de papel	45	FEM	*	0	*	*	*	*	
16	MAR	6	2	1	3	3	Ex-mulher manda matar líder comunitário (em 2009)	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Piraquara	*	*	FEM	*	Líder comunitário	*	MAS	*	2	4	11	*	*	
16	MAR	4	2	2	8,4	3	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
17	MAR	2	2	2	1	1	Postos de combustíveis / Gaeco investiga preço predatório	Contra a ordem econômica	Cartel	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	2	1	1	*	*	
17	MAR	9	2	5	5	1	Postos de combustíveis / Gaeco investiga preço predatório	Contra a ordem econômica	Cartel	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*	
17	MAR	4	1	1	2	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
17	MAR	8	2	2	1	1	Atropelamento na BR 476 termina em morte	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	4	1	9	9	9	
17	MAR	4	2	2	1	1	Jovens são responsáveis por maioria de acidentes	*	Trânsito	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	9	1	
17	MAR	9	2	4	1,4	1	DPVAT alerta para ação de atravessadores	Contra o patrimônio	Estelionato	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	*	5	4	9	1	2;3	
17	MAR	4	2	2	3,4	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
17	MAR	3	2	4	1,4	2	Comerciantes vivem com insegurança no Fazendinha	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Fazendinha	*	*	*	*	*	*	*	*	3	9	9	9	*	
17	MAR	2	2	1	3	2	Receita apreende 1200 quilos de lidocaína	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
17	MAR	4	2	1	3	3	Dois mortos em acidente na região oeste	*	Trânsito	OESTE / Cap. Leônidas Marques	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
18	MAR	1	1	3	1	1	Cenas de horror: condição do IML assusta	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	6	9	4	3	3;3,9	
18	MAR	1	1	5	5	1	Cenas de horror: condição do IML assusta	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*	
18	MAR	2	1	2	1	2	Homem preso / caixa com 16 cobras dos Correios	Contra o meio ambiente	Crime contra a fauna	NORTE / Uraí	*	18	MAS	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
18	MAR	2	1	1	9	3	PF prende 9 embarcações e três carros com contrabando	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*	
18	MAR	9	1	3	1	4	Falta energia elétrica no Terminal do Pinheirinho	*	*	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	*	*	*	*	6	9	9	9	9,9,9	
18	MAR	3	1	1	2	4	6 ladrões invadiram a sede da Igreja Adventista	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Uberaba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*	
18	MAR	2	2	2	1,4	1	Roubavam objetos e depois pediam resgate	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Batel	*	27	MAS	1	*	*	*	*	1	1	*	*	*	

18	MAR	9	2	3	1	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	5	7	1	9	9,1
18	MAR	9	2	1	10	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
18	MAR	9	2	2	1	1	Caso Consilux / Cidade retira radar e diminui acidentes	*	*	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	*	4	1	9	9	9
18	MAR	2	2	2	3	1	Visomax: mega operação vistoria ótica no Centro	Contra o patrimônio	Estelionato	CTBA / Centro	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
18	MAR	1	2	4	1,4	1	Cenas de horror: condição do IML assusta	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	3	1	4	2	*
18	MAR	2	2	2	1,4	1	Absorventes roubados eram vendidos em Curitiba	Contra o patrimônio	Receptação	CTBA / Sítio Cercado	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
18	MAR	3	2	1	1	1	Morador de rua é executado no Centro	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Centro	*	*	*	*	Morador de rua	25	MAS	*	0	*	*	*	*
18	MAR	9	2	5	8	1	Resumo da semana	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
18	MAR	1	2	3	1	2	Defensoria Pública (DP) / Como funciona uma DP	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	3	3	9	9	*
18	MAR	1	2	4	6,4	2	Defensoria Pública (DP) / Como funciona uma DP	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	2	11	*	*
18	MAR	9	2	4	1,4	3	4 policiais militares são presos acusados de extorsão	Contra o patrimônio	Extorsão	RM / São José dos Pinhais	Policiais	*	MAS	*	Empresário	*	MAS	*	2	7	1	*	*
18	MAR	9	2	4	1	3	Krav Magá é usado para defesa pessoal	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3	3	9	9	*
21	MAR	8	1	2	7	1	Motorista atropela e mata 3 pessoas / acostamento PR 522	*	*	CG / Ivai	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
21	MAR	1	1	3	6	3	Cenas de horror: condição do IML assusta	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
21	MAR	9	1	1	7	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
21	MAR	2	1	1	3	4	Ex-vereador Custódio da Silva foi preso por GAECO	De funcionário público contra a administração geral	Peculato	CTBA / Curitiba	Vereador	*	MAS	1	*	*	*	*	1	11	*	*	*
21	MAR	4	2	2	1	1	Homem morre em acidente na BR 277	*	*	RM / Campo Largo	*	*	*	*	*	26	MAS	*	1	1	*	*	*
21	MAR	9	2	3	1,4	1	DPVAT alerta para ação de atravessadores	Contra o patrimônio	Estelionato	NORTE / Bandeirantes	Advogado	*	MAS	1	*	*	*	*	5	5	4	9	9,1
21	MAR	3	2	1	1	1	Dono de mercado é morto na Vila Verde	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	Comerciante	39	MAS	*	0	*	*	*	*
21	MAR	3	2	1	1	1	Jovem é morto dentro de carro em Campo Magro	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Campo Magro	*	*	*	*	*	27	MAS	*	1	1	*	*	*
21	MAR	3	2	1	1	1	Usuário de crack é executado no Jd. Monte Santo	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Almirante Tamandaré	*	*	*	*	Desempregado	27	MAS	*	1	1	*	*	*
21	MAR	9	2	1	2	1	Números da violência em Curitiba e região metrop.	*	*	CTBA / RM	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
21	MAR	2	2	2	3	1	Ex-vereador Custódio da Silva foi preso por GAECO	De funcionário público contra a administração geral	Peculato	CTBA / Curitiba	Vereador	*	MAS	1	*	*	*	*	1	4	*	*	*
21	MAR	6	2	2	3	2	Filho de policial (16 anos) e mais 3 acusados de assalto	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Bacacheri	*	16	MAS	*	Porteiro	*	MAS	*	0	*	*	*	*
21	MAR	1	2	3	1	2	Aprovados / concurso público Polícia aguardam convocação	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	4	9	9	2	1
21	MAR	3	2	1	3	2	Jovem é encontrado morto no Uberaba	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Uberaba	*	*	*	*	Jardineiro	*	MAS	*	0	*	*	*	*
21	MAR	1	2	5	1,7	2	Cenas de horror: condição do IML assusta	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	4	1	*	*
21	MAR	9	2	2	3	3	Gangue do Maçarico ataca banco no Batel	Contra o patrimônio	Furto qualificado	CTBA / Batel	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
21	MAR	2	2	1	3	3	PF apreende 13 kg de crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Santa T. de Itaipu	*	29	MAS	*	*	*	*	*	1	4	*	*	*
22	MAR	6	1	4	1	2	Assalto a duas lotéricas em menos de uma semana	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	MAS	1	*	*	*	*	3	8	9	2	*
22	MAR	8	1	1	3	2	Motorista atropela e mata 3 pessoas / acostamento PR 522	Contra a pessoa	Omissão de socorro	CG / Ivai	*	22	MAS	*	*	60	MAS	*	0	*	*	*	*
22	MAR	4	1	1	8	3	Câmera flagra acidente com motociclista na BR 277	*	*	OESTE / Medianeira	*	*	*	*	*	18	FEM	*	1	8	*	*	*
22	MAR	8	2	4	1,4	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	3	1	1	11	*
22	MAR	4	2	3	1,4	1	Caso Consilux / Radars ficam escondidos em cidade	*	*	Trânsito	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	*	*	4	1	9	9	9
22	MAR	2	2	2	1	1	Três homens presos com 10 kg de crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	RM / São José dos Pinhais	*	33	MAS	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*
22	MAR	3	2	2	1	1	Rapaz é morto com quase 30 tiros	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cajuuru	*	*	*	*	*	20	MAS	*	2	1	9	*	*
22	MAR	9	2	1	3	1	Pitbul ataca criança de 1 ano de idade	*	*	NOROESTE / Sarandi	*	*	*	*	*	1	MAS	*	0	*	*	*	*
22	MAR	6	2	3	3,10	1	Preso ladrão acusado de 10 homicídios	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	CTBA / Xaxim	*	23	MAS	1	*	*	*	*	3	4	8	1	*
22	MAR	1	2	3	1,4	1	Guardas municipais fazem indicativo de greve	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	2	9	1	*	*
22	MAR	9	2	3	1	2	Pitbul ataca criança de 1 ano de idade	*	*	NOROESTE / Maringá	*	*	*	*	*	1	MAS	*	3	9	9	3	*
22	MAR	4	2	1	3	2	Dois mortos em acidente entre carro e moto	*	*	Trânsito	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
22	MAR	4	2	1	3	2	Carro bate em caminhão e deixa 5 feridos	*	*	Trânsito	CTBA / Augusta	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
22	MAR	9	2	4	1,4	2	DPVAT alerta para ação de atravessadores	Contra o patrimônio	Estelionato	NORTE / Bandeirantes	*	*	*	*	*	*	*	*	3	11	1	9	*
22	MAR	3	2	4	3,4	3	Vereadores brigam dentro da Câmara Municipal	*	*	Quebra de decoro parlamentar	RM / Campo Largo	*	*	*	*	*	*	*	1	8	*	*	*
22	MAR	9	2	5	1,4	3	Uma cidade abandonada / Tunas do Paraná	*	*	RM / Tunas do Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	3	9	9	9	*
23	MAR	9	2	5	5	3	Vereadores brigam dentro da Câmara Municipal	*	*	Quebra de decoro parlamentar	RM / Campo Largo	*	*	*	*	*	*	*	3	8	1	1	*
23	MAR	9	2	3	1	1	Deputado falta sessão mas tem presença confirmada	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	*	3	1	1	1	*
23	MAR	2	2	1	3	2	Escopeta é apreendida com sem-terra	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Posse irregular de arma de fogo	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*
23	MAR	3	2	1	1	1	Dois amigos são baleados (um deles morre)	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Pinheirinho	*	*	*	*	*	23	MAS	*	1	1	*	*	*

23	MAR	1	2	4	6	1	Policiais civis podem entrar em greve no Paraná	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*		
23	MAR	1	2	2	1	1	Presos tentam fugir de delegacia	*	*	RM / São José dos Pinhais	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*		
23	MAR	4	2	2	10	1	Trem arrasta carro por 40 metros	*	Trânsito	RM / Pinhais	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*			
23	MAR	3	2	3	10,4	2	Lista de morte apavora população de 2 cidades	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Colombo	*	*	*	*	*	26	MAS	*	1	1	*	*	*	
23	MAR	4	2	4	6	2	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	2	1	11	*	*		
23	MAR	3	2	2	1	2	Cobrador executado uma semana após o filho	Contra a pessoa	Homicídio	RM / São José dos Pinhais	*	*	*	*	*	Cobrador de ônibus	*	MAS	*	2	9	1	*	*
23	MAR	3	2	1	3	2	Ladrões assaltam banco em Rua da Cidadania	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Fazendinha	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
23	MAR	3	2	2	1	3	Cresce número de assaltos na BR 116	Contra o patrimônio	Roubo	RM / Mandrituba	*	*	*	*	*	*	*	3	1	9	9	*		
24	MAR	9	2	3	1,4	1	Deputado falta sessão mas tem presença confirmada	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	3	1	1	1	*		
24	MAR	3	1	2	6	3	Ônibus doado pela RF é roubado antes da entrega	Contra o patrimônio	Furto qualificado	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	1	1	*	*	*		
24	MAR	2	1	1	3	3	Policia apreende lancha com cigarros contrabandeados	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	2	1	1	3	3	Policia apreende 12 mil pacotes de cigarros	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	CENTRO / Guarapuava	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	9	1	1	3	4	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	4	1	1	7	4	Acidente c/ caminhão na BR 376 provoca tráfego	*	Trânsito	RM / São José dos Pinhais	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	1	2	2	1,4	1	Policiais civis podem entrar em greve no Paraná	*	*	PR / Paraná	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*		
24	MAR	5	2	1	3	1	Preso é assassinado na cadeia de Sarandi	Contra a pessoa	Homicídio	NOROESTE / Sarandi	*	*	*	*	*	*	26	MAS	*	0	*	*	*	
24	MAR	1	2	4	1	1	Debate sobre a legalização da maconha no Brasil	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	10	2	1	9	9;7;9;9;9;9		
24	MAR	9	2	3	1	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	4	1	1	1	3		
24	MAR	9	2	2	1	1	Caso Consilux: Indústria das multas em Curitiba	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	5	9	1	3	9;9		
24	MAR	3	2	2	1	2	Homem mata outro à tarde e é morto à noite	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Cidade Industrial	*	*	*	*	*	*	27	MAS	*	1	1	*	*	*
24	MAR	3	2	1	3	3	Agência bancária assaltada no Tarumã	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Tarumã	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	9	2	1	3	3	Acompanhamento do sepultamento de corpos/ IML	*	*	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
24	MAR	9	2	2	1	3	Sacoleiros oferecem perigo nas estradas	*	*	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	2	1	1	*	*		
24	MAR	2	2	1	3	3	Visomax: polícia procura proprietário	Contra o patrimônio	Estelionato	CTBA / Curitiba	Ex-deputado	*	MAS	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	2	1	1	3	3	Policiais prenderam 13 acusados de roubo de cargas	Contra o patrimônio	Roubo	OESTE / Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	9	1	4	1	1	Estacionamento para idosos e pessoas com deficiência	*	Trânsito	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	8	9	9	1	1;1;9;9;9		
25	MAR	3;9	1	5	5	1	Estacionamento para idosos e pessoas com deficiência	Contra a pessoa	Lesão corporal (tentativa)	CTBA / Curitiba	*	*	FEM	*	Empresário	*	FEM	1	2	9	1	*	*	
25	MAR	3;9	1	3	1	1	Filas preferenciais p/ idosos e pessoas c/ deficiência	Contra a pessoa	Lesão corporal (tentativa)	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	5	3	9	9	8;7		
25	MAR	3	1	4	1	2	Professores de escola são ameaçados por traficantes	Contra a liberdade pessoal	Ameaça	NORTE / Londrina	*	*	*	*	*	*	*	7	9	9	9	9;9;9;9		
25	MAR	3	1	1	3	3	Ônibus doado pela RF é roubado antes da entrega	Contra o patrimônio	Roubo	OESTE / Foz do Iguaçu	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	1	1	4	1	3	Projeto "Toque de Proteger" / toque de recolher p/ adolescentes de até 16 anos	*	*	OESTE / Matelândia	*	*	*	*	*	*	*	5	9	9	1	1;9		
25	MAR	6	1	1	9	4	2 bandidos tentaram assaltar homem que saía de banco	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Centro	*	*	MAS	*	*	79	MAS	*	0	*	*	*	*	
25	MAR	3	1	3	1	4	Comerciantes reclamam de insegurança	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Santa Felicidade	*	*	*	*	Comerciante	*	*	*	7	9	9	9	9;9;9;9	
25	MAR	6	2	2	1	1	Agência bancária assaltada no Tarumã	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Tarumã	*	27	MAS	1	*	*	*	1	1	*	*	*		
25	MAR	9	2	3	6	1	Falsos agentes de dengue assaltam casas em Curitiba	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Curitiba	*	*	*	*	*	*	*	1	2	*	*	*		
25	MAR	3	2	2	10	1	Feirante é morto em frente à Universidade Tuiuti	Contra a pessoa	Homicídio	CTBA / Santo Inácio	*	*	*	*	Feirante	19	MAS	*	1	7	*	*	*	
25	MAR	6	2	1	3	1	Assaltante de posto é morto por PM à paisana	Contra o patrimônio	Roubo	NOROESTE / Maringá	*	*	MAS	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	3	2	3	1,4	1	Comerciantes reclamam de insegurança	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Santa Felicidade	*	*	MAS	3	Comerciante	*	*	*	2	8	7	*	*	
25	MAR	6	2	1	3,4	1	Assaltante de posto é morto por PM à paisana	Contra o patrimônio	Roubo	NOROESTE / Maringá	*	*	MAS	*	*	*	*	1	8	*	*	*		
25	MAR	6	2	1	3	1	Preso ex-PM que abusava sexualmente das filhas	Contra os costumes	Estupro	LIT / Guaratuba	Ex-policia	*	MAS	1	*	16	FEM	*	1	4	*	*	*	
25	MAR	2	2	1	3	1	Apreendido carro "abastecido" com crack	Da repressão à produção não autorizada	Tráfico de drogas	OESTE / Santa T. de Itaipu	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	2	2	1	3	1	Policia apreende caminhões c/ cigarros contrabandeados	De particular contra a adm. Geral	Contrabando	OESTE / Região Oeste	*	*	*	*	*	*	*	0	*	*	*	*		
25	MAR	6	2	3	1,4	2	Bebê morre nos braços de babá de 11 anos	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Almirante Tamandaré	*	*	*	*	*	1	*	*	1	1	*	*	*	
25	MAR	3	2	4	4,5	2	Bebê morre nos braços de babá de 11 anos	Contra a pessoa	Homicídio	RM / Almirante Tamandaré	*	*	*	*	*	*	*	1	9	*	*	*		
25	MAR	2	2	2	1	2	Sumiço de menino de 8 anos mobiliza a polícia	*	*	CTBA / Barreirinha	*	*	*	*	*	*	*	1	4	9	*	*		
25	MAR	6	2	2	1,4	3	2 bandidos tentaram assaltar homem que saía de banco	Contra o patrimônio	Roubo	CTBA / Centro	*	*	MAS	*	Aposentado	79	MAS	*	0	*	*	*	*	
25	MAR	9	2	5	8	3	Resumo da semana	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	

APÊNDICE 02 – CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Alto da Glória	01
Bacacheri	02
Barreirinha	01
Batel	03
Boqueirão	01
Cajuru	03
Capão Raso	01
Centro	09
Cidade Industrial	06
Fazendinha	03
Ganchinho	01
Jardim Botânico	01
Novo Mundo	03
Parolin	02
Pilarzinho	01
Pinheirinho	05
Portão	01
Prado Velho	01
Santa Felicidade	02
Santo Inácio	01
São Lourenço	01
Sítio Cercado	02
Tarumã	02
Tingui	01
Uberaba	03
Vila Hauer	01
Xaxim	04
CTBA (não-identificado)	18
Curitiba	80

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	05
Araucária	04
Campina Grande do Sul	03
Campo Largo	01
Campo Magro	01
Colombo	05
Mandirituba	01
Pinhais	07
Piraquara	01
Quatro Barras	01
São José dos Pinhais	08
Região Metropolitana	37

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Capanema	01
Cascavel	13
Céu Azul	03
Foz do Iguaçu	13
Matelândia	01
Medianeira	01
Santa Terezinha de Itaipu	03
Toledo	01
OESTE (não-identificado)	01
Região Oeste	37
Abatiá	01
Cambira	01
Londrina	07
Uraí	01
Região Norte	10
Campo Mourão	05
Maringá	04
Sarandi	01
Região Noroeste	10
Guaratuba	01
Matinhos	01
Litoral	02
Guarapuava	01
Campos Gerais/Centro	01
Não-identificado (Paraná)	07
Crimes/outras regiões	67

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 2.1 – CRIMES VEICULADOS CONTRA A PESSOA, A LIBERDADE PESSOAL E OS COSTUMES EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Alto da Glória	01
Boqueirão	01
Cajuru	02
Centro	02
Cidade Industrial	05
Fazendinha	01
Ganchinho	01
Novo Mundo	01
Parolin	02
Pinheirinho	01
Portão	01
Santo Inácio	01
Sítio Cercado	01
Tingui	01
Uberaba	02
CTBA (não-identificado)	02
Curitiba	25

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	04
Araucária	03
Campina Grande do Sul	02
Campo Magro	01
Colombo	03
Pinhais	03
Piraquara	01
Quatro Barras	01
São José dos Pinhais	04
Região Metropolitana	22

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	03
Foz do Iguaçu	02
Toledo	01
Região Oeste	06
Londrina	01
Região Norte	01
Sarandi	01
Região Noroeste	01
Guaratuba	01
Litoral	01
Não-identificado (Paraná)	02
Crimes/outras regiões	11

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 2.2 – CRIMES VEICULADOS CONTRA O PATRIMÔNIO EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Bacacheri	01
Batel	02
Capão Raso	01
Centro	06
Fazendinha	02
Jardim Botânico	01
Novo Mundo	02
Pilarzinho	01
Pinheirinho	02
Santa Felicidade	02
São Lourenço	01
Sítio Cercado	01
Tarumã	02
Uberaba	01
Xaxim	03
CTBA (não-identificado)	13
Total	41

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Colombo	01
Mandirituba	01
Pinhais	03
São José dos Pinhais	02
Região Metropolitana	07

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	02
Foz do Iguaçu	03
Capanema	01
Região Oeste	06
Abatiá	01
Cambira	01
Londrina	03
Região Norte	05
Campo Mourão	03
Maringá	04
Região Noroeste	07
Matinhos	01
Litoral	01
Não-identificado (Paraná)	02
Crimes/outras regiões	21

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 2.3 – CRIMES VEICULADOS DE PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL E DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Batel	01
Centro	01
Pinheirinho	02
Prado Velho	01
CTBA (não-identificado)	01
Total	06

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	01
Araucária	01
Colombo	01
São José dos Pinhais	02
Região Metropolitana	05

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	03
Céu Azul	03
Foz do Iguaçu	08
Medianeira	01
Santa Terezinha de Itaipu	03
OESTE (não-identificado)	01
Região Oeste	19
Londrina	02
Região Norte	02
Campo Mourão	01
Região Noroeste	01
Guarapuava	01
Campos Gerais / Centro	01
Crimes/outras regiões	23

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 2.4 – OUTROS CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E
DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Bacacheri	01
Barreirinha	01
Cajuru	01
Cidade Industrial	01
Vila Hauer	01
Xaxim	01
CTBA (não-identificado)	02
Total	08

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Campina Grande do Sul	01
Pinhais	01
São José dos Pinhais	01
Região Metropolitana	03

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	05
Matelândia	01
Região Oeste	06
Londrina	01
Uraí	01
Região Norte	02
Campo Mourão	01
Região Noroeste	01
Não-identificado (Paraná)	03
Crimes/outras regiões	12

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 03 – PARANÁ TV: CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E
DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Batel	01
Centro	02
Novo Mundo	01
Pinheirinho	02
Santa Felicidade	01
São Lourenço	01
Uberaba	01
CTBA (não-identificado)	06
Curitiba	15

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Araucária	01
Campina Grande do Sul	01
São José dos Pinhais	01
Região Metropolitana	03

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Capanema	01
Cascavel	04
Céu Azul	01
Foz do Iguaçu	07
Matelândia	01
Santa Terezinha de Itaipu	01
Região Oeste	15
Abatiá	01
Cambira	01
Londrina	04
Uraí	01
Região Norte	07
Campo Mourão	04
Maringá	01
Região Noroeste	05
Litoral	00
Guarapuava	01
Campos Gerais/Centro	01
Não-identificado (Paraná)	01
Crimes/outras regiões	29

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 3.1 – PARANÁ TV: CRIMES VEICULADOS CONTRA A PESSOA, A LIBERDADE PESSOAL E OS COSTUMES EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Total	00

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Araucária	01
Região Metropolitana	01

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Londrina	01
Região Norte	01
Crimes/outras regiões	01

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 3.2 – PARANÁ TV: CRIMES VEICULADOS CONTRA O PATRIMÔNIO EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Batel	01
Centro	02
Novo Mundo	01
Pinheirinho	01
Santa Felicidade	01
São Lourenço	01
Uberaba	01
CTBA (não-identificado)	05
Total	13

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
São José dos Pinhais	01
Região Metropolitana	01

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Capanema	01
Cascavel	01
Foz do Iguaçu	03
Região Oeste	05
Abatiá	01
Cambira	01
Londrina	02
Região Norte	04
Campo Mourão	02
Maringá	01
Região Noroeste	03
Não-identificado (Paraná)	01
Crimes/outras regiões	13

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 3.3 – PARANÁ TV: CRIMES VEICULADOS DE PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL E DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Pinheirinho	01
Total	01

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Região Metropolitana	00

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Céu Azul	01
Foz do Iguaçu	04
Santa Terezinha de Itaipu	01
Região Oeste	06
Campo Mourão	01
Região Noroeste	01
Guarapuava	01
Campos Gerais/Centro	01
Crimes/outras regiões	08

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 3.4 – PARANÁ TV: OUTROS CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
CTBA (não-identificado)	01
Total	01

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Campina Grande do Sul	01
Região Metropolitana	01

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	03
Matelândia	01
Região Oeste	04
Londrina	01
Uraí	01
Região Norte	02
Campo Mourão	01
Região Noroeste	01
Ivaí	01
Crimes/outras regiões	07

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 04 – TRIBUNA DA MASSA: CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Alto da Glória	01
Bacacheri	02
Barreirinha	01
Batel	02
Boqueirão	01
Cajuru	03
Capão Raso	01
Centro	07
Cidade Industrial	06
Fazendinha	03
Ganchinho	01
Jardim Botânico	01
Novo Mundo	02
Parolin	02
Pilarzinho	01
Pinheirinho	03
Portão	01
Prado Velho	01
Santa Felicidade	01
Santo Inácio	01
Sítio Cercado	02
Tarumã	02
Tingui	01
Uberaba	02
Vila Hauer	01
Xaxim	04
CTBA (não-identificado)	12
Curitiba	65

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	05
Araucária	03
Campina Grande do Sul	02
Campo Largo	01
Campo Magro	01
Colombo	05
Mandirituba	01
Pinhais	07
Piraquara	01
Quatro Barras	01
São José dos Pinhais	07
Região Metropolitana	34

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	09
Céu Azul	02
Foz do Iguaçu	06
Medianeira	01
Santa Terezinha de Itaipu	02
Toledo	01
OESTE (não-identificado)	01
Região Oeste	22
Londrina	04
Região Norte	04
Sarandi	01
Campo Mourão	01
Maringá	03
Região Noroeste	05
Guaratuba	01
Matinhos	01
Litoral	02
Não-identificado (Paraná)	03
Crimes/outras regiões	36

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 4.1 – TRIBUNA DA MASSA: CRIMES VEICULADOS CONTRA A PESSOA, A LIBERDADE PESSOAL E OS COSTUMES EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Alto da Glória	01
Boqueirão	01
Cajuru	02
Centro	02
Cidade Industrial	05
Fazendinha	01
Ganchinho	01
Novo Mundo	01
Parolin	02
Pinheirinho	01
Portão	01
Santo Inácio	01
Sítio Cercado	01
Tingui	01
Uberaba	02
CTBA (não-identificado)	02
Curitiba	25

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	04
Araucária	02
Campina Grande do Sul	02
Campo Magro	01
Colombo	03
Pinhais	03
Piraquara	01
Quatro Barras	01
São José dos Pinhais	04
Região Metropolitana	21

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	03
Foz do Iguaçu	02
Toledo	01
Região Oeste	06
Sarandi	01
Região Noroeste	01
Guaratuba	01
Litoral	01
Não-identificado (Paraná)	02
Crimes/outras regiões	

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 4.2 – TRIBUNA DA MASSA: CRIMES VEICULADOS CONTRA O PATRIMÔNIO EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Bacacheri	01
Batel	01
Capão Raso	01
Centro	04
Fazendinha	02
Jardim Botânico	01
Novo Mundo	01
Pilarzinho	01
Pinheirinho	01
Santa Felicidade	01
Sítio Cercado	01
Tarumã	02
Xaxim	03
CTBA (não-identificado)	08
Total	28

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Colombo	01
Mandirituba	01
Pinhais	03
São José dos Pinhais	01
Região Metropolitana	6

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	01
Região Oeste	01
Londrina	01
Região Norte	01
Campo Mourão	01
Maringá	03
Região Noroeste	04
Matinhos	01
Litoral	01
Não-identificado (Paraná)	01
Crimes/outras regiões	08

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 4.3 – TRIBUNA DA MASSA: CRIMES VEICULADOS DE PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL E DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Batel	01
Centro	01
Pinheirinho	01
Prado Velho	01
CTBA (não-identificado)	01
Total	05

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Almirante Tamandaré	01
Araucária	01
Colombo	01
São José dos Pinhais	02
Região Metropolitana	05

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	03
Céu Azul	02
Foz do Iguaçu	04
Medianeira	01
Santa Terezinha de Itaipu	02
OESTE (não-identificado)	01
Região Oeste	13
Londrina	02
Região Norte	02
Crimes/outras regiões	15

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 4.4 – TRIBUNA DA MASSA: OUTROS CRIMES VEICULADOS EM CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E DEMAIS REGIÕES

BAIRRO / CURITIBA	CRIMES
Bacacheri	01
Barreirinha	01
Cajuru	01
Cidade Industrial	01
Vila Hauer	01
Xaxim	01
Curitiba (não-identificado)	01
Curitiba	07

MUNICÍPIO / RM	CRIMES
Campo Largo	01
Pinhais	01
Região Metropolitana	02

DEMAIS LOCALIDADES	CRIMES
Cascavel	02
Região Oeste	02
Não-identificado (Paraná)	03
Crimes/outras regiões	05

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 05 – PERFIL SOCIAL DOS AGRESSORES ENTRE 15 E 29 ANOS E NATUREZA/TIPO DE CRIMES COMETIDOS

NATUREZA/TIPO DE CRIME	CRIMES
Ameaça	01
Estupro de vulnerável	01
Homicídios	04
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e costumes	06
Extorsão	01
Furto qualificado / simples	02
Roubo	09
Contra o patrimônio	12
Contrabando	01
Corrupção ativa	01
Favorecimento real	01
Tráfico de drogas	06
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	09
Crime contra a fauna	01
Porte ilegal de arma de fogo	01
Posse ou porte irregular de arma de fogo de uso restrito	01
Outros crimes/atos infracionais	03
Total	30

NATUREZA DO CRIME POR GÊNERO	MAS	FEM
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e os costumes	06	00
Contra o patrimônio	12	00
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	07	02
Outros crimes/atos infracionais	03	00
Total	28	02

NATUREZA DO CRIME POR ETNIA	BRA	PAR	PRE	OUT
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e os costumes	04	01	00	01
Contra o patrimônio	09	00	00	03
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	01	02	01	05
Outros crimes/atos infracionais	02	00	00	01
Total	16	03	01	10

FONTE: O autor (2012).

APÊNDICE 06 – PERFIL SOCIAL DOS AGRESSORES ACIMA DE 30 ANOS E NATUREZA/TIPO DE CRIMES COMETIDOS

NATUREZA/TIPO DE CRIME	CRIMES
Estupro de vulnerável	01
Homicídios (ou tentativas)	05
Maus tratos	01
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e costumes	07
Estelionato	01
Furto qualificado	01
Contra o patrimônio	02
Contrabando	02
Tráfico de drogas	03
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	05
Crime contra a fauna	01
Total	15

NATUREZA DO CRIME POR GÊNERO	MAS	FEM
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e os costumes	06	01
Contra o patrimônio	02	00
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	03	02
Outros crimes/atos infracionais	01	00
Total	12	03

NATUREZA DO CRIME POR ETNIA	BRA	PAR	PRE	OUT
Contra a pessoa, a liberdade pessoal e os costumes	04	01	00	02
Contra o patrimônio	01	01	00	00
De part. contra Adm. Geral / Da repressão à prod. não autor.	02	00	00	03
Outros crimes/atos infracionais	00	01	00	00
Total	07	03	00	05

FONTE: O autor (2012).

10. ANEXOS

ANEXO 01 – TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO OU LEI COMPLEMENTAR

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
Ameaça	Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.	Crime contra a liberdade pessoal	Detenção de um (1) a seis (6) meses.	Código Penal Art. 147
Estupro	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.	Crime contra os costumes	Reclusão de seis (6) a dez (10) anos.	Código Penal Art. 213
Estupro de vulnerável	Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.	Crime contra os costumes	Reclusão de oito (8) a quinze (15) anos.	Código Penal Art. 217
Homicídio	Matar. É <i>qualificado</i> quando cometido mediante promessa de recompensa, por motivo fútil, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel. Mediante à traição, emboscada, dissimulação. É <i>culposo</i> quando causado por imprudência ou descuido.	Crime contra a pessoa	Reclusão de seis (6) a vinte (20) anos; Qualificado: de doze (12) a trinta (30) anos; Culposo: detenção de um (1) a três (3) anos.	Código Penal Art. 121
Lesão corporal	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. <i>De Grave Natureza:</i> Se resulta na incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, em perigo de vida, em debilidade permanente de membro, sentido ou função.	Crime contra a pessoa	Detenção de três (3) meses a um (1) ano. <i>De Grave Natureza:</i> Reclusão de um (1) a cinco (5) anos.	Código Penal Art. 129
Maus tratos	Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-se a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.	Crime contra a pessoa	Detenção de dois (2) meses a um (1) ano.	Código Penal Art. 136

ANEXO 01 (CONTINUAÇÃO) – TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO OU LEI COMPLEMENTAR

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
Omissão de socorro	Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.	Crime contra a pessoa	Detenção de um (1) a seis (6) meses.	Código Penal Art. 135
Rixa	Participar de rixa, salvo para separar os contendores	Crime contra a pessoa	Detenção de quinze (15) dias a dois (2) meses.	Código Penal Art. 137
Violência doméstica	Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.	Crime contra a pessoa	Detenção de três (3) meses a três (3) anos.	Código Penal Art. 129
Dano	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.	Crime contra o patrimônio	Detenção de um (1) a seis (6) meses.	Código Penal Art. 163
Estelionato	Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um (1) a cinco (5) anos.	Código Penal Art. 171
Extorsão	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de receber para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de quatro (4) a dez (10) anos	Código Penal Art. 158
Furto	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. <i>Qualificado:</i> Crime cometido com destruição ou rompimento de obstáculos à subtração da coisa; crime cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um (1) a quatro (4) anos; Qualificado: reclusão de dois (2) a oito (8) anos	Código Penal Art. 155

ANEXO 01 (CONTINUAÇÃO) – TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO OU LEI COMPLEMENTAR

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
Receptação	Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um (1) a quatro (4) anos.	Código Penal Artigo 180
Roubo	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência	Crime contra o patrimônio	Reclusão de quatro (4) a dez (10) anos.	Código Penal Art. 157
Contrabando ou descaminho	Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.	Crime de particular contra a administração em geral	Reclusão de um (1) a quatro (4) anos.	Código Penal Art. 334
Corrupção ativa	Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.	Crime de particular contra a administração em geral	Reclusão de dois (2) a doze (12) anos.	Código Penal Art. 333
Favorecimento Real	Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. / Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.	Crime de particular contra a administração em geral	Detenção de um (1) a seis (6) meses.	Código Penal Art. 349
Tráfico de drogas	Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regular.	Da repressão à produção não autorizada	Reclusão de cinco (5) a quinze (15) anos.	Lei 11.343/06 Art. 33

ANEXO 01 (CONTINUAÇÃO) – TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO OU LEI COMPLEMENTAR

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
Crime contra a ordem econômica (Cartel)	Constitui crime: I) Abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante: a) ajuste ou acordo de empresas; b) aquisição de acervos de empresas ou cotas, ações, títulos ou direitos; coalizão, incorporação, fusão ou integração de empresas; f) impedimento à constituição, funcionamento ou desenvolvimento de empresa concorrente; II) formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes; III) discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência.	Crime contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo	Reclusão de dois (2) a cinco (5) anos.	Lei 8.137/90 Art. 4º
Dos crimes contra a fauna	Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida / Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.	Crimes contra o meio ambiente	Detenção de seis (6) meses a um (1) ano / Detenção de três (3) meses a um (1) ano	Lei 9.605/98 Art. 29 e 32
Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	Fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.	Crime contra a incolumidade pública	Detenção de seis (6) meses a dois (2) anos.	Código Penal Art. 253
Jogos de azar	Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.	Das contravenções relativas à polícia de costumes	Prisão simples de três (3) meses a um (1) ano	Lei 3.688 Art. 50

ANEXO 01 (CONTINUAÇÃO) – TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO OU LEI COMPLEMENTAR

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
Peculato	Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.	De funcionário público contra a administração geral	Reclusão de dois (2) a doze (12) anos.	Código Penal Art. 312
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Reclusão de dois (2) a quatro (4) anos.	Lei 10.826 Art. 14
Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Detenção de um (1) a três (3) anos.	Lei 10.826 Art. 12
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Reclusão de três (3) a seis (6) anos.	Lei 10.826 Art. 16
Subtração de incapazes	Subtrair menor de 18 anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial.	Crime contra o pátrio poder, tutela curatela	Detenção de dois (2) meses a dois (2) anos.	Código Penal Art. 249

FONTES: Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro), Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra A Ordem Tributária, Econômica E Contra As Relações De Consumo), Lei nº 10.826/2003. (Sistema Nacional de Armas) e Lei nº 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas).

NOTA: A classificação em 30 tipos de crimes ocorreu devido à inclusão de duas categorias não descritas neste anexo: "Crimes de Trânsito" e "Outros Crimes".